

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**  
**MESTRADO/LINGÜÍSTICA APLICADA**

**FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DAS INTERAÇÕES NO IRC:**  
**UM ESTUDO PELO VIÉS DA DESIGNAÇÃO**

**RENATA SILVEIRA DA SILVA**

**PELOTAS**

**2006**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**  
**MESTRADO/LINGÜÍSTICA APLICADA**

**FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DAS INTERAÇÕES NO IRC:**  
**UM ESTUDO PELO VIÉS DA DESIGNAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Letras. Área de concentração: Lingüística Aplicada.

Orientadora: Profa. Dra. Aracy Ernst

**PELOTAS**

**2006**

S586f Silva, Renata Silveira da  
Funcionamento discursivo das interações no IRC : um  
estudo pelo viés da designação / Renata Silveira da Silva. –  
Pelotas: UCPel, 2006.  
f. 181.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de  
Pelotas, Mestrado em Letras, Pelotas, BR - RS, 2006.  
Orientadora: Ernst-Pereira, Aracy.

1. Análise do Discurso - chats. 2.Chats - designações  
3.Chats - subjetividade. I. Ernst, Aracy. II. Título.

Dissertação de Mestrado defendida em 10 de março de 2006 e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos professores doutores:

**Profa. Dra. Aracy Ernst** (orientadora) - Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

**Profa. Dra. Susana Bornéo Funck** - Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

**Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães** - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)

Agradeço à

profa. Solange Mittmann, que me acompanhou na descoberta da teoria e contribuiu valiosamente em minha trajetória;

profa. Aracy Ernst, pela orientação afetiva e segura, um exemplo a ser seguido;

Capes, pela bolsa concedida;

minha família, pelo carinho e contínuo apoio;

Rosane e Sabrina, colegas do Mestrado, sempre tão incentivadoras.

“As novas tecnologias alteram a estrutura de nossos interesses: as coisas sobre as quais pensamos. Alteram o caráter de nossos símbolos: as coisas com que pensamos. E alteram a natureza da comunidade: a arena na qual os pensamentos se desenvolvem.”

Por Neil Postman, em *Tecnopólio: a Rendição da Cultura à Tecnologia*

## RESUMO

A presente pesquisa, subsidiada pela Análise do Discurso de linha francesa, visa à compreensão do funcionamento discursivo dos *chats* realizados através do programa IRC (*Internet Relay Chat*). Na dessuperficialização da materialidade lingüística, focaliza os *nicknames*, isto é, as designações responsáveis por marcarem a presença dos sujeitos nos diálogos *on-line*, supondo que representam as distintas posições-sujeito que podem ser assumidas pelos internautas. A partir dos procedimentos de análise próprios da linha teórica adotada, reflete sobre o ato de nomear e evidencia sua intrínseca orientação interpretativa. Além disso, desvenda o processo de produção de sentidos de um discurso produzido por sujeitos fisicamente ausentes e constata a heterogênea subjetividade de quem dialoga no ciberespaço.

## **ABSTRACT**

The present research, based on theories of the French school of Discourse Analysis, aims at providing a better understanding of how web chats at the IRC (Internet Relay Chat) program function discursively. Going beyond the materiality of language, it focuses on nicknames, that is, the designations which mark the subjects presence in on-line dialogues, supposing they represent the distinct subject-positions which may be assumed by internet users. The analytical procedures of Discourse Analysis allow us to reflect about the act of naming and to evidence its intrinsic interpretative orientation. Besides, they disclose the process of meaning production in a discourse produced by physically absent subjects, highlighting the heterogeneous subjectivity of those who hold conversations in cyberspace.



## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	7
<b>ABSTRACT</b> .....	8
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	15
1 O VIRTUAL.....	15
1.1 A perspectiva de Pierre Lévy.....	18
1.2 A perspectiva de Michel Serres.....	23
1.3 A acepção do virtual.....	30
2 O CIBERESPAÇO.....	35
2.1 Um espaço de produção discursiva.....	35
2.2 Um espaço de virtualidade e subjetividade.....	42
2.2.1 O real e o imaginário.....	42
2.2.2 A não-presença.....	46
2.2.3 A coletivização do individual e a interiorização do coletivo.....	48
2.2.4 Os novos modos de subjetivação.....	49
2.2.5 O sujeito-da-tecnologia.....	53
2.3 A metáfora do impacto.....	55
3 OS <i>CHATS</i> : UM GÊNERO DIGITAL.....	58
4 A TEORIA DA SUBJETIVIDADE NA ANÁLISE DO DISCURSO.....	66
4.1 O quadro epistemológico da Análise do Discurso.....	66
4.2 A evolução da noção de sujeito na AD.....	71
5 A REFERÊNCIA E A DESIGNAÇÃO.....	99
5.1 O real na AD: uma totalidade questionada.....	99
5.2 A constituição da referência.....	103
5.3 A designação.....	106
5.3.1 Os nomes próprios.....	109
5.3.2 A designação como descrição.....	112
6 AS OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS E OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE...118	

<b>7 A ANÁLISE DO CORPUS.....</b>	<b>125</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>164</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>175</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>179</b>

## INTRODUÇÃO

O meio criado pela interconexão mundial dos computadores – o ciberespaço – encoraja relacionamentos praticamente independentes dos lugares geográficos. Esse aspecto não constitui uma novidade, porque o telefone e o correio também permitem que vínculos sociais sejam criados sem a presença física dos interlocutores. Todavia, apenas as particularidades técnicas do ciberespaço permitem que grupos não só fisicamente distantes, mas culturalmente afastados interajam entre si a qualquer momento, estabelecendo uma comunicação em tempo real, com um dinamismo e capacidade de intercambialidade de informações impensados nas mídias clássicas.

A comunicação via ciberespaço tem, progressivamente, mais adeptos. Nesse lugar, cada vez mais grupos articulam-se, exercitam a inteligência coletiva, conhecem a diversidade de opiniões e têm acesso ao saber.

A disseminação do uso do ciberespaço como um meio propício à comunicação, à difusão de culturas, à divulgação de produções textuais e de outros gêneros, à comercialização, à busca de oportunidades, ao estreitamento ou ruptura dos laços sociais constitui uma nova etapa cultural, denominada “cibercultura” por Pierre Lévy (1999) e “era das redes e mensagens informáticas” por Michel Serres (1994).

Em virtude das particularidades do ciberespaço mencionadas, o concebemos como um espaço de produção discursiva rico em possibilidades de exploração teórica, principalmente

sob a ótica da Análise do Discurso de linha francesa, uma disciplina que percebe o discurso como sempre predeterminado pelos fatores histórico-sociais.

Os discursos que circulam nesse ambiente, ora materializados em hipertextos, ora em dizeres enunciados em *chats*, listas de discussão, *e-mails*, aulas virtuais, por exemplo, constituem um corpus de grande valia à compreensão do processo de produção dos sentidos e da constituição da subjetividade nessa nova etapa cultural que estamos vivenciando.

Norteadas por essa crença, a presente pesquisa opta pelos *chats*, mais especificamente, pelo programa de interação *on-line IRC (Internet Relay Chat)*, para uma reflexão sobre o discurso dos sujeitos-internautas e identificação de posições-sujeito. Para esse estudo, decidimos focalizar os *nicknames*, os apelidos que identificam os interlocutores, por acreditarmos que essa materialidade deixa vestígios do funcionamento discursivo dos diálogos via rede mundial.

Tendo em vista que este trabalho tem como objeto de análise interações ora denominadas *virtuais* ora caracterizadas como conversações que ocorrem num ambiente *virtual*, torna-se relevante refletirmos sobre o que é o *virtual*, se é pertinente ou não empregar esse termo para especificação de nosso corpus. Em virtude disso, na primeira parte da fundamentação teórica, apresentamos brevemente os sentidos corrente, técnico, dicionarizado e, de forma pormenorizada, o sentido filosófico desse vocábulo. Nessa última abordagem, resgatamos a perspectiva de dois pensadores franceses contemporâneos, Pierre Lévy (1996, 1999) e Michel Serres (1994).

Na segunda parte, refletimos sobre o ciberespaço, onde ocorrem os bate-papos *on-line*, e a cibercultura, o movimento social oriundo desse novo meio (LÉVY, 1999). Dessa forma, delimitamos o espaço de produção do discurso que estamos analisando e especificamos suas condições de produção (CP). Também refletimos sobre como as CP estão inscritas nas trocas lingüísticas que ocorrem entre os participantes dos *chats*.

Na terceira parte, classificamos os *chats* como um gênero discursivo com base nas reflexões de Bakhtin (1992) e na releitura que Araújo (2004) faz delas. Pressupondo a transmutação do diálogo cotidiano para a esfera eletrônica, mencionamos quais as características do diálogo face a face que permanecem nos *chats* e que mudanças elas sofreram.

Na quarta parte, inicialmente discutimos a articulação entre as regiões do conhecimento científico que compõem o quadro epistemológico da Análise do Discurso iniciada por Michel Pêcheux. Posteriormente, apresentamos de forma concisa a evolução sofrida pela noção de sujeito na AD. Ao tratarmos da subjetividade na perspectiva discursiva, recuperamos outras noções da linha teórica adotada, considerando o entrelaçamento de conceitos que compõem seu quadro teórico.

Na quinta parte, refletimos sobre como a Análise do Discurso concebe a relação entre exterioridade e linguagem. Após abordarmos a concepção de objeto discursivo como algo construído nos confrontos discursivos, dissertamos sobre o processo de constituição da referência e como aí intervém o interdiscurso. Através dessa abordagem obtemos subsídios teóricos para a compreensão do funcionamento dos *nicknames* no discurso dos internautas. Em seguida, tratamos das designações e ao abordá-las comentamos sobre os nomes próprios e as designações que funcionam como descrições.

Na sexta parte, constam observações metodológicas e procedimentos de análise, em que explicitamos o conceito de *funcionamento*, distinguimos *marcas* de *propriedades*, *recortes* de *segmentos*. Além dessas considerações teóricas, comentamos as particularidades do programa de interação *on-line* no qual foram realizadas as conversações que compõem nosso corpus.

Na sétima parte, analisamos as seqüências discursivas de referência – SDR – selecionadas. Em cada uma delas, dessuperficializamos a materialidade lingüística de modo a

encontrar pistas evidenciadoras dos discursos que se encontram dispersos no texto e das posições ideológicas que nele se manifestam.

Por fim, apresentamos as conclusões a que chegamos após o percurso teórico e analítico realizado. Nesse item, recuperamos observações presentes na análise do corpus no intuito de mostrarmos quais acréscimos, confirmações e contestações foram feitos em relação às questões teóricas explicitadas no início do trabalho.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1 O VIRTUAL

A proliferação acelerada do uso dos computadores e da Internet fez com que incorporássemos ao nosso vocabulário um termo que antes só fazia parte dos domínios da ficção científica: *o virtual*. É notável a disseminação do vocábulo pelo uso corrente de expressões como “ambiente virtual”, “espaço virtual”, “comunidade virtual”, “bate-papos virtuais”, entre outras.

Mas, o que é *o virtual*? Refletir sobre essa indagação é imprescindível ao nos propormos a analisar o funcionamento discursivo de conversações ora denominadas *virtuais*, ora classificadas como interações que ocorrem num espaço *virtual*. Discutiremos esse questionamento fundamentando-nos na proposta de Pierre Lévy (1996, 1999), que propõe definir esse termo tão recorrente em nossa atualidade utilizando o aspecto filosófico como ancoragem teórica, e em alguns postulados teóricos do pensador Michel Serres (1994).

Antes de discorrermos sobre a concepção filosófica do virtual, convém salientar que a palavra em análise pode ter no mínimo mais dois sentidos: corrente e técnico, ligado à informática.<sup>1</sup>

Segundo Lévy (1999), no sentido corrente, virtual significa “falso, ilusório, irreal, imaginário, possível” (p. 74). Esse termo é muitas vezes usado “para significar a irrealidade -

---

<sup>1</sup> Lévy (1999) destaca que o vocábulo virtual pode ter outros sentidos em ótica, mecânica, etc (p. 47).

enquanto a ‘realidade’ pressupõe uma efetivação material, uma presença tangível”. A realidade virtual soa como “um passe de mágica misterioso” e, de acordo com o senso comum, uma coisa deve ser real ou virtual, mas ela não pode possuir as duas qualidades simultaneamente (p. 47).

De forma recorrente, o termo virtual também tem sido utilizado para indicar que determinados serviços são oferecidos via Internet. Não raramente, ouvimos dizer que uma determinada empresa está oferecendo, além do atendimento presencial e via telefone, possibilidades de consulta através da rede mundial e, por isso, está virtualizando seus serviços.

No sentido técnico, o termo virtual apresenta outras possibilidades de significação, entre elas, virtual no sentido de dispositivo informacional e no sentido tecnológico estrito. Lévy (1999) explica o virtual no sentido de dispositivo informacional, afirmando que “a mensagem é um espaço de interação por proximidade dentro do qual o explorador pode controlar diretamente um representante de si mesmo”, por exemplo, jogos em que cada participante assume um papel ou uma personalidade dentro de uma aventura, como os *video games*, simuladores de voo, RPG (*Role Playing Games*) em rede (p. 74). Nessas atividades, cada ação dos participantes modifica o mundo virtual e a sua imagem sobre esse mundo, que, ao mesmo tempo, “*orienta os atos do indivíduo ou do grupo*” (p. 72) [grifo do autor].

Ainda em relação ao virtual no sentido de dispositivo informacional, o autor aborda que “um mundo virtual pode simular fielmente o mundo real”; também “pode permitir ao explorador que construa uma imagem virtual muito diferente de sua aparência física cotidiana”; “pode simular ambientes físicos imaginários ou hipotéticos, submetidos a leis diferentes daquelas que governam o mundo comum” (p. 72).

No sentido tecnológico estrito, virtual é uma “ilusão de interação sensório-motora com um modelo computacional”, por exemplo, uso de óculos estereoscópios, ou seja, visores



que permitem a observação de uma imagem que possui efeito tridimensional, de *datagloves* ou *datasuits*<sup>2</sup>, propiciadores de visitas a monumentos reconstituídos, treinamentos em cirurgias, etc. (p. 74).

A realidade virtual nesse sentido diz respeito a um tipo particular de simulação interativa, em que “as imagens exibidas na tela são calculadas em tempo real em função dos movimentos” do corpo do usuário. Nessa simulação, por exemplo,

o explorador vê e sente que a imagem de sua mão no mundo virtual (sua mão virtual) é comandada pelos movimentos efetivos de sua mão, e pode modificar o aspecto ou a posição de objetos virtuais (1999, p. 71).

Dessa forma, mantém uma “*interação sensório-motora com o conteúdo de uma memória de computador*”, conseguindo, assim, “a ilusão de uma ‘realidade’, na qual estaria mergulhado [...]” (p. 71) [grifos do autor].

Além desses sentidos, no dicionário Aurélio (1999), consta que virtual provém do latim escolástico *virtuale* e pode ter as seguintes acepções: - “que existe como faculdade, porém sem exercício ou efeito atual”; - “suscetível de se realizar; potencial”; - “Filosofia: diz-se do que está predeterminado e contém todas as condições essenciais à sua realização”; - “Informática: que resulta de, ou constitui uma emulação, por programas de computador, de determinado objeto físico ou equipamento, de um dispositivo ou recurso, ou de certos efeitos ou comportamentos seus”.

O questionamento *O que é o virtual?* não pode ser apenas respondido com as considerações feitas sobre os sentidos corrente, técnico e dicionarizado desse termo. A perspectiva filosófica de Pierre Lévy (1996, 1999) e de outro pensador francês

---

<sup>2</sup> Lévy (1999) explica que *dataglove* e *datasuit* significam, respectivamente, “luva de dados” e “roupa de dados”. “Consistem de um conjunto de sensores envolvendo fibras ópticas e alguns outros dispositivos eletrônicos que permitem ao computador ‘ler’ a posição, movimento e pressão das mãos (*dataglove*) ou do corpo (*datasuit*)” (p. 253) [grifos do autor].

contemporâneo, Michel Serres (1994), sobre o significado do virtual, evidencia o caráter polissêmico dessa palavra.

### 1.1 A perspectiva de Pierre Lévy

Lévy (1996), ao explicar o significado que atribui ao vocábulo virtual, critica a oposição enganosa que se estabelece entre real e virtual e inova ao propor o estudo da virtualização retornando do atual em direção ao virtual. Segundo o autor, essa abordagem diferencia-se da tradição filosófica e até mesmo de trabalhos mais recentes, que analisam a passagem do possível ao real ou do virtual ao atual.

Conforme Lévy, o movimento geral da virtualização constitui a essência da transformação cultural em curso. E a ênfase nesse movimento inverso, rumo ao virtual, torna-se imprescindível para a compreensão da clara revolução radical na concepção tradicional de tempo, de espaços e até mesmo de relacionamentos que vivenciamos na atualidade (p. 11-2).

Para conceituar virtualização, o pensador trabalha concomitantemente com os conceitos de *realidade*, *possibilidade*, *atualidade* e *virtualidade*. Discute inicialmente a oposição entre real e virtual, afirmando que o termo virtual é recorrentemente utilizado para designar ausência de existência, isto é, “o real seria da ordem do ‘tenho’, enquanto o virtual seria da ordem do ‘terás’, ou da ilusão” (p. 15).

De acordo com o filósofo, a palavra virtual originou-se do latim medieval *virtualis*, forma derivada de *virtus*, ou seja, força, potência (p. 15). E define-se da seguinte maneira:

Na acepção filosófica, é virtual *aquilo que existe em potência e não em ato*, o campo de forças e de problemas que tende a resolver-se em uma *atualização*. O virtual encontra-se antes da concretização efetiva ou formal (a árvore está *virtualmente* presente no grão). No sentido filosófico, o virtual é obviamente uma dimensão muito importante da realidade (1999, p. 47) [grifos do autor].

Essa concepção de virtual como aquilo que existe em potência e não em ato provém da filosofia escolástica. Tal perspectiva considera que o virtual “tende a atualizar-se, sem ter passado no entanto à concretização efetiva ou formal”. Nesse âmbito, o estudioso destaca: “Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes” (1996, p. 15).

Como foi recém-mencionado, o virtual não se opõe ao real mas em relação ao atual. Para o desenvolvimento dessa questão, o autor retoma observações feitas pelo filósofo Gilles Deleuze (1968), que distingue possível e virtual. Lévy (1996) explica que o possível é da ordem do já constituído, é algo que “se realizará sem que nada mude em sua determinação nem em sua natureza”. O possível é um real não-manifesto, que está latente, “é exatamente como o real: só lhe falta a existência” (p. 16). Opondo-se ao possível, o virtual

é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização (1996, p. 16).

O virtual, enquanto conjunto de forças, tem como resolução a atualização, cuja definição encontra-se no fragmento a seguir:

A atualização aparece então como a solução de um problema, uma solução que não estava contida previamente no enunciado. A atualização é criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e de finalidades. Acontece então algo mais que a dotação de realidade a um possível ou que uma escolha entre um conjunto predeterminado: uma produção de qualidades novas, uma transformação das idéias, um verdadeiro devir que alimenta de volta o virtual (1996, p. 16-7).

Em outras palavras, a atualização define-se como a “invenção de uma solução exigida por um complexo problemático”, enquanto que a realização define-se como a “ocorrência de um estado predefinido”. O autor salienta que “o real assemelha-se ao possível; em troca, o atual em nada se assemelha ao virtual: *responde-lhe*” (1996, p. 17) [grifos do autor].

Após essas considerações, Lévy (1996) define a virtualização como o “*movimento inverso da atualização*”, ou seja, “uma passagem do atual ao virtual, em uma ‘elevação à potência’ da entidade considerada” (p. 17) [grifos do autor]. Nesse sentido,

virtualizar uma entidade qualquer consiste em descobrir uma questão geral à qual ela se relaciona, em fazer mutar a entidade em direção a essa interrogação e em redefinir a atualidade de partida como resposta a uma questão particular (1996, p. 18).

Conforme Lévy (1996), enquanto “a atualização ia de um problema a uma solução, a virtualização passa de uma solução dada a um (outro) problema”, “transforma a atualidade inicial em caso particular de uma problemática mais geral”. Dessa forma, virtualizar resulta na fluidificação das distinções instituídas, no aumento dos graus de liberdade (p. 18).

O filósofo aborda que “se a virtualização fosse apenas a passagem de uma realidade a um conjunto de possíveis, seria desrealizante”. No entanto, “a virtualização é um dos principais vetores da criação da realidade” (p. 18).

Em síntese, “é virtual toda entidade ‘desterritorializada’, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem contudo estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular” (1999, p. 47). Um exemplo de entidade virtual citada pelo autor é a *palavra*. O vocábulo “árvore” está sempre sendo pronunciado em diferentes locais, dias e momentos e a enunciação desse item lexical é uma “atualização”. Lévy (1999) destaca que “a palavra em si, aquela que é pronunciada ou atualizada em certo lugar, não está em lugar nenhum e não se encontra vinculada a nenhum momento em particular”. Entretanto, mesmo que não possamos fixar a palavra em nenhuma “coordenada-espaço-temporal”, ela é real, porque “uma palavra existe de fato”. Se a palavra é um exemplo de entidade virtual, e é real, logo, o virtual é real. Ele existe sem estar presente (p. 47-8).

Tendo em vista que as atualizações de entidades virtuais podem ser bem distintas umas das outras e que “o atual nunca é completamente predeterminado pelo virtual”, o

vocábulo *árvore* pode ter diferentes atualizações, ou seja, pode receber imprevisíveis pronúncias e sentidos (p. 48-9).

A virtualização apresenta algumas modalidades. Entre elas, está o desprendimento do aqui e agora, que ocorre, por exemplo, na comunidade virtual. Seus membros, apesar de “não-presentes”, podem interagir baseados em afinidades, em interesses pelos mesmos núcleos temáticos (1996, p. 20). E a localização geográfica não é critério para o início da interação, nem impedimento para sua manutenção. Lévy (1996) afirma que essa comunidade reinventa uma cultura nômade, que não se assemelha ao período paleolítico ou às antigas civilizações de pastores, mas caracteriza-se por interações sociais que se reconfiguram sem um lugar de referência estável.

Conforme o autor de *O que é o virtual?* (1996), “quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam ‘não-presentes’, se desterritorializam”. É como se uma “espécie de desengate” os separasse “do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário”. Lévy salienta “que não são totalmente independentes do espaço-tempo de referência, uma vez que devem sempre se inserir em suportes físicos e se atualizar aqui ou alhures, agora ou mais tarde”. A virtualização faz com que esses elementos recortem o “espaço-tempo clássico apenas aqui e ali, escapando a seus lugares comuns ‘realistas’: ubiqüidade, simultaneidade, distribuição irradiada ou massivamente paralela” (p. 21). Para o filósofo,

a virtualização submete a narrativa clássica a uma prova rude: unidade de tempo sem unidade de lugar (graças às interações em tempo real por redes eletrônicas, às transmissões ao vivo, aos sistemas de telepresença), continuidade de ação apesar de uma duração descontínua (como na comunicação por secretária eletrônica ou por correio eletrônico). A sincronização substitui a unidade de lugar, e a interconexão, a unidade de tempo (1996, p. 21).

Outra modalidade da virtualização é a pluralidade de tempos e espaços. Um exemplo da criação de novos espaços e velocidades é o advento de sistemas de transporte e

comunicação, modificadores da proximidade espacial entre as pessoas. Com a construção de redes ferroviárias, é como se fossem fisicamente aproximadas “as cidades ou regiões conectadas pelos trilhos” e afastadas “desse grupo as cidades não conectadas” (1996, p. 22). Em relação à comunicação, diferentes registros (tradição oral, escrita, registro audiovisual, redes digitais) criam ritmos, velocidades, enfim, histórias diferentes. Em relação a essas observações, Lévy conclui:

A multiplicação contemporânea dos espaços faz de nós nômades de um novo estilo: em vez de seguirmos linhas de errância e de migração dentro de uma extensão dada, saltamos de uma rede a outra, de um sistema de proximidade ao seguinte. Os espaços se metamorfoseiam e se bifurcam a nossos pés, forçando-nos à heterogênesse (1996, p. 23).

Outro caráter deve ser associado à virtualização: a passagem do interior ao exterior e vice-versa. Esse processo é designado “Efeito Moebius”, que se manifesta nas relações entre público e privado, próprio e comum, mapa e território, autor e leitor, por exemplo. O autor (1996) explica esse tópico apresentando o exemplo da empresa virtual. O trabalhador clássico tinha sua mesa de trabalho, enquanto que o participante da empresa virtual compartilha programas, recursos mobiliários com outros empregados. O trabalhador habitual saía de sua casa, espaço privado, e deslocava-se até a empresa, espaço público. Já o “teletrabalhador” transforma seu espaço privado em público e vice-versa. Assim, as próprias noções de público e privado são questionadas (p. 24-5).

Lévy (1996) conclui sua definição de virtualização reafirmando-a como “passagem à problemática, deslocamento do ser para a questão”, e enfatizando-a como redimensionadora da “identidade clássica”, do “pensamento apoiado em definições, determinações, exclusões, inclusões e terceiros excluídos”. Em virtude disso, a virtualização “é sempre heterogênesse, devir outro, processo de acolhimento da alteridade” (p. 25).

Nesse movimento de mudanças, característico do processo de virtualização, o filósofo explica que outros estudiosos não concebem a virtualização como “processo de acolhimento da alteridade”, “devir outro”. E afirma a existência de dois grupos antagônicos: os “apocalípticos”, defensores de uma desrealização geral, de uma catástrofe cultural e os “integrados”, que vêem nesta revolução uma forma de solução para os males do mundo. Lévy opõe-se a essas tendências e apresenta uma outra hipótese: “exprime-se uma busca da hominização”, isto é, uma procura pela “*transformação de um modo de ser num outro*” (p. 11-2) [grifos do autor].

Salientamos que o autor define o virtual sob a perspectiva filosófica e propõe uma relação entre o processo de hominização e a virtualização sob a perspectiva antropológica. Na ótica desse pensador, a virtualização não é boa, má ou neutra. Antes de condená-la ou analisá-la indevidamente devemos compreendê-la como um “movimento [...] do ‘devir outro’- ou heterogênese - do humano” (p. 12).

## 1.2 A perspectiva de Michel Serres

Michel Serres (1994) não trata explicitamente do que é o virtual, mas evidenciaremos que na abordagem dos espaços virtuais, das redes e do ensino apresenta sua concepção de virtualidade enquanto não-presença, fora do aí.

O filósofo tematiza o espaço virtual e, para tanto, caracteriza a atualidade, afirmando que a “última bifurcação”, que apanhou de surpresa a sua época é o “reino da *informação*”, evidenciado, por exemplo, pela comunicação, interferência, passagens, distribuição, transmissões e redes (p. 120) [grifo do autor].

Para Michel Serres, vivenciamos a era das redes e das mensagens informáticas, na qual “produzimos ao modo dos Anjos”, vocábulo oriundo de *angelos* do grego antigo que significava mensageiro. Conforme o autor,

vivemos actualmente numa imensa rede de mensagens informáticas, em que trabalhamos, para uma maioria, como mensageiros: transportamos menos maços, acendemos menos fogos, mas transportamos mensagens que, por vezes, controlam os motores (1994, p. 120).

As mensagens informáticas têm a propriedade de comandar a distância. Essa alteração caracteriza um deslocamento das funções do homem na era das redes, mas o filósofo destaca que alguns arcaísmos ainda permanecem:

Bem entendido, ainda e sempre, por recobrimentos e remanescências, os antigos trabalhos perduram: nunca poderemos passar sem camponeses e alfaiates, pedreiros e operários metalúrgicos; mas, embora permaneçamos arcaicos em dois terços das nossas condutas, algumas obras, mais do que outras, conferem a uma era a sua coerência e cor singulares: enquanto outrora fomos mais agricultores, e há pouco tempo em especial ferreiros, eis-nos actualmente sobretudo mensageiros, embora ainda dependentes dos campos e da fábrica (1994, p. 121).

Michel Serres questiona se nós, seres humanos, antes agricultores e ferreiros, e agora mensageiros, sabemos em que lugar estamos e apresenta possíveis respostas: “Nos estaleiros de construção, nas fábricas de produção... pelos espaços de comunicação?”. Face a essas questões, ele também indaga: “Não vemos que também essa localização se evapora? Que, se os planos e desenhos regulavam os nossos lugares habituais, as nossas redes os prolongam sem qualquer limite? Que trabalhamos em espaços virtuais difíceis de representar?” (p. 121).

Ao discorrer sobre as conseqüências da utilização das redes, Serres destaca que informações encontram-se dispersas nesse meio, acessíveis a todos e cambiáveis entre aqueles que as procuram, logo, as relações sociais também alteram-se: “Simultaneamente, construímos os nossos grupos e novos laços sociais” (p. 129).



As modificações advindas da rede propagam-se e atingem também a necessidade de concentração de informações em um determinado local. Serres questiona: “Como é que a evolução do trabalho altera, também, a configuração, local, da arquitectura ou do urbanismo?” (p. 139). O filósofo, ao responder à indagação feita, cita uma determinada livraria, situada na zona urbana parisiense, que apresenta, assim como outras, a seguinte característica:

[...] ordenadas, nela se alinham palavras em dicionários, índices nos livros enciclopédicos, listas nas fichas dos catálogos e este tesouro ou aglomerado, coleccionado, acumula-se numa biblioteca tanto mais citada que conserva mais textos do que sonhávamos, antes, conseguir reunir numa só massa, nacional e central, soma de detalhes de que se recordam, quando o conseguem, eruditos e juristas, linguistas e historiadores, críticos de filosofia ou literatura... despertadores de fontes de entre estes restos adormecidos (1994, p. 139-140).

Nesse trecho fica evidente que uma biblioteca tem função de depósito, imóvel, mas Serres destaca que esse lugar (assim como um museu, uma videoteca, por exemplo) desempenha também outro papel: é local “de consulta, logo de movimento” (p. 141). No entanto, as novas tecnologias anulam a necessidade de concentração de informações em um local determinado e facilitam o acesso a elas:

Com efeito, concentração e reunião tornam-se inúteis, mesmo prejudiciais, a partir do momento em que a rede, conectada em todo o lado, assegura, sozinha, as duas funções de transporte e de suporte, de plano e de animação: por uma mesma prática fazemos circular a informação e vamos consultá-la onde ela estiver, onde quer que esteja e seja qual for a quantidade que aí se concentre, mesmo pequena ou única. As antigas acumulações parecem, antes de mais, convergir num ponto, mas este lugar diverge imediatamente para o universo, como se a atracção para o global, em todo o lado, igualasse a atracção para o local, aqui. Este equilíbrio exacto, este fora daí, este fora de nós reconhecido, ainda há pouco, em nós, caracteriza o nosso tempo (1994, p. 142-3).

Em virtude dessas observações, o filósofo menciona que as redes poderiam receber a denominação de *cineteca*, pois “cine” evoca mobilidade e “teca”, depósito:

[...] a palavra cineteca não descreveria mal esta rede, única e múltipla, versátil e estável, presente e ausente, real e virtual, este conservatório gigantesco e indescobrível, universal e local, que deveria, muito rapidamente, substituir as bibliotecas, museus, videotecas, agências, mercados, bancos, seguros e bolsas

diversas, *campus* e universidades, todos lugares antigamente dispersos nas suas respectivas concentrações [...] (1994, p. 143) [grifo do autor].

Verificamos nesse trecho que Serres qualifica a rede como “real e virtual”. Com base nessa caracterização, podemos inferir que a rede, enquanto um “conservatório gigantesco” de informações, é existente, real, mas “não-presente fisicamente”, é virtual. O próximo fragmento, em que o autor apresenta a proposta de sua obra, denominada *Atlas*, elucidando-nos quanto à sua concepção de virtualidade:

A saída de si que este livro descreve, antes de mais, na experiência humana viva, pela viagem e distanciação da consciência, realizam-na as nossas tecnologias, na prática, associando o local e o global em, e por, um espaço virtual completamente novo, embora tão antigo como essa mesma experiência humana (1994, p. 144).

É justamente essa “saída de si”, “o fora do aí”, a não-presença, que Michel Serres apresenta como peculiares ao nosso tempo, que definem o virtual na perspectiva filosófica desse autor.

Segundo Serres, as novas tecnologias possibilitam a saída de si, associam o local e o global num espaço virtual, que é antigo, mas reinventado com as modificações da era da informação. Convém destacar que a atribuição do adjetivo antigo ao virtual justifica-se pelo fato que este não é propriedade exclusiva das redes informáticas. Em *Atlas*, o autor indaga: “Onde se encontram, por exemplo, as informações utilizadas nesse livro?” e responde: “Em lado nenhum, e recolhidas pelo universo”, ou seja, encontram-se num espaço virtual, não-presente, fora do aí. Outro exemplo pertinente: “Onde se concentram os capitais financeiros? A sua volatilidade leva-os sempre para alhures” (p. 144-5). Portanto, para o filósofo, o abandono da presença, o virtual, é anterior às redes digitais.

Serres também afirma que as concentrações atuais tornam-se virtuais (p. 144). Ao relacionarmos essa assertiva com o exemplo do livro, mencionado, concluímos que o conjunto de informações presentes num livro e, portanto, atuais, tornam-se virtuais, não-

presentes. Dessa forma, evidenciamos que o autor analisa a passagem do atual ao virtual, ao contrário de Lévy (1996), que analisa a passagem do virtual em direção ao atual.

Outro aspecto divergente entre esses autores é que para Lévy (1996), o virtual, com muita frequência, não está presente, mas essa não-presença, embora tenha uma parte de verdade interessante, não é pertinente para fundamentar uma teoria (p. 15). Já Serres (1994) demonstra que a crença no virtual enquanto não-presença permite fundamentar suas reflexões e analisar vários fenômenos. Isso é comprovado, quando esse pensador discute o ensino, o conhecimento, a instituição, o professor e o conceito de homem à luz de sua concepção de virtualidade, como demonstraremos a seguir.

Segundo Serres, na prática, fronteiras, distâncias geográficas, sociais, financeiras, culturais, lingüísticas, entre outras, separam os aspirantes ao saber. A solução para o acesso ao ensino são as novas tecnologias, que permitem a “formação a distância”. Esse tipo de ensino, “pelas tecnologias actuais, custa menos dinheiro do que o ensino clássico, cujo preço, esmagador, só encontra, por todo o lado, recursos que se esgotam; ela [formação a distância] jaz, em todos os lugares, à disposição de todos” (p. 170).

O autor, defensor da formação a distância, enfatiza que, obviamente, nada pode substituir a relação calorosa e viva entre docente e discente; entretanto, argumenta em relação ao ensino presencial, que “o corpo docente” “em voz e osso” anuncia justamente o virtual, pois “não indica, exprime ou mostra senão sombras”, ou seja, através dos ausentes trata-se da história, abordando formas e números, ensina-se matemática, mencionando países desconhecidos tematiza-se a geografia (p. 177-8).

Michel Serres também questiona onde estão as noções abstratas da matemática, os conceitos de filosofia e responde: nos espaços virtuais. Estes “são há muito tempo frequentados por todas as disciplinas do saber e das culturas” (p. 179).

O professor, presente, pode ser considerado a encarnação de conteúdos virtuais. Nesse sentido, o presencial é considerado por Serres precioso, mas também perigoso, pois um educador, ao tratar os assuntos como escravos, pode ser concebido como um mestre, um guru, o detentor de um saber que, na verdade, é compartilhado por muitos (p. 178).

O filósofo explica também que a “incarnação do saber no corpo docente data de épocas em que apenas uma pessoa rara era portadora do saber: ancião experiente, padre, mestre, autor... respeitado, consultado, venerado”. Dizia-se habitualmente desses portadores do conhecimento “que, quando morressem, ‘desaparecia uma biblioteca inteira’ ”. No entanto, com a invenção de novos suportes, como a escrita, a imprensa, livros e livrarias, “nunca mais morreu o corpo vivo e presente, receptáculo ou tabernáculo do saber”, visto que o livro escrito é o verdadeiro corpo, é mais carne do que a carne do seu autor. “E, também, como o de um anjo, este corpo sutil pode, virtualmente, partir, voar, falar em lugares onde não está o corpo presente”. Para Serres, “o ensino a distância nasce com a escrita, para se desenvolver através da imprensa” (p. 177).

Já que os conhecimentos habitam um espaço virtual, a verdadeira instituição também é virtual:

Por trás dos muros, cursos e tectos da escola ou do *campus*, cuja presença espessa fascina/engana os vossos olhos ofuscados, esconde-se a verdadeira, a única instituição de ensino: a universidade virtual; como parêntesis, utilizo, como é evidente, o termo *universidade* no seu sentido lato originário de conjunto universal de todas as formações em todos os tipos de saberes (1994, p. 178) [grifos do autor].

Serres destaca que o espaço virtual é o melhor dos lugares de formação e a mais flexível das escolas, pela anulação relativa das distâncias e a maleabilidade do tempo, suscitadas pelas novas tecnologias (p. 184). São as diferentes relações que o virtual estabelece com o tempo, quando comparado ao espaço do mundo, que propiciam a comunicação entre todos e, por consequência, satisfazem as necessidades de formação. No trecho a seguir, o filósofo caracteriza o espaço virtual:

Projectado pelos nossos usos, adaptado aos nossos modos de viver, construído e suscitado entre nós; flutuante, global e igualmente local; ausente, é verdade, mas presente; técnico, porque ligado a construções, funcionamentos e conexões de artefactos e, no entanto, humano, pois os nossos grupos, antigos, aí se encontram, enquanto se formam novos, o espaço virtual não tem as mesmas relações com o tempo que o espaço do mundo, submetido tanto ao simultâneo como ao inevitável; ele pode, com efeito, negociar, pouco oportunamente, uma análise que destrói em parte a obrigação de simultaneidade dessincronizando a emissão e a recepção, por exemplo. Posso ouvir amanhã o que tu me disseste ontem, ou ver esta noite imagens emitidas anteriormente (1994, p. 183).

De acordo com o exposto nesse fragmento, é no espaço virtual que grupos já formados se encontram e novos se compõem. Nesse contexto, Michel Serres afirma que a saída de si, que é individual, “é acompanhada pela mesma capacidade, social ou colectiva, de se reunir alhures num lugar não definido” (p. 187). A “sociedade pode reconhecer-se sem se reunir sempre localmente nem fisicamente” (p. 188).

O autor indaga-nos: “Como é que um grupo se projecta, também ele, fora daí?” (p. 187). Para responder à questão, afirma:

A paixão que se devota à rádio ou ao canal de televisão de tão numerosos contemporâneos não decorre das encantações do som nem do prestígio das imagens, exageradas, mas das novas maneiras de se reunir. Cada um se projecta no espaço virtual que aparece na caixa e habita [...] estes múltiplos *habitats* virtuais, ainda mais e melhor do que a sua própria casa, e frequenta, a distância e virtualmente, cem pessoas que vêm suprir a sua solidão, mas nunca se encontrará na sua presença (1994, p. 188) [grifo do autor].

Michel Serres conclui: “Os espaços virtuais reúnem-nos virtualmente; o que não quer dizer vã e falsamente” (p. 188).

O referido pensador apresenta indiretamente seu conceito de virtual, mas sua abordagem permite evidenciarmos a não-presença como uma característica não-exclusiva das redes informáticas. O conhecimento, as instituições, o docente, as relações sociais, os locais de concentração de informação e outros aspectos foram reavaliados à luz da “saída de si” que *Atlas* descreve. Nessas considerações não faltou a definição de Serres do homem:

Nós não somos seres aí: não só não estamos frequentemente aí como não somos sequer seres, porque ocasionalmente saímos de nós mesmos: *eu penso, eu ajo, eu trabalho, eu falo, logo eu existo fora de mim e fora do aí* (1994, p. 181) [grifos do autor].

### 1.3 A acepção do virtual

No item anterior, brevemente retomamos definições da palavra virtual para que posteriormente concluíssemos o(s) significado(s) desse vocábulo. A acepção de virtual empregada nesta pesquisa será exposta no que segue. Com base na proposta de Pierre Lévy (1996, 1999), empregamos o virtual no sentido de campo potencial de ações, ou seja, um conjunto de atividades suscetíveis de serem atualizadas, concretizadas.

Nessa ótica, o virtual não se confunde com o possível, pois este é algo já constituído, já predeterminado, que requer uma realização, uma ocorrência. O virtual, ao contrário, não está previamente estabelecido, esperando uma realização. O virtual designa uma série de tendências que acompanha um acontecimento, objeto ou entidade e carece de atualização. Esta, por sua vez, é a invenção de uma solução para um campo potencial, é criação, invenção de uma forma, produção de qualidades novas que redefinem o virtual.

Ao seguirmos essa linha argumentativa, não podemos afirmar que nas conversações *on-line* há uma série de possibilidades de interações entre internautas que exigem uma realização, pois os contatos entre usuários da rede mundial não estão, de forma alguma, já fixados, à espera de trocas lingüísticas, que dotarão essas possibilidades de interação de uma forma de realização. Acreditamos que essas conversações podem ser denominadas virtuais porque há um campo potencial de relações sociais entre os internautas que poderão ser atualizadas de diferentes maneiras no momento em que dialogam.

Quando os indivíduos interagem pela primeira vez, através da troca de dizeres, não dotarão de realidade vínculos predeterminados, e sim estabelecerão diferentes relações

(fraternais, afetivas ou conflitantes, por exemplo) no momento em que ocorre a conversa. É nesse instante que eles oferecerão uma solução a esse campo potencial de ligações sociais. Dito de outro modo, a materialidade lingüística da conversação é a atualização de uma série de interações virtuais, ou seja, potenciais, suscetíveis de serem efetivadas. E, mesmo quando há diálogo *on-line* entre pessoas que já possuem vínculos previamente estabelecidos fora da rede mundial, os rumos da conversação (aproximação amorosa, aumento ou ruptura dos laços fraternais, etc.) não estão já prefixados, à espera de dizeres que darão realidade a uma série de possibilidades, mas é no bate-papo que serão intensificadas ou amenizadas as relações sociais. Sendo assim, cremos que é na troca lingüística, que os rumos potenciais, virtuais dos relacionamentos serão atualizados.

Ao mesmo tempo, a comunidade formada pelos internautas que conversam numa sala de bate-papo *on-line*, por exemplo, é virtual. Conforme Lévy (1999), esse tipo de comunidade não é “irreal, imaginária ou ilusória, trata-se simplesmente de um coletivo mais ou menos permanente por meio do novo correio eletrônico mundial”. Para o autor, as “ ‘comunidades virtuais’ realizam de fato uma verdadeira atualização (no sentido da criação de um contato efetivo) de grupos humanos que eram apenas potenciais antes do surgimento do ciberespaço”. Inclusive o filósofo comenta: “A expressão ‘comunidade atual’ seria, no fundo, muito mais adequada para descrever os fenômenos de comunicação coletiva no ciberespaço do que ‘comunidade virtual’ ” (p. 130).

Além dessas observações que subsidiam a utilização das terminologias “conversações/bate-papos/interações/comunidades *virtuais*”, consideramos que algumas das modalidades da virtualização apresentadas por Lévy (1996) também contribuem ao emprego do termo virtual.

A propriedade “desprendimento do aqui e agora” é em parte evidente nos bate-papos *on-line*, tendo em vista que os internautas dialogam sem estarem presentes fisicamente e a

localização geográfica não intervém na conversação, o que comprova “o desprendimento do aqui”, mas não há “desprendimento do agora”, porque as interações ocorrem em tempo real.

A modalidade “Efeito Moebius” diz respeito à passagem do interior ao exterior e vice-versa e manifesta-se, por exemplo, na cambialidade entre público e privado. Nos bate-papos via Internet, um determinado usuário pode encontrar-se no espaço privado de sua residência e ao mesmo tempo estar interagindo no espaço público que é o ciberespaço, ou pode estar situado fisicamente num ambiente público e estar dialogando através da rede mundial com alguém que se encontra num local íntimo, particular.

Levando em consideração que Lévy (1996) afirma que o virtual, não raramente, não está presente e, inclusive, o concebe como entidade desterritorializada, ou seja, algo não-fixado em nenhuma coordenada espaço-temporal, e que Serres (1994) fundamenta suas reflexões sobre os espaços virtuais na crença do virtual como não-presença, concluímos que o termo em discussão também pode ter outra acepção, além daquela apresentada inicialmente. O virtual também é o abandono da presença física, é uma “saída de si”, como propõe Serres.

Esse conceito oferece um embasamento teórico ao emprego do virtual como um item lexical especificador das conversações no ciberespaço, porque nesses diálogos há um “abandono da presença”, ou seja, indivíduos ou grupos estabelecem vínculos sociais sem um lugar físico de referência que seja estável, comum a seus membros. Nessas interações são estabelecidas, como argumenta Lévy (1999), relações humanas desterritorializadas (p. 130).

Ao concluirmos, acrescentamos às abordagens feitas os comentários de Dias, para a qual

o virtual é tomado pelo sujeito na instância do imaginário, como se ali ele estivesse livre das coerções do mundo. No entanto, o virtual, sendo ele real, e, portanto, funcionando como dispersão e incompletude, coloca o sujeito no confronto com sua própria constituição material. Com sua própria constituição na história (2004, p. 25).



Essa autora explica que pelo fato de o virtual permitir ao sujeito “experimentar-se (criar-se)”, esse lugar “estabelece uma outra possibilidade de relação imaginária do sujeito com aquilo que o determina sócio-historicamente”. Dessa forma, o virtual funciona como produtor da ilusão de unidade do sujeito (p. 60). Sob essa perspectiva, Dias defende que o virtual pode ser pensado como um elemento importante na compreensão do sujeito pós-moderno.

Outra consideração pertinente dessa autora diz respeito às mudanças na relação dos sujeitos com o espaço físico mediante o advento do espaço virtual. A autora argumenta que passamos da Idade Média para a Renascença, e, posteriormente, para a Modernidade, etapas históricas em que “o mundo teve um avanço científico dos mais importantes na direção da construção de um mundo fisicalista, através das teorias de filósofos como Copérnico, Kepler, Galileu, Descartes, Newton”. Todavia, ao adentrarmos o século XXI, vivenciamos o período ciberespacial, no qual há uma busca para “eliminar as distâncias físicas do espaço”, a fim de torná-las virtuais. Na atualidade, “não é o domínio físico que se expande, como na época das grandes navegações, ao contrário, ele encolhe mediante a expansão do domínio virtual”. Por isso, “o sujeito pós-moderno tem a possibilidade de habitar virtualmente todos os lugares”, o que, inegavelmente, intervém na forma como percebe a realidade e atua nela (p. 33-4).

Feitas essas reflexões, evidenciamos que a compreensão da significação do virtual não somente propicia precisão terminológica ao emprego desse vocábulo, mas também suscita questionamentos quanto à constituição da subjetividade de quem interage nos diálogos virtuais, um dos interesses norteadores desta pesquisa.

No que segue, conceituaremos ciberespaço – “a região dos mundos virtuais” – e cibercultura, o movimento social oriundo da disseminação desse novo meio (LÉVY, 1999, p. 163-4). Partindo do pressuposto que nosso objeto de estudo é o discurso produzido pelos internautas em algumas conversações que ocorrem no ciberespaço, a seguir estaremos

apresentando elementos pertinentes ao conhecimento do espaço de produção do discurso que estamos analisando. Dessa forma, resgataremos aspectos que constituem as condições de produção do processo discursivo em foco.

## 2 O CIBERESPAÇO

### 2.1 Um espaço de produção discursiva

Conforme Lévy (1999), *ciberespaço* ou *rede* define-se como “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores”. O termo diz respeito à “infra-estrutura material da comunicação digital”, ao “universo oceânico de informações que ela abriga” e aos “seres humanos que navegam e alimentam esse universo”. Já o neologismo *cibercultura* “especifica [...] o conjunto das técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (p. 17).

O vocábulo ciberespaço foi criado em 1984, por William Gibson, em seu romance de ficção científica *Neuromante* e correspondia ao universo das redes digitais. Posteriormente, o termo foi retomado por usuários e criadores dessas redes (p. 92).

Esse espaço oriundo da interconexão mundial dos computadores propicia a combinação de vários modos de comunicação e de interação; possibilita acessar à distância os diversos recursos de um computador; transferir dados, ou seja, copiar um pacote de informações (arquivo) de uma memória digital para a memória de um computador pessoal; e trocar mensagens através do correio eletrônico (p. 92-104).

Lévy afirma que a “emergência do ciberespaço não significa [...] que ‘tudo’ pode enfim ser acessado, mas antes que o Todo está definitivamente fora de alcance” (p. 161).

Declara a função desse novo ambiente e prevê a conseqüência de sua expansão:

Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do próximo século (1999, p. 93).

Esse espaço, que suscita expectativas positivas quanto a sua expansão na perspectiva de Pierre Lévy, emergiu há pouco tempo. De acordo com esse estudioso, na Califórnia, na década de 70, um verdadeiro movimento social, denominado *Computers for the People*, inventou o computador pessoal (p. 125). Já nos anos 80, a “informática perdeu, pouco a pouco, seu status de técnica e de setor industrial particular” e começou a integrar-se com as “telecomunicações, a editoração, o cinema e a televisão” (p. 31-2).

No final da década de 80 e início de 90, jovens profissionais das grandes metrópoles e dos campi americanos originaram um movimento sócio-cultural que tomou rapidamente proporção mundial. Diferentes redes de computadores que haviam se formado no final dos anos 70 se uniram umas as outras e, simultaneamente, ocorreu um considerável aumento do número de pessoas e de computadores conectados à “inter-rede” (p. 32). Assim, surgiu o ciberespaço e, conseqüentemente, a cibercultura.

Lévy enfatiza a propagação da cibercultura, salientando a disseminação de correntes artísticas, literárias, etc., que se dizem integrantes desse movimento. Para o pensador, o termo em análise expressa o surgimento de um novo tipo de universal: o universal sem totalidade, que deve ser concebido como extensão, integração, interatividade de todos, como a presença virtual da humanidade no aqui e agora.

Para entender por que a cibercultura designa uma nova universalidade, é preciso nos reportarmos às modificações da comunicação anteriores ao surgimento desse movimento. Nas sociedades orais, as mensagens lingüísticas eram sempre recebidas no mesmo contexto em que eram produzidas. Entretanto, com o advento da escrita, os textos passaram a estar separados no tempo e no espaço de sua fonte de emissão. Por estarem desvinculados da situação de produção, poderiam aparecer problemas de recepção e de interpretação. Em virtude disso, do lado da recepção, “foram inventadas as artes da interpretação, da tradução, toda uma tecnologia lingüística (gramáticas, dicionários etc.)” e, do lado da emissão, “foi feito

um esforço para compor mensagens que pudessem circular em toda parte, independentemente de suas condições de produção”, ou seja, mensagens auto-explicativas (p. 114). Para evitar as dificuldades de compreensão, “algumas mensagens foram então concebidas para conservar o mesmo sentido, qualquer que seja o contexto (o lugar, a época) de recepção: são as mensagens ‘universais’ (ciências, religiões do livro, direitos do homem etc.)” (p. 15).

“No universal fundado pela escrita”, o significado dever permanecer imutável, ser o mesmo em qualquer lugar e momento. Essa “pretensão ao ‘todo’, a tentativa de instaurar em todos os lugares o mesmo sentido (ou, na ciência, a mesma exatidão)” são os aspectos que evidenciam a escrita enquanto associada ao universal totalizante (p. 115-6). Nesse contexto, totalidade diz respeito à “conjunção estabilizada do sentido de uma pluralidade (discurso, situação, conjunto de acontecimentos, sistema etc.)” (p. 121).

Se a escrita tinha unido o universal e a totalidade, o ciberespaço nos faz retornar à situação existente antes da escrita, mas em outra escala, pois “a interconexão e o dinamismo em tempo real das memórias *on-line* tornaram novamente possível, para os parceiros da comunicação, compartilhar o mesmo contexto” (p. 118) [grifo nosso].

A hipótese de Lévy é que a cibercultura reconstitui a “co-presença das mensagens de volta ao seu contexto, como ocorria nas sociedades orais”, mas de forma distinta. Essa “nova universalidade não depende mais da auto-suficiência dos textos, de uma fixação e de uma independência das significações”. Esse universal não-totalizável é construído e expandido através da interconexão das mensagens e através de sua vinculação permanente com as comunidades virtuais, que constantemente as renovam (p. 15).

À medida que o ciberespaço amplia-se, torna-se universal, menos as informações veiculadas nesse meio são totalizáveis. Essa universalidade sem centro, desprovida de significado central, é denominada por Lévy “universal sem totalidade”, essência da cibercultura (p. 111).

Além da reconstituição, de forma diferente, da situação de comunicação das sociedades orais, na era da cibercultura, há também uma relação com o saber que relembra os grupos que interagiam com ausência do registro escrito. Quando a linguagem oral era o subsídio da comunicação, o saber pertencia à comunidade viva, tanto que, perante a morte de um velho, acreditava-se que se extinguia uma biblioteca inteira. Com o surgimento da escrita, o saber passa a ser transmitido pelo livro, que imaginariamente contém a totalidade das informações. Para exemplificar a concentração do conhecimento em uma única obra, Lévy cita a Bíblia, o Corão, os textos sagrados, os clássicos, e explica que na época do saber concentrado em uma publicação, era o intérprete o possuidor do conhecimento. Com o advento da impressão, novamente os critérios mudam, pois “o saber não é mais transmitido pelo livro, mas pela biblioteca” (p. 163-4). E, nesse contexto, destacam-se os sábios e os cientistas. Mas, com a cibercultura, há um quarto tipo de relação com o conhecimento,

por uma espécie de retorno em espiral à oralidade original, o saber poderia ser novamente transmitido *pelas coletividades humanas vivas*, e não mais por suportes separados oferecidos por intérpretes ou sábios (1999, p. 164) [grifos do autor].

A diferença entre a sociedade atual e a antiga é que agora o saber não é dominado pela comunidade física, mas encontra-se no ciberespaço. Essa “região dos mundos virtuais” permite aos grupos conhecerem-se a si mesmos como “coletivos inteligentes” (p. 164).

O reconhecimento dos grupos como “coletivos inteligentes” decorre da intercambialidade de informações via rede. Conforme Azambuja (2003), que focaliza a produção da subjetividade contemporânea e suas mutações, a partir da emergência do ciberespaço, a troca cultural, denominada “interculturalidade”, ultrapassa os limites territoriais e, dessa forma, propicia conhecimento de novas formas de ver, sentir e pensar o mundo (p. 35). Permite a quem está envolvido no ciberespaço exercitar a inteligência coletiva sem fronteiras, a liberdade e a diversidade de opiniões, o que propicia novos modos de subjetivação.

É inegável que a formação de coletivos inteligentes e articulação entre eles promove a distribuição da informação, conseqüentemente, surgem novas percepções da realidade. Por isso, há, de certa forma, no ciberespaço, igualdade no acesso ao conhecimento, o que repercute na ação dos cidadãos fora do ambiente virtual e vai de encontro a uma das dicotomias sociais, a saber, a divisão entre aqueles considerados “inteligentes” e aqueles rotulados como “destituídos de conhecimento”.

Nesse âmbito, Dias (2004) menciona a existência de um “entusiasmo em torno do ciberespaço como um novo ‘espaço público igualitário’, para onde muitos migraram seus sonhos, suas expectativas num mundo melhor e numa sociedade mais humana” (p. 168).

Retornando às considerações de Lévy sobre a cibercultura, salientamos que esse filósofo a adiciona a outras duas grandes etapas na história. A primeira delas seria “a das pequenas sociedades fechadas, de cultura oral, que vivem uma totalidade sem universal”; a segunda, “a das sociedades ‘civilizadas’, imperialistas, usuárias da escrita, que fizeram surgir um universal totalizante”; e a terceira, a da cibercultura, que corresponde “à globalização concreta das sociedades, que inventa um universal sem totalidade” (p. 248).

Nesse sentido, “o ciberespaço não engendra uma cultura do universal porque *de fato* está em toda parte, e sim porque sua forma ou sua idéia implicam *de direito* o conjunto dos seres humanos (p. 119) [grifos do autor]. Para Lévy,

[...] a emergência do ciberespaço é fruto de um verdadeiro movimento social, com seu grupo líder (a juventude metropolitana escolarizada), suas palavras de ordem (interconexão, criação de comunidades virtuais, inteligência coletiva) e suas aspirações coerentes (1999, p. 123).

Desde a utilização da informática como recurso de comunicação, o ciberespaço passa a ser concebido como espaço de “prática de comunicação interativa, recíproca, comunitária e intercomunitária”, como um lugar “heterogêneo e intotalizável” no qual muitas pessoas podem participar e contribuir (p. 126).

Conforme Lévy, o “ciberespaço visa, por meio de qualquer tipo de ligações físicas, *um tipo particular de relação entre as pessoas*” (p. 124) [grifos do autor]. E três princípios básicos, do mais básico ao mais elaborado, orientaram o crescimento inicial desse ambiente: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva.

Quanto à interconexão, na cibercultura, é sempre preferível ao isolamento. É uma das pulsões mais fortes da origem do ciberespaço. As comunidades virtuais prolongam esse primeiro princípio. Lévy salienta que a comunicação por rede não substitui os encontros físicos; ao contrário, os complementa e os adiciona. Para seus participantes, os outros membros das comunidades virtuais são humanos, pois “seu estilo de escrita, suas zonas de competências, suas eventuais tomadas de posição obviamente deixam transparecer suas personalidades” (p. 129). As enganações e conflitos e as relações fraternais, afetivas e conflitantes ocorrem entre os participantes dessa comunidade, assim como ocorrem entre as pessoas que se relacionam pessoalmente. Outra semelhança entre as comunidades que interagem pessoalmente e virtualmente é a existência de um conjunto de normas a serem seguidas para estabelecimento e manutenção de interações. Tais normas, na interação presencial, são as etiquetas, e na não-presencial, são as “netiquetas”.

A comunidade virtual é também um dos princípios básicos para a emergência do ciberespaço. Para o filósofo, a “cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre *links* territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder”. O interesse pelo estabelecimento de vínculos via rede estaria motivado pela “reunião em torno de centros de interesses comuns” e “aprendizagem cooperativa”, pelo “compartilhamento do saber” e por “um ideal de relação humana desterritorializada, transversal, livre” (p. 130) [grifo nosso].

Outro princípio encorajador do crescimento do ciberespaço é a inteligência coletiva, que se define como uma “inteligência variada, distribuída por todos os lugares,



constantemente valorizada, colocada em sinergia em tempo real” [...] (p. 199). O autor explica que a inteligência coletiva constitui a “finalidade última” da cibercultura, pelo seguinte fato:

Um grupo humano qualquer só se interessa em constituir-se como comunidade virtual para aproximar-se do ideal do coletivo inteligente, mais imaginativo, mais rápido, mais capaz de aprender e de inventar do que um coletivo inteligente gerenciado (1999, p. 130-1).

Lévy também salienta que a inteligência coletiva não é uma solução e sim um problema:

A extensão do ciberespaço transforma as restrições que haviam ditado à filosofia política, às ciências da administração, às tradições de organização em geral o leque habitual de soluções. Hoje, um bom número de restrições desapareceu devido à disponibilidade de novas ferramentas de comunicação e de coordenação, e podemos pensar novos modos de organização dos grupos humanos, estilos de relações entre os indivíduos e os coletivos radicalmente novos, sem modelos na história e nas sociedades animais. Repetimos, mais que uma solução, a inteligência coletiva [...] é um campo aberto de problemas e pesquisas práticas (1999, p. 132).

Para esse filósofo, a finalidade da inteligência coletiva é “colocar os recursos de grandes coletividades a serviço das pessoas e dos pequenos grupos – e não o contrário”. Ele também assinala que a inteligência coletiva tanto contribui para “acelerar a mutação em andamento” como para “isolar ou excluir ainda mais aqueles que dela não participarem”, logo, é ambivalente (p. 200-1).

A inteligência coletiva é uma questão de suma relevância na análise da contemporaneidade, tendo em vista que o conhecimento, tradicionalmente possuído por uma minoria escolarizada, propaga-se a uma maioria não-necessariamente educada nos bancos escolares. Assim, não temos apenas a disponibilização de recursos pertencentes às grandes coletividades para os pequenos grupos, como afirma Lévy, temos também o contrário, o que evidencia um outro aspecto caracterizador da ambivalência da inteligência coletiva. Esclarecendo o exposto: a inteligência distribuída é ambivalente tanto por oferecer a muitos o que pertence a poucos e vice-versa, quanto por poder servir à aceleração das mudanças e simultaneamente à exclusão daqueles que delas não participam.

Ainda em relação aos fatores que determinam o crescimento do ciberespaço, destacamos que cada um dos três aspectos mencionados, interconexão, comunidade virtual e inteligência coletiva, estão interligados:

[...] não há comunidade virtual sem interconexão, não há inteligência coletiva em grande escala sem virtualização ou desterritorialização das comunidades no ciberespaço. A interconexão condiciona a comunidade virtual, que é uma inteligência coletiva em potencial (1999, p. 133).

Entretanto, Lévy reafirma o ciberespaço como propagador de um movimento social e cultural, que se dissemina cada vez mais não somente pelos três princípios abordados. Todos os três “talvez sejam secretamente movidos por dois ‘valores’ essenciais: a autonomia e abertura para a alteridade” (p. 132).

Em síntese, o “ciberespaço surge como a ferramenta de organização de comunidades de todos os tipos e de todos os tamanhos em coletivos inteligentes, mas também como o instrumento que permite aos coletivos inteligentes articularem-se entre si” (p. 133).

As peculiaridades do ciberespaço mencionadas têm de ser relevadas quando nos propomos à análise de seqüências discursivas de referência selecionadas nas interações que ocorrem nesse ambiente, com vistas à compreensão de seu funcionamento discursivo. São essas particularidades que nos oferecerão subsídios à compreensão das condições sócio-históricas de produção do discurso que é nosso objeto de estudo e nos orientarão no desvendamento da constituição da(s) subjetividade(s) dos participantes de diálogos no ciberespaço.

## 2.2 Um espaço de virtualidade e subjetividade

### 2.2.1 O real e o imaginário

O ciberespaço é um lugar disponibilizador de uma prática de comunicação recíproca, isto é, na qual os atores da interação são tanto emissores, como receptores, conforme explica Lévy (1999). Nesse âmbito, Michel Serres (1994) afirma que na era das redes e das mensagens informáticas não se repetem mais uma vez os antigos imperialismos, em que uma lei única se impunha ao conjunto dos lugares. A rede, bem conectada, “desenvolve a reunião das intersecções de todos, emissores e receptores em duplo feixe”. “Neste novo universo, não centrado, o meio jaz em todo o lado, e qualquer coisa, qualquer lugar, qualquer grupo ou qualquer frase ocupam nele, pelo menos de direito, um ponto focal” (p. 124).

Segundo esse pensador francês, a solução contemporânea do local passa, ao contrário da exclusão, “pela conexão, o acolhimento e a inclusão de todos os outros, por mais pequenos que sejam: a rede escuta tanto quanto fala”. Assim, caminhamos rumo ao universal por caminhos inversos impostos pelos impérios (p. 146-7).

Relembremos como nos antigos impérios havia uma hierarquia em que uma lei única, proposta por poucos (emissores) propagava-se e intervinha nas ações de muitos (receptores), dispersos em diferentes localidades. Com a conexão, advinda da rede, todos, independente de onde estejam, estão reunidos, de forma que cada indivíduo, “por mais pequeno que seja”, é tanto emissor como receptor. Inferimos, na leitura de Michel Serres, que é a inclusão, a participação e a comunicação de todos (e não a exclusão, o silêncio de muitos dos antigos impérios) o diferencial deste novo universo conectado pelas mensagens informáticas.

Notemos como Serres (1994), ao tratar da era das redes, e Lévy (1999), ao tematizar o ciberespaço, estão em consonância por evidenciarem que o meio criado pela interconexão mundial dos computadores é o ideal ao encontro, ao compartilhamento, à reunião e, principalmente, à oportunidade de comunicação, de expressão de todos que o visitam.

Esses filósofos também assemelham-se por fazerem referência ao “universal”. Para Lévy, o ciberespaço produz uma cultura do universal, que se define como extensão,

integração, interatividade de todos, como a presença virtual da humanidade no aqui e agora. E, para Serres, caminhamos rumo ao universal por caminhos diferentes daqueles impostos pelos antigos impérios, ou seja, a rede mundial não promove a exclusão de muitos e o direito à fala a poucos, mas favorece a inclusão e a possibilidade de manifestação aos indivíduos que nesse lugar se encontram.

À luz da teoria da subjetividade na Análise do Discurso iniciada por Michel Pêcheux, as afirmações de Lévy e Serres quanto à proximidade com o saber, ao compartilhamento de conhecimentos, à facilidade de comunicação e expressão de indivíduos e grupos requerem uma reflexão mais atenta.

Adiantamos que, de acordo com a linha teórica por nós adotada, o sujeito deseja constantemente a completude, quer uma homogeneidade lógica e uma estabilidade semântica no mundo; todavia, a incompletude, inerente a esse sujeito, não deixa de mostrar-se através da língua, sistema não-unívoco, sempre suscetível ao deslocamento de sentidos.

Creemos que a mobilidade dos sentidos encontra no ciberespaço um lugar ideal a sua manifestação, porque nesse lugar, há, reiteradamente, possibilidades de conhecimento de novas formas de perceber a mesma realidade, de descobrir saberes, de dialogar com sujeitos não apenas fisicamente distantes, mas culturalmente afastados. Enfim, a equivocidade inerente à língua evidencia-se mais claramente nesse espaço que acolhe sujeitos tão heterogêneos ao mesmo tempo que lhes dá o direito à fala.

A partir dessas inferências, podemos supor que o ciberespaço, por suas peculiaridades, promove a ruptura da ilusão da unicidade do sujeito, põe em cena a dispersão, a fragmentação intrínsecas a todos nós. Por isso, mesmo submetidos ao processo de assujeitamento ideológico, que faz com que ilusoriamente acreditemos ser origem do nosso dizer e responsáveis pelas nossas enunciações, nós, sujeitos, evidenciamos no espaço criado pela

interconexão mundial a equivocidade, propriedade da língua. Dessa forma, é colocada em cena a heterogeneidade do sujeito e do sentido, o que abala nossa ilusão de autonomia.

Essa suposição não é compartilhada por Dias (2004). Para essa autora, o sujeito, ao atuar na região dos mundos virtuais – o ciberespaço – é afetado pelo imaginário (p. 48). Sendo assim, ele “estabelece uma outra possibilidade de relação imaginária [...] com aquilo que o determina sócio-historicamente”. O virtual permite ao sujeito “experimentar-se (criar-se)” e, por isso, produz a ilusão de unidade (p. 60).

Ainda de acordo com essa pesquisadora,

a facilidade de externalização das emoções num espaço considerado mecânico, artificial, se dá, por um lado, porque o sujeito que entra na sala não está destituído de suas emoções e, por outro lado, porque o sujeito tem a ilusão (constitutiva) de que ali ele está livre das determinações do real, pois, ao entrar no espaço virtual, o sujeito abandona o real de forma imaginária (2004, p. 88).

Convém lembrar que, para Orlandi (1999), real e imaginário são totalmente distintos. Enquanto o real do discurso é a “descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição”, constitutivos “tanto do sujeito como do sentido”, o imaginário é a “unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não-contradição” (p. 73-4). Baseada nessa distinção, Dias (2004) afirma que, “no ciberespaço, o sujeito tem a ilusão de unidade, de completude, pois ele está funcionando no espaço imaginário” (p. 88).

Acreditamos que o ciberespaço pode acolher essas duas possibilidades contraditórias, mas na análise do corpus poderemos confirmar a prevalência de uma delas.

Também ficamos instigadas a refletir sobre as implicações discursivas decorrentes do fato de os sujeitos dialogarem num espaço que divulga momentaneamente ao público manifestações individuais e coletivas e que é livre de algumas coerções sociais impostas fora desse meio.

Afirmamos que o ciberespaço está livre de determinadas pressões que operam fora dele, porque nesse lugar, os programas, dados, informações e obras de todos os tipos “podem transitar instantaneamente de um ponto a outro do planeta digital sem serem filtrados por qualquer tipo de alfândega”. Além disso, os diversos tipos de serviços, como financeiros, médicos, jurídicos, de educação a distância, podem ser oferecidos por empresas ou instituições distantes “de forma instantânea, eficaz e quase invisível”. Dessa forma, o “Estado perde [...] o controle sobre uma parte cada vez mais importante dos fluxos econômicos e informacionais transfronteiriços”. Outro aspecto é que as leis nacionais só podem ser aplicadas dentro das fronteiras dos Estados, pelo fato de no ciberespaço as leis correspondentes à informação e comunicação, como, por exemplo, censura, direitos autorais, associações proibidas, poderem ser facilmente burladas (LÉVY, 1999, p. 204).

### 2.2.2 A não-presença

Estamos refletindo sobre sujeitos que interagem num espaço de comunicação – o ciberespaço – que pode reunir pessoas muito distantes geograficamente. Utilizando os termos de Lévy (1999), temos relações humanas desterritorializadas, ou seja, que não são efetivadas num lugar material, mas num ambiente que promove encontros sem a presença física dos participantes (p. 130). Além disso, nas conversações via rede não há necessidade de se conhecer fisicamente para se relacionar e evidencia-se uma constante cambialidade de interlocutores. Decorrem dessas observações alguns questionamentos: Como essas condições de produção constituem o discurso que é nosso objeto de estudo?, de forma mais especificada, como o fato de a comunicação ocorrer num ambiente de ausência física interfere: nos dizeres dos sujeitos-internautas; e na forma como eles identificam-se e diferenciam-se perante outros sujeitos? Que formações imaginárias constituem esse discurso? Como se dá a antecipação da

imagem que cada um tem do outro? Com base nesses questionamentos, na análise do corpus, serão focalizados os *nicknames*, primeiro índice lingüístico em que o sujeito-internauta baseia-se para identificar o sujeito com quem tecla.

A ausência física dos sujeitos que interagem é uma especificidade que deve ser pensada, visto que no momento em que o sujeito dialoga no ciberespaço pode aproveitar a não-visualização de sua imagem e do lugar onde se encontra para preservar sua intimidade e experimentar ser “outros”, ou seja, pode intencionalmente apresentar-se totalmente diferente do que realmente é, assumir características físicas e psicológicas que não o constituem verdadeiramente. Sendo assim, cada sujeito que conversa no ciberespaço tem *autonomia* para ser o que quiser e pode vivenciar constantemente a *alteridade*, valores que Lévy (1999) aponta como possivelmente os principais motivadores do crescimento do ciberespaço (p. 132). Nesse contexto, o saber da possibilidade de mentira por parte dos interlocutores funciona com um pré-construído que irá determinar o dizer de quem se relaciona na rede.

É pertinente destacar que o fato de o ciberespaço encorajar relacionamentos praticamente independentes dos espaços geográficos não constitui uma novidade. O telefone, por exemplo, propicia uma comunicação interativa e funciona como um dispositivo de telepresença que não leva a representação da voz ao outro lado da linha, leva a própria voz, denominada “corpo sonoro” por Lévy (1996). O meu corpo tangível está aqui, mas meu corpo sonoro está ao mesmo tempo aqui e lá. Esse mesmo desdobramento ocorre com meu interlocutor (p. 28-9). Com o correio, obtivemos uma comunicação recíproca, assíncrona e a distância. Entretanto,

apenas as particularidades técnicas do ciberespaço permitem que os membros de um grupo humano (que podem ser tantos quantos se quiser) se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum, e isto quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horários (LÉVY, 1999, p. 49).

### 2.2.3 A coletivização do individual e a interiorização do coletivo

Nesse lugar aberto à comunicação que é o ciberespaço, as pessoas, por mais heterogêneas que sejam, têm a possibilidade de participar, de contribuir, de integrar grupos.

No ciberespaço, “cada um é potencialmente emissor e receptor” num espaço tematicamente diferenciado, não-fixo, estabelecido pelos participantes. É preciso considerar que as interações eletrônicas ocorrem numa situação em que cada um contribui para modificar ou estabilizar os sentidos dos temas propostos, ou seja, cada um participa do processo de negociação de sentidos. Além disso, as memórias, as histórias individuais são coletivizadas em conferências eletrônicas, ou mais explicitamente reveladas nos *blogs*, os diários da Internet. Assim, cada membro dessas comunidades de internautas permite a sua inscrição nos diálogos com o mínimo de conhecimento que tem sobre o assunto em questão ou com a tematização das suas experiências de vida, de seus pensamentos, objetivos, etc. É relevante mencionar que no momento em que o usuário interage nessa rede de significações, visualiza na tela do computador a exteriorização do pensamentos de outros internautas, depara-se com memórias compartilhadas, dessa forma, amplia seu conhecimento sobre outras visões a respeito dos mesmos núcleos temáticos, num processo de coletivização do individual simultâneo a um processo de interiorização do coletivo (LÉVY, 1996, p. 113-4).

Relembremos que Lévy (1996, 1999) conceitua a virtualização como passagem à problemática, retorno do ser à questão, não sendo de forma alguma uma desmaterialização, nem algo ilusório ou imaginário, e que a associa à hominização. No que concerne aos novos dispositivos de comunicação propiciados pelo ciberespaço, como as conversas eletrônicas, as conferências, aulas virtuais, listas de discussão, por exemplo, podemos evidenciar que contribuímos individualmente, exteriorizando nossas histórias de vida e pontos de vista, para formar comunidades eletrônicas, ao mesmo tempo em que extraímos dessa coletividade da



qual fazemos parte experiências que nos trazem de volta à interioridade. Face a essas considerações, percebemos a “hominização” de que nos fala Lévy (1996), pois as interações virtuais constituem um claro exemplo de possibilidade de processo de transformação de um modo de ser num outro, aspecto que o filósofo trata em sua abordagem humana do virtual.

#### 2.2.4 Os novos modos de subjetivação

Em suas reflexões sobre o ambiente oriundo da interconexão mundial de computadores, Lévy (1999) comenta que é possível reconhecermos “a existência de relações algumas vezes muito estreitas entre determinados desenvolvimentos técnico-industriais e fortes correntes culturais da mentalidade coletiva” (p. 123). Como exemplo da relação mencionada, declara que o crescimento do setor automobilístico durante o século XX está vinculado não somente à indústria, às multinacionais, mas também a um desejo de autonomia e de potência individual. De forma análoga, o crescimento do ciberespaço corresponderia a um “desejo de comunicação recíproca e de inteligência coletiva” (p. 124). Sobre esse desejo de comunicação, Azambuja (2003) apresenta algumas reflexões relevantes à compreensão da subjetividade na era da interação do homem através da máquina.

Uma mídia como a televisão, por exemplo, divulga uma informação ou acontecimento, propaga uma imagem, sem que o telespectador tenha muito tempo para pensar sobre o que ouve ou vê. Dessa forma, o receptor tem uma participação profundamente passiva e “o *desejo comunicativo* é desencarnado, despersonalizado” (p. 83) [grifos do autor].

A *Web* ou “nova mídia” é especificada por uma interatividade na comunicação com dimensão e radicalidade impensadas nas mídias tradicionais, como o rádio, a televisão e o jornal (p. 33). Tais meios de comunicação constituem um sistema fechado e hierarquizado, tendo em vista a existência de um controle da produção e apropriação da comunicação, a qual

pertence aos emissores e não aos receptores, meros depósitos de informação (p. 34). Nesse caso, estamos tratando de “um modo de comunicação excludente de poucos-para-muitos” (p. 36).

Todavia, as novas tecnologias propiciam intensificação, diversificação e democratização da informação. Na *Web*, “o *poder de produção* e o *poder de comunicação* são transferidos para todos os integrantes da teia cibernética”. Por isso, estamos vivenciando uma “desterritorialização do poder de comunicação, antes extremamente concentrado” e verificando a emergência de “um tipo de comunicação aberta, como potência criadora transversal universal, de muitos-para-muitos” (p. 36) [grifos do autor].

Se nos meios de comunicação de massa, a produção do sentido é determinada de modo heterônimo, na *Web* “cada participante da rede mundial agora é, então, uma potência virtual comunicativa *singular* produtora de sentido” (p. 36) [grifo do autor]. Por isso, nas mídias clássicas produz-se “uma subjetividade comunicativa essencialmente passiva e heterônoma” (p. 87), enquanto a comunicação via ciberespaço promove uma nova forma de subjetividade, devido às ricas possibilidades de comunicação humana e compartilhamento dos saberes:

[...] a criação e instituição das novas tecnologias do fazer e do pensar remetem a toda uma nova forma de relação com a comunicação que é precisamente um dos aspectos mais importantes das mutações subjetivas se processando contemporaneamente; quer dizer, estas novas “tecnologias da inteligência” implicam uma relação com o “desejo comunicativo” absolutamente diferente daquele que marcou o *modo de ser comunicativo* fundamental dos *mass media*. Tais tecnologias intelectuais constituem um novo modo de comunicação na medida em que o sujeito comunicativo não é mais um simples agente passivo, mas um “prossumidor”, pois participa ativamente em todo processo comunicativo; ele é, ao mesmo tempo, *produtor e consumidor* de comunicação (2003, p. 88) [grifos do autor].

Conforme Azambuja, “enquanto os *mass media* produzem uma subjetividade comunicativa passiva, padronizada e inserida na lógica da produção e do consumo industrial de massa, de tipo nacional”, na qual há “uma espécie de alienação geral do desejo”, na era da *Web* verifica-se “uma subjetividade comunicativa ativa de tipo internacional, como produção

desejante real”. Dessa forma, “o desejo comunicativo tende a desalienar-se e passar a trabalhar na constituição de novos territórios e processos comunicativos singularizantes” (p. 91) [grifos do autor].

Para esclarecer o exposto, é relevante explicitarmos a questão da produção de sujeitos análoga à produção serializada industrial. De acordo com o autor, a nova mídia “reduz o caráter de *metamáquina de produção da subjetividade* das grandes redes de comunicação de massa” (p. 35) [grifos do autor]. Tais “metamáquinas de produção da subjetividade” devem ser compreendidas à luz das reflexões de Rolnik e Guattari (2005). Esses autores apresentam “a idéia de uma subjetividade de natureza industrial, maquina, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (p. 33). Com base nessa proposição, Azambuja focaliza as mídias de massa ou *mass media*, exemplos dessas “metamáquinas” atuantes na produção seriada de sujeitos com opiniões, interesses, gostos estandardizados.

Para o autor, os *mass media* puderam tornar-se um “quarto poder” por conseguirem atingir grandes massas de pessoas, sendo responsáveis por condicionarem “a produção de sentido, dos valores e da opinião pública”. A consequência desse poder foi a padronização das populações, “presas àquilo que os *mass media* apresentavam ao imaginário social como o ‘certo’, o ‘justo’, o ‘bem’, o ‘mal’ ” (p. 82) [grifos do autor].

Os meios de comunicação estariam atendendo a necessidades econômicas e materiais de reprodução conforme os interesses da sociedade industrial, que visa à produção em série. Essa massificação estende-se e promove a normatização do “*gosto e dos sentidos*, dos modos de perceber, sentir, e subjetivar o mundo – ou seja, de inserir-se existencialmente no mundo” (p. 84-5) [grifos do autor].

Nesse contexto, a mídia soma-se às estatísticas, ao marketing, às eleições, às campanhas, às escolas, às universidades, às telenovelas, aos cinemas, os quais constituem

“agenciamentos coletivos de enunciação” (p. 57), responsáveis pela produção das subjetividades, conforme a terminologia proposta por Rolnik e Guattari (2005, p. 39).

De acordo com Azambuja (2003), entre os agenciamentos coletivos de enunciação destacam-se os *mass media*, por serem fundamentais na produção da subjetividade contemporânea. Entretanto, com o advento da nova mídia, há diversificação e proliferação de tais agenciamentos, o que, por conseguinte, modifica a constituição dos sujeitos.

O autor assinala que o fato de as novas redes de comunicação e informação digitais interativas potencializarem “a liberação de uma multiplicidade infinita de vozes, constituindo, deste modo, um novo poder comunicativo real” pode ter repercussões muito distintas e imprevisíveis (p. 58). Entre elas, cita as mudanças na formação da opinião pública, não mais apenas determinada por uma minoria composta por editores dos grandes veículos de comunicação, mas também pela multiplicidade de indivíduos inseridos no contexto da comunicação via rede (p. 37). Trata-se de “um novo tipo de opinião pública, plural em seu sentido mais radical” (p. 162).

Outra transformação é o fato de as novas relações sociais, econômicas e culturais suscitarem a “emergência de uma nova subjetividade política”. Surge uma cidadania diferenciada, que é desterritorializada, em nível mundial e propiciadora de uma participação direta dos cidadãos nas decisões políticas. Há, enfim, uma “nova forma de auto-organização política e econômica da sociedade a partir do uso das novas tecnologias de produção e comunicação” (p. 162).

Para Azambuja, as transformações tecnológicas da comunicação requerem uma reflexão sobre a subjetividade que leve em conta duas tendências. Ou a marginalização e exclusão social poderão encontrar mais espaço para sua propagação ou a riqueza cultural e científica acumulada pela civilização será disponibilizada a cada cidadão, gerando uma reinvenção do “modo de fazer político, educativo, artístico e cultural das gerações nascentes”.

Segundo essa última tendência, serão formatados “outros modos de subjetivação”, recriadas “novas modalidades de existir” (p. 131).

Lévy (1999) também menciona alternativas contraditórias de aproveitamento do ciberespaço, mas considera que *“permitir que os seres humanos conjuguem suas imaginações e inteligências a serviço do desenvolvimento e da emancipação das pessoas é o melhor uso possível das tecnologias digitais”* (p. 208) [grifos do autor].

### 2.2.5 O sujeito-da-tecnologia

Na Idade Média prevaleceu a forma-sujeito religioso, na qual há uma subordinação explícita do homem ao discurso da religião. Mediante as transformações sociais, surge a forma-sujeito jurídico, na qual o sujeito é ao mesmo tempo livre e submisso, ou seja, tem a ilusão de que tudo pode fazer, entretanto, é não-explicitamente subordinado às leis, com seus direitos e deveres (ORLANDI, 1999, p. 50-1).

Para Dias (2004), o sujeito-de-direito, que estabeleceu suas bases em detrimento do sujeito-religioso, fica enfraquecido pelo aparecimento do sujeito-da-tecnologia. Este tem uma identidade que se caracteriza pela evanescência e multiplicidade, o que “traz uma ruptura em relação ao poder político, jurídico e administrativo no que se refere aos modos de regulação e imputação da ação de um sujeito” (p. 94). Há, com a forma-sujeito digital, um “descentramento do poder e da noção de Estado”. Tal forma-sujeito, “pela separação da imagem do sujeito físico com sua posição de sujeito discursivo, modifica seu engajamento subjetivo, seu modo de identificação ideológica” (p. 96).

Enquanto o sujeito-de-direito é submisso ao poder do Estado e responsável por suas ações, pautadas nos direitos e deveres impostos pelas leis, o sujeito-da-tecnologia “é caracterizado pela evanescência e pela responsabilidade ética de suas ações” (p. 94).

Em caso de fraude na Internet, o sujeito-infrator não será o primeiro a ser procurado pelo poder jurídico, mas sim a máquina que ele utilizou. Por isso, o que importa é “o IP da máquina, sua identidade fixa e identificável pelo Estado, e não o RG do sujeito, sua identidade fixa e identificável, já que esta, no ciberespaço, não tem esse sentido” (p. 94).

Na perspectiva de Dias (2004), “esse ideal de descentramento do poder do Estado está presente na história das redes desde o seu surgimento, quando ela começa a expandir-se e interligar-se a outras redes” (p. 94-5). Sendo assim, a fuga do poder centralizado é uma das ações que fez surgir a Internet.

Dias não afirma que as hierarquias instituídas pela divisão de poderes inexistem no ciberespaço, mas estas, na imagem do sujeito-da-tecnologia, podem não encontrar na região dos mundos virtuais um lugar de proliferação. O sujeito representa o ciberespaço como livre das coerções sociais. Inclusive, essa autora propõe-se a mostrar que a realidade criada nas salas de bate-papo hiv<sup>3</sup>, enquanto espaço virtual, não quer representar o real, mas criar uma nova realidade, que seja desprendida do mundo físico (p. 147). Nesse contexto, salientamos que essa autora constata que alguns sujeitos mantêm-se ainda presos à realidade, por isso, não conseguem dissimular sua identidade (p. 149).

Acrescentamos às abordagens de Dias (2004) as reflexões de Azambuja (2003). Como recém mencionamos, para esse autor, há novas formas de subjetividade, pelo fato de a comunicação, antes de poucos-para-muitos, agora ser de muitos-para-muitos. O poder de comunicação deixa de ser privilégio de uma minoria e se estende aos participantes do ciberespaço. Além disso, a integração promove uma transformação na opinião pública, cada vez mais plural, e permite aos cidadãos uma participação mais direta nas decisões políticas, um exercício mais pleno de sua cidadania. Esses fatores fazem com que percebamos o sujeito-da-tecnologia como um sujeito que descentra não só o poder do Estado, mas também das

---

<sup>3</sup> A sigla “hiv” refere-se ao vírus da Aids, o HIV.

mídias clássicas, porque imagina-se com poder de comunicação, participação e transformação social.

### 2.3 A metáfora do impacto

De posse de uma série de informações sobre as conseqüências do uso das redes informáticas, poderíamos questionar o “impacto das tecnologias” na sociedade e na cultura? Se nos guiarmos novamente pelas reflexões de Pierre Lévy (1999), devemos perceber essa metáfora do impacto, reiteradamente utilizada em textos que anunciam colóquios, em resumos de estudos, artigos de imprensa sobre o desenvolvimento da multimídia, etc., errônea. Para o pensador, ao interpretá-la poderíamos pensar a tecnologia como uma bomba, um projétil e a cultura ou a sociedade como um alvo. Inclusive, o autor indaga se podemos conceber a tecnologia como um “ator autônomo, separado da sociedade e da cultura, que seriam entidades passivas percutidas por um agente exterior” (p. 22).

Lévy define a técnica como “um ângulo de análise dos sistemas sócio-técnicos globais, um ponto de vista que enfatiza a parte material e artificial dos fenômenos humanos”, por isso, não é “uma entidade real, que existiria independentemente do resto, que teria efeitos distintos e agiria por vontade própria” (p. 22).

As técnicas articulam-se a projetos heterogêneos, ações e reações de idéias, “utopias, interesses econômicos, estratégias de poder”, enfim, a uma multiplicidade de significações que fazem com que seja duvidável lhes atribuir um sentido único. Além disso, as implicações sociais e culturais das técnicas são sempre variadas, em virtude disso, “sua presença e uso em lugar e época determinados cristalizam relações de força sempre diferentes entre seres humanos” (p. 23-4). Para exemplificar essa assertiva, o filósofo lembra que “as máquinas a vapor escravizaram os operários das indústrias têxteis do século XIX”, entretanto, “os

computadores pessoais aumentaram a capacidade de agir e de comunicar dos indivíduos durante os anos 80” (p. 23).

Para o filósofo, existiriam “certas forças [...] interessadas em nos fazer crer que determinado problema é ‘puramente técnico’ ou ‘puramente cultural’ ou ‘puramente econômico’ ” (p. 23). Mas Lévy argumenta:

As verdadeiras relações, portanto, não são criadas entre “a” tecnologia (que seria da ordem da causa) e “a” cultura (que sofreria os efeitos) mas sim entre um grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam de diferentes formas *as* técnicas (1999, p. 23) [grifo do autor].

E é justamente pelo fato de as técnicas poderem articular-se a interesses heterogêneos, que o ciberespaço pode servir “a aceleração da globalização econômica, à acentuação das dominações tradicionais”, ao “surgimento de formas inéditas de poder e de exploração”, segundo a visão de alguns críticos, como também pode ser “colocado a serviço do desenvolvimento individual ou regional, usado para a participação em processos emancipadores e abertos de inteligência coletiva”. E essas perspectivas não se excluem mutuamente, podem coexistir nesse espaço de comunicação criado pela interconexão mundial de computadores (p. 221).

Por fim, destacamos que no domínio da informática, não há estabilidade; logo, surgem dificuldades de analisar suas implicações sociais e culturais. Conforme comenta o autor, “algumas das forças atuais ganharão poder, outras irão perdê-lo, enquanto recém-chegados começam a ocupar posições que nem mesmo existiam antes do ciberespaço” (p. 223). Em virtude disso, salientamos que uma pesquisa que se disponha à análise de algum aspecto concernente ao ciberespaço terá de levar em conta a possível efemeridade das características desse meio. E tal estudo deverá ser percebido como pertinente ao seu tempo de produção e como um texto sempre passível de reformulação.



Fundamentaremos-nos nas observações até então feitas para que possamos prosseguir com precisão terminológica e subsídios que nos ancorem na compreensão de como aspectos do espaço onde é produzido o discurso constituem as suas condições de produção. Verificaremos como estas, enquanto pertencentes à exterioridade lingüística, estão presentificadas na materialidade das falas, isto é, no nível intradiscursivo. Os questionamentos apresentados serão retomados na análise do corpus, quando, com base na dessuperficialização dos enunciados, discutiremos possibilidades de respostas a essas indagações, e na conclusão.

Feita essa abordagem, a seguir caracterizaremos os *chats* como um gênero digital.

### 3 OS CHATS: UM GÊNERO DIGITAL

Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo a à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida (BAKHTIN, 1992, p. 282).

Para Bakhtin (1992), conforme variam as atividades humanas, diversificam-se também as formas de utilização da língua. Os indivíduos, em diferentes contextos culturais, comunicam-se através de enunciados, ou seja, unidades de comunicação verbal orais e escritas, concretas e únicas. Estes refletem as condições específicas e as finalidades de cada um desses contextos através de três elementos indissociáveis: conteúdo (temático); estilo verbal (a seleção operada nos recursos da língua); e construção composicional (p. 279). Embora cada enunciado considerado isoladamente seja individual, “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados”, que são os gêneros do discurso (p. 279) [grifos do autor].

Sendo assim, a partir das reflexões bakhtinianas, podemos definir os gêneros discursivos como tipos particulares de enunciados que se diferenciam de outros. Tais gêneros caracterizam-se por uma heterogeneidade correspondente à variabilidade de contextos de utilização da língua.

Levando em conta a diversidade dos gêneros discursivos, Bakhtin considera ser relevante teoricamente diferenciar os gêneros primários (simples) dos secundários (complexos). A partir dessa distinção, uma análise não deve deixar de relevar a inter-relação entre esses dois tipos de gêneros e o processo histórico de formação dos gêneros secundários para abranger aspectos essenciais e a natureza dos enunciados.

Os gêneros secundários, como o romance, o teatro, o discurso científico, etc., “aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente

mais evoluída [...]”. Durante seu processo de formação, “absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea” (p. 281).

Os gêneros primários, como os tipos de diálogo oral (linguagem das reuniões sociais e familiares), etc., quando componentes dos secundários, “transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios [...]” (p. 281).

Percebemos os *chats* como um gênero discursivo com base nas reflexões bakhtinianas, mais especificamente na releitura que Araújo (2004) faz delas. Esse autor parte das observações de Bakhtin, principalmente da noção de *transmutação*, que diz respeito à formação dos gêneros complexos, que se originam dos primários, para fundamentar a concepção de *chat* como um gênero emergente. Ele relembra que para Bakhtin, ocorreu uma transmutação do diálogo cotidiano para a esfera literária, o que fez com que esse gênero primário fosse absorvido e reinterpretado pelo romance e passasse ao status de gênero secundário.

Segundo Araújo, também ocorreu uma transmutação do diálogo cotidiano para a esfera eletrônica, na qual o diálogo manifesta-se através da escrita, assim como ocorre no romance. Para o autor, “o *chat* é oriundo do que Bakhtin chama de *diálogo cotidiano* ou, conforme apontam outros autores [...], da conversação face a face, pois as marcas do diálogo permanecem no *chat*”. Entretanto, essas marcas, “uma vez transmutadas para a *Web*<sup>4</sup>, parecem gerar uma nova formatação ao *diálogo cotidiano*”, por isso, o “o *chat* se trata de um gênero emergente” (p. 94) [grifos do autor].

---

<sup>4</sup> A *World Wide Web (WWW)* ou (*Web*) “é uma das muitas redes que compõem a *Internet*” (ARAÚJO, 2004, p. 96) [grifos do autor].

Consideramos que o caráter informal e coloquial, especificidades da interação face a face, permanecem no bate-papo virtual, mas por serem adaptadas a uma outra esfera de comunicação, que se pauta no registro escrito, geram enunciados relativamente estáveis e específicos das conversações *on-line*. Nas interações via rede, a informalidade e também a busca pela rapidez na escrita são evidenciáveis pelo uso de formas abreviadas padronizadas – *tdus* (todos), *ql* (qual), *hj* (hoje), *bjv* (beijo), *c* ou *vc* (você), *qm* (quem), *cm* (como), *tmbm* (também), *comé* (como é), *perai* (espera aí), *qualé* (qual é), *mt* (muito); ortografia simplificada e mais próxima da oralidade – *nus* (nos), *saum* (são), *num* ou *naum* ou *naaum* ou *n* (não), *u* (o), *beimn* (bem), *i* (e), *teim* (tem), *algu* (algo), *ningueim* (ninguém), *otras* (outras), *tenhu* (tenho), *xou* (show); construções simples e sentenças fragmentadas – “*brigada miga deu*”, “*bah q xou as fotos*”, “*hj é niver da guiga né?*”, “*pow massa*”, “*inda n dah aula???*”, “*detalhe como vc é?*”, “*paga poko*”, “*tive q saí!*”. Nas sentenças lingüísticas o vocabulário e a sintaxe são bem próximos da linguagem cotidiana, pois há construções gramaticais soltas, repetições freqüentes, frases curtas e conectivos simples, além de um léxico constituído de palavras típicas das conversações cotidianas. Já a coloquialidade é verificável pelo intercurso verbal entre duas ou mais pessoas, que são participantes ativas, alternando-se nos papéis de locutor e alocutário.

Os truncamentos, hesitações, repetições e retomadas, pausas, correções, elementos que aparecem na fala, também surgem na interação eletrônica. Essa ocorrência é uma consequência da formulação da mensagem concomitante a sua transmissão. Entretanto, de acordo com o programa utilizado para interagir na rede, o internauta pode reformular a sua mensagem, num ato de autocorreção, sem que o alocutário saiba, evitando a perda de força no diálogo causada por erros oriundos da produção e transmissão da mensagem em tempo real.

Assim como as conversações orais, as escritas caracterizam-se pela imprevisibilidade. Durante as trocas de mensagens, os usuários tomam decisões ao mesmo tempo que as

executam. Não planejam previamente seu dizer, apenas o controlam constantemente, ou seja, monitoram a sua atuação.

Na comunicação oral, o falante não pode sobrecarregar a memória do ouvinte, o que fundamenta o uso de construções simples. Estas, nos *chats*, justificam-se pela busca de velocidade na produção e transmissão das mensagens, o que gera uma economia lingüística.

Nas interações virtuais, a pronúncia da fala é representada na escrita, através dos recursos que esse registro disponibiliza. A entoação, por exemplo, é reproduzida pelo uso de letras que algumas vezes substituem a pontuação, como as letras maiúsculas, que expressam uma entoação enfática: “Sou *LINDA*”. Também podem ser repetidas vogais e consoantes que simulam a duração dos sons, produzindo assim onomatopéias: *e aeeeeeeeeee; oiiiiiiiiiii, oiiiiiiiiiii*.

Quanto à utilização da escrita como representativa da pronúncia, Souza, P. (2003) afirma que “o internauta desenha sua enunciação na pauta escritural do teclado e da tela do computador”. Dessa forma, “o escrever apresenta-se como modalidade co-extensiva da fala não-presencial” (p. 56).

O usuário poderá expressar emoções, através de ícones formados pela combinação de caracteres do teclado, assim enviará os *emoticons*: :-) *sorrindo*; :-)) *muito feliz*; :-\* *beijo*; :-(- ou (:-.... *chorando*; :-(- *muito zangado*; 0 :-) *um anjo*; :-O *assustado*; § :-) *bonitão*; x-) *tímido*. Esses ícones também podem representar objetos ou atitudes: @----- *rosa*; \~/ *oferecer drinque*. Dias (2004), ao tratar dos *emoticons*, faz uma observação interessante. Aborda que nos *chats* há uma “corpo-grafia (corpografia)” e que “o sujeito manifesta-se corporalmente na sala de bate-papo através de sua relação com a escrita, significante do seu afeto” (p. 140-1). Além disso, essa autora, com base em Orlandi (2001, p. 28), para a qual “a formulação é aquilo que dá visibilidade ao sujeito”, considera que a invenção de uma grafia, peculiar aos

bate-papos virtuais, faz com que o sujeito deixe “vestígios de si mesmo, de suas sensações e sentimentos, no corpo das palavras” (p. 142).

Outra possibilidade dos bate-papos virtuais é a utilização de recursos lingüísticos que substituem expressões faciais: *snif* (tristeza), *ahh* (lamento), *humm* (aprovação, dúvida), *heheheheh* ou *hiihiihiihi* ou *hahahahaha* ou *ahahahahahahaha* (riso), além dos excessivos sinais de pontuação, que podem expressar raiva, afeto, dúvida: *intrometido!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!*, *te adoro!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!*, *kd vc????????????????????????????*.

Uma divergência entre a interação face a face e via rede é que nesta, como não há visualização dos interlocutores, não é possível utilizar dados perceptíveis do contexto direto e imediato na produção das sentenças lingüísticas, sendo necessária a formulação de frases com um prévio quadro de referência, característica do texto escrito.

Dos postulados teóricos de Bakhtin (1992), interessa-nos também a seguinte afirmação: os “gêneros do discurso [...], de uma forma imediata, sensível e ágil, refletem a menor mudança da vida social” (p. 285). O autor aborda que cada esfera da atividade humana “comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa” (p. 279).

Comprovamos claramente como os gêneros discursivos são sensíveis às mudanças sócio-históricas, quando observamos as formas discursivas que surgiram à medida que se desenvolveram as possibilidades de comunicação através da rede mundial de computadores – a Internet. O *e-mail*, as aulas virtuais, listas de discussão, bate-papos, *blogs* etc. são classificados como gêneros emergentes da proliferação do uso da Internet como veículo de interação com outros usuários da rede.

Conforme Marcuschi (2002), a relevância desses gêneros emergentes consiste no fato que “possibilitam a redefinição de alguns aspectos centrais na observação da linguagem em uso”. Tais gêneros “criam formas comunicativas próprias com um certo *hibridismo* que

desafia as relações entre oralidade e escrita”, desfazendo suas fronteiras. Além disso, “permitem observar a maior integração entre os vários tipos de semioses: signos verbais, sons, imagens e formas em movimento” (p. 21) [grifo do autor].

Podemos dizer que com o surgimento dessas novas formas de organização e estruturação de enunciados, novamente os critérios mudam, pois na antigüidade passamos da oralidade à escrita e agora esses dois registros fundem-se, conferindo peculiaridade à linguagem dos *gêneros digitais*, terminologia utilizada por Marcuschi (2004).

As conversações *on-line*, por exemplo, reconstituem a sincronia típica da oralidade, porque os internautas trocam mensagens em tempo real. Mas essa reconstituição é diferente porque as mensagens são produzidas através do registro escrito. Dessa forma, não podemos mais classificar a escrita como um sistema de comunicação no qual as mensagens estão freqüentemente separadas no tempo e no espaço de sua fonte de emissão e, portanto, são recebidas fora de contexto. Nos termos de Marscuchi (2004), “nessa era eletrônica não se pode mais postular como propriedade típica da escrita a relação assíncrona, caracterizada pela defasagem temporal entre produção e recepção” (p. 18).

Convém destacar que Marcuschi (2004) refere sincronia à “produção num tempo concomitante, ou seja, os interlocutores operam no mesmo tempo” e a distingue da simultaneidade, que diz “respeito ao tempo de produção”. O autor explica que, “neste caso, trata-se da possibilidade de observação da produção no seu ato imediato de produzir”, o que acontece, por exemplo, em programas como o ICQ<sup>5</sup>, “que permite observar a pessoa digitando e se refazendo na digitação”. Em virtude disso, “nesses programas tem-se uma relação síncrona e simultânea” (p. 18).

---

<sup>5</sup> “A sigla ICQ é alusão à pronúncia da expressão inglesa *I seek you* (**aiciqiu**), cuja tradução seria ‘eu procuro você’ ” (Cf. ARAÚJO, 2004, p. 99) [grifos do autor].

A comunicação escrita passa a ser particularizada pela unidade de tempo na produção e recepção, mas esse aspecto não pode ser generalizado, visto que nas correspondências *on-line*, os *e-mails*, freqüentemente não temos uma relação síncrona entre quem envia e recebe a mensagem.

Ainda em relação aos *chats*, observa-se o “rolar do texto em seqüências que se sucedem, substituindo-se umas as outras”. Assim, a escrita perde “seu caráter de permanência, tornando-se fugidia, o que obriga à produção de uma leitura *on-line* seqüencial”, tal como observa Zoppi-Fontana (1999b) em relação à prática de leitura nos painéis eletrônicos situados em um terminal rodoviário (p. 52).

Assim como diversificam-se a todo momento os leitores de um terminal rodoviário, modificam-se constantemente os leitores-internautas. Estes podem desfilarem em salas de bate-papo oferecidas em *sites*, observando o decorrer dos diálogos, sem envolver-se na sua produção, o que evidencia uma prática de “leitura *descartável*, distraída, descontraída sem retorno” (p. 54) [grifo do autor]. Mas esse retorno, nas interações *on-line*, é opcional pelo fato de a barra de rolagem disponibilizar o recuo às falas, enquanto nos painéis é impossível.

Zoppi-Fontana refere-se à leitura volátil dos enunciados produzidos nos painéis, especificada pela não-permanência do texto escrito. Nas conversas virtuais essa volatilidade é opcional, tendo em vista que o participante de uma interação virtual pode colaborar com a efemeridade desses diálogos, descartando de seu computador qualquer resquício da interação ou, ao contrário, gravá-los, imprimi-los, conferindo permanência e durabilidade a esses textos.

Apresentamos brevemente algumas das especificidades do gênero *chat*, que integra os gêneros digitais, adequados à observação de novos aspectos concernentes à leitura, à interpretação e à escrita tendo em vista a bricolagem de linguagem escrita-sonora-visual sob um mesmo suporte estático e redefinições do registro escrito que os particularizam.



Feitas essas considerações, a seguir abordaremos as noções basilares da linha teórica adotada pertinentes aos propósitos desta pesquisa.

## 4 A TEORIA DA SUBJETIVIDADE NA ANÁLISE DO DISCURSO

### 4.1 O quadro epistemológico da Análise do Discurso

A Análise do Discurso de linha francesa (AD) trabalha a busca pelos processos de produção dos sentidos e suas determinações histórico-sociais, utilizando conceitos exteriores aos da Lingüística imanente. No que tange às filiações teóricas, realiza a articulação entre três regiões do conhecimento científico:

- o Materialismo Histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- a Lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- a Teoria do Discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

É realizada uma confluência desses domínios disciplinares, concomitante a contribuição da Psicanálise, responsável por deslocar a noção de homem para a noção de sujeito (PÊCHEUX e FUCHS, 1993b, p. 163-4).

A região do Materialismo Histórico pertinente à Análise do Discurso é a da “superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada”. Pêcheux e Fuchs (1993b) salientam ser inadequado conceber “a superestrutura ideológica como expressão da ‘base econômica’, como se a ideologia fosse constituída pela ‘esfera das idéias’ acima do mundo das coisas” (p. 165). É preciso caracterizá-la como uma materialidade específica que se articula com a materialidade econômica:

[...] o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como “determinado em última instância” pela instância econômica, na medida em que

aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica (1993b, p. 165).

Nessa perspectiva, “a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção” é a interpelação, ou seja, o assujeitamento do sujeito como ideológico. No processo de interpelação, cada pessoa é conduzida, sem se dar conta e tendo a impressão de livre arbítrio, a ocupar um lugar determinado na estrutura de uma formação social (1993b, p. 165-6). Sendo assim, a ideologia tem a função de fazer com que os sujeitos, pensando serem livres, aceitem livremente sua submissão, não se dêem conta do processo de interpelação ao qual estão submetidos.

Como recém expomos, a ideologia é uma das condições não-econômicas de reprodução das relações de produção existentes. Segundo Pêcheux e Fuchs (1993b), a reprodução contínua das relações de classe é garantida pela existência dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), propostos por Althusser (1985), na releitura que faz da teoria marxista.

Marx postula a existência do Aparelho de Estado (AE), que compreende “o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc.”. O AE será designado por Althusser “Aparelho Repressivo do Estado”, pois “repressivo indica que o aparelho de Estado em questão ‘funciona através da violência’”, física ou não (ALTHUSSER, 1985, p. 67-8).

Para fazer avançar a teoria do Aparelho de Estado de Marx, Althusser (1985) acrescenta a existência dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que se manifestam junto ao Aparelho (repressivo) de Estado. Definem-se como “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”, por exemplo: AIE religiosos (o sistema das diferentes Igrejas), AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e privadas), AIE jurídico, AIE político (o sistema político, os diferentes Partidos), etc. (p. 68).

Na perspectiva althusseriana, todos os Aparelhos do Estado funcionam ora através da repressão, ora através da ideologia, mas o Aparelho (repressivo) de Estado funciona predominantemente através da repressão, enquanto os AIE atuam principalmente através da ideologia (p. 73). Estes têm a finalidade de “reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” (p. 78).

Cada AIE é a realização de uma ideologia – religiosa, moral, jurídica, política, etc. – e a unidade dessas diferentes “ideologias regionais” é “assegurada por sua subordinação à ideologia dominante”. Resumindo o exposto, Althusser afirma: “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas” e salienta: “esta existência é material”, ou seja, “as ‘idéias’ ou ‘representações’ etc., que em conjunto compõem a ideologia, não têm uma existência ideal, espiritual, mas material” (p. 88-9).

A tese althusseriana da existência material da ideologia é particularizada na Análise do Discurso, pois Pêcheux e Fuchs (1993b) argumentam que o discurso é a materialidade específica da ideologia. Explicam essa relação intrínseca entre o discursivo e o ideológico através da mobilização de duas noções: formações ideológicas e formações discursivas, nas quais nos deteremos posteriormente. No entanto, ao abordarmos os acréscimos dos autores à teoria de Althusser, convém destacar que enquanto este caracteriza os AIE como “os meios mas também o lugar da luta de classes” (ALTHUSSER, 1985, p. 71), Pêcheux e Fuchs (1993b) destacam que as posições políticas e ideológicas que se confrontam na luta de classes, que ocorrem no interior dos AIE, organizam-se em formações denominadas *formações ideológicas*, que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação (p. 166).

É através da região do Materialismo Histórico que o discurso é posto explicitamente em relação com a ideologia (MALDIDIER, 2003, p. 32). E a Análise do Discurso, “partindo da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade

específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia” (ORLANDI, 1999, p. 17).

Sobre a relação entre a Lingüística e a Análise do Discurso podemos caracterizá-la como tensa, conflituosa. Essa tensão manifesta-se na rejeição da concepção de língua proposta por Saussure como um sistema abstrato (ideologicamente neutro), social, e de fala como individual, logo, a-social. A dicotomia saussuriana língua/fala é desfeita na AD pela intervenção da noção de discurso, que passa a ser concebido como o lugar específico em que se pode observar a relação entre a linguagem e a exterioridade, pois essa noção “reintroduz na reflexão a noção de sujeito (e, por ela, a de ideologia) e a de situação (o contexto social e histórico)” (ORLANDI, 1986, p. 113).

A AD, ao pressupor a Lingüística, também indaga sobre a inclusão da semântica aos outros níveis da língua, o fonológico, o morfológico e o sintático. Na ótica discursiva, “o sentido, objeto da semântica, excede o âmbito da lingüística, ciência da língua” (MALDIDIER, 2003, p. 31). A semântica não é um nível homólogo aos outros, pois o sentido é determinado pelo que lhe é exterior: há “uma relação *necessária* entre o dizer e as condições de produção desse dizer” (ORLANDI, 1986, p. 109) [grifo do autor].

A presença da Lingüística no quadro epistemológico da AD, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, é peculiarizada por estar articulada com a região do Materialismo Histórico. De acordo com Mittmann (2003), “os mecanismos sintáticos deixam de ser o sistema autônomo, objeto da lingüística, e passam a servir como base lingüístico-material para a análise dos processos semântico-discursivos”. Quanto à enunciação, “não é mais lugar de manifestação da vontade própria do indivíduo”, “pois essa ‘vontade’, na verdade, é a interpelação ideológica, oculta ao próprio indivíduo, transformado pela ideologia em sujeito” (p. 39). É a partir da articulação da Lingüística com o Materialismo

Histórico que surge a terceira região: a teoria do discurso, enquanto teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Conforme Malidier (2003), a “teoria do discurso” é também uma teoria do sentido. Michel Pêcheux, “através de sua linguagem conceptual”, quer dizer que o “sentido e o sujeitos são produzidos na história, em outras palavras, eles são determinados” (p. 51).

Trabalhar com o conceito de discurso resulta em considerar a linguagem como determinada por processos histórico-sociais e não como organizada em um sistema verbal (língua) dotado de regularidades e de neutralidades. A língua enquanto sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas é a condição de possibilidade dos processos discursivos que se desenvolvem em relações ideológicas de classes, portanto, não há como considerá-la neutra.

Para Pêcheux e Fuchs (1993b), as três regiões do conhecimento que compõem o quadro epistemológico da AD devem ser atravessadas por uma concepção de sujeito oriunda da Psicanálise. De acordo com Cezarotto (2005), o substantivo sujeito, no contexto psicanalítico, “não designa concretamente substância alguma, nem identifica ninguém”, “não seria sinônimo de pessoa, ou indivíduo, e muito menos poderia ser confundido com a consciência” (p. 26). Ao falar, o indivíduo, pretendendo se expressar de forma inteligível, “tropeça numa palavra, ou a troca por outra sem perceber, ou utiliza uma expressão que, por ter mais de um significado, produz no interlocutor uma impressão diferente da que tentara transmitir, eis aí o inconsciente em ação” (p. 26-7).

O psicanalista define sujeito como a “capacidade de linguagem que, enunciando mais que o esperado, indica um desejo do qual não se tinha notícia” (p. 27). Ainda o concebe como “determinado pelo *Outro*, nome dado a tudo aquilo pelo qual ninguém chega a dominar plenamente os efeitos das suas palavras e atos; o resultado final de sua atividade é sempre algo distinto daquilo que foi visado ou previsto” (p. 27) [grifos do autor].

Depreendemos dessas considerações que a Psicanálise encontra no inconsciente o fator determinante da subjetividade. A caracterização do sujeito como unificado, consciente, cartesiano, dono de si é desmestificada na ótica psicanalítica, a partir da qual Michel Pêcheux especifica sua noção de sujeito, como verificaremos na abordagem da subjetividade na Análise do Discurso de linha francesa.

Também verificaremos como o proponente dessa disciplina não realiza uma mera transposição de conceitos oriundos da Psicanálise, do Materialismo Histórico e da Lingüística. Há reelaboração teórica mediante uma peculiar articulação entre distintas áreas do saber e uma reavaliação constante dos conceitos com os quais opera.

#### 4.2 A evolução da noção de sujeito na AD

O projeto de uma “Tríplice Aliança”<sup>6</sup> teórica, que articula Marxismo, Lingüística e Psicanálise, portanto, história, linguagem e inconsciente, foi progressivamente retificado. Constataremos a veracidade dessa assertiva nesta parte da dissertação, na qual, de forma concisa, apresentaremos o percurso teórico de Michel Pêcheux no que concerne à elaboração da noção de sujeito na Análise do Discurso. Com essa finalidade, serão retomadas inicialmente três publicações, *Análise Automática do Discurso (AAD-69)* (1993a); *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)* (1993b); e *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995); definidas por Malidier (2003), respectivamente, como “um esboço, o laboratório de uma teoria do discurso”, “um texto de transição” e o “estado mais acabado da teoria” (p. 19; 37). E, posteriormente,

---

<sup>6</sup> Expressão utilizada no anexo *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: o início de uma retificação* (1978), que consta na obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995, p. 293).

refletiremos sobre a obra *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1997), a última de Michel Pêcheux.

Ao tratarmos da subjetividade sob a perspectiva discursiva, recuperaremos outras noções basilares da AD, levando em conta o entrelaçamento dos conceitos que compõem o seu quadro teórico.

Em *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*, Pêcheux, através do subtítulo *Orientações conceituais para uma teoria do discurso*, reflete sobre as conseqüências teóricas da oposição entre língua e fala proposta por Saussure. Para o autor, a noção saussuriana de fala como uma atividade individual faz reaparecer “o sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição”. Sendo assim, pelo fato de a fala, enquanto uso da língua, aparecer como um “*caminho da liberdade humana*”, a Lingüística estaria trabalhando com um “conceito filosófico de sujeito livre” (1993a, p. 71). Opondo-se à dicotomia língua/fala, Michel Pêcheux pensa “o *discurso* como uma reformulação da fala saussuriana, desembaraçada de suas implicações subjetivas” (MALDIDIER, 2003, p. 22) [grifos dos autores]. Dessa forma, na fase preliminar da construção da teoria do discurso, seu proponente posiciona-se criticamente à percepção do sujeito como livre, intencional, origem dos sentidos.

Nessas formulações datadas de 1969, o discurso é definido a partir da contestação da disposição dos elementos pertencentes à comunicação, em que um emissor transmite uma mensagem a um receptor, que deverá decodificá-la no código em que foi veiculada. Conforme Pêcheux (1993a), não há esse esquema estanque na relação entre emissor e receptor, pois realizam juntos o processo de significação. Existe uma relação entre sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, logo, o discurso é concebido, como “efeito de sentidos” entre locutores (p. 82).



A partir dessas observações, a interpretação dos dizeres não deverá consistir na decodificação de mensagens e sim na relação do que é dito com as condições de produção. Estas podem ser consideradas em dois sentidos: estrito e amplo. No primeiro caso, temos as circunstâncias da enunciação, o contexto imediato; e no segundo, o contexto sócio-histórico ideológico.

Quanto aos interlocutores, Pêcheux (1993a) não os considera como “organismos humanos individuais”, prefere concebê-los como “lugares determinados na estrutura de uma formação social”. Esses lugares são representados nos processos discursivos, entretanto, no que tange à representação, o precursor da AD salienta: “seria ingênuo supor que o *lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*”, pois “funciona nos processos discursivos [...] uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar outro” (p. 82) [grifos do autor].

Nesse âmbito, não são considerados os sujeitos físicos, nem seus lugares empíricos, e sim suas imagens que resultam de projeções, as quais são responsáveis pelo deslocamento dos lugares (empíricos) dos sujeitos para a posição dos sujeitos no discurso (ORLANDI, 1999, p. 40).

As formações imaginárias caracterizam as diferentes instâncias do processo discursivo, ou seja, dizem respeito à imagem que os sujeitos têm de si, do interlocutor e do assunto tratado. Além disso, englobam outros fatores do funcionamento do discurso que fazem parte das condições de produção: a antecipação, as relações de força e as relações de sentido (PÊCHEUX, 1993a, p. 77).

Pêcheux aborda que todo processo discursivo supõe, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor. Os mecanismos de antecipação regulam a

argumentação, visto que o sujeito coloca-se no lugar de seu interlocutor para antecipar os sentidos que suas palavras produzem. Dessa forma, o falante dirá de um modo ou de outro, de acordo com os efeitos que pretende produzir no ouvinte.

De acordo com a noção de relação de forças existentes, a posição ocupada pelo sujeito confere estatuto ao que ele diz, intervém no seu dizer. Tendo em vista esse aspecto e supondo que os *nicknames* representam as posições-sujeito que podem ser ocupadas pelos internautas, verificaremos na análise do corpus se alguns sujeitos das conversações virtuais, ao trocarem as designações que os identificam, fazem isso motivados pelo valor conferido ao que é dito por sujeitos pertencentes a outra posição-sujeito.

Outra noção basilar das condições de produção é a de relações de sentidos, ou seja, o discurso não tem início nem fim delimitados, é articulado segundo outro discurso anterior, que é retomado, mas transformado, sofrendo as deformações necessárias para condizer com os objetivos de persuasão do sujeito falante.

As formações imaginárias resultam de processos discursivos anteriores, com outras condições de produção. Eles deixaram de funcionar, mas continuam determinando o processo discursivo em questão, ou seja, o “já dito”, o “já ouvido”, substâncias das formações imaginárias, intervêm na percepção do sujeito de si do outro e do assunto focalizado (PÊCHEUX, 1993a, p. 85). A constatação do “já dito” sustentando o dizer é um indício de um conceito, ainda ausente nas formulações de 1969, mas que será posteriormente explicitado: pré-construído.

Pêcheux (1993a) destaca que na análise do funcionamento de um determinado discurso a remissão às condições de produção deve levar em conta “variações de dominância” dos elementos constitutivos dessas condições. Há, portanto, um deslocamento do elemento dominante, por exemplo, na relação paciente/terapeuta, a imagem que aquele faz de si mesmo

será relevante, enquanto na relação pedagógica, a imagem que os alunos fazem daquilo que o professor diz será o fator dominante do discurso (p. 86-7).

Mediante as observações feitas, evidenciamos que o sujeito da Análise do Discurso não se confunde, desde os primórdios dessa linha teórica, com o sujeito individual. Ele, é desde já, um “sujeito social”<sup>7</sup>, pois Pêcheux (1993a) não o concebe empiricamente, mas como um lugar determinado na estrutura de uma formação social (p. 82). Não funcionam na situação de interlocução “os traços sociológicos empíricos – classe social, idade, sexo, profissão – mas as formações imaginárias que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso”. “Há em toda língua mecanismos de projeção que permitem passar da situação sociologicamente descritível para a posição dos sujeitos discursivamente significativa” (ORLANDI, 1994a, p. 56).

No artigo *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)* (1993b), elaborado em co-autoria com Catherine Fuchs, Pêcheux desenvolve a questão da subjetividade, mencionando que as três regiões que compõem o quadro epistemológico da AD devem ser atravessadas e articuladas por uma “teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (p. 164).

Nessa obra, Pêcheux (1993b) faz um esclarecimento em relação à abordagem das condições de produção presente no texto de 1969 que convém ser destacado para compreendermos a importância da mobilização do inconsciente na caracterização do sujeito da AD. Nesse retorno à publicação anterior, explica que condições de produção designavam tanto “o efeito das relações de lugar nas quais se achava inscrito o sujeito”, assim como “a ‘situação’ no sentido concreto e empírico do termo”. Em consequência dessa ambigüidade, surgiram distorções sobre o funcionamento das formações imaginárias. Por isso, salienta que faltava no texto de 1969 “uma teoria deste imaginário localizada em relação ao real”. Ao

---

<sup>7</sup> A expressão “sujeito social” é utilizada por Indursky (2000). Cf. Bibliografia.

explicar essa assertiva, afirma: “Em outros termos, o que faltava e o que ainda falta parcialmente é uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador” (p. 171). Inferimos dessas considerações que Pêcheux e Fuchs, ao inserirem no quadro epistemológico da AD uma noção de sujeito oriunda da Psicanálise, objetivaram caracterizar o sujeito como sempre já-determinado pelo inconsciente, assim, não haveria como confundi-lo com o indivíduo plenamente consciente do que pensa, diz e faz, o que evitaria releituras errôneas do funcionamento das formações imaginárias.

Além disso, com a inclusão da concepção de sujeito advinda da teoria psicanalítica, Pêcheux, em co-autoria com Fuchs, propõe precisar a ligação existente entre o mecanismo imaginário e o real e, assim, irá reavaliar a relação sujeito enunciador e enunciado tal como é apresentada nas Teorias da Enunciação. Com essa finalidade, os autores retomam uma crítica feita por Hirsbrunner e Fiala (1972) a Benveniste. Este avalia o papel da subjetividade na linguagem, mas enquanto defensor da existência de formas lingüísticas que permitem que o sujeito aproprie-se do mundo por intermédio da língua filia-se à concepção idealista do sujeito. Pêcheux e Fuchs (1993b) visam a retirar a problemática da enunciação do “círculo de idealismo”, por isso, criticam as Teorias da Enunciação, argumentando que elas reproduzem “no nível teórico esta ilusão do sujeito, através da idéia de um sujeito enunciador portador de escolha, intenções, decisões etc.” (p. 175).

Para os autores, a concepção de enunciação como a relação empírica do sujeito enunciador com o enunciado recoloca o sujeito psicológico idealista na base da lingüística. Defendem que a enunciação é um processo que consiste “em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco”. No ato de enunciar são colocadas “fronteiras entre o que é ‘selecionado’ e tornado preciso aos poucos [...] e o que é rejeitado”. Sendo assim, encontra-se num espaço vazio o “campo ‘de tudo o que teria sido

possível ao sujeito dizer (mas que não diz)’ ou o campo ‘de tudo a que se opõe o que o sujeito disse’ ” (p. 175-6).

Esse espaço vazio é designado a zona do rejeitado e pode estar mais ou menos próxima da consciência. O sujeito acessa essa zona quando se corrige para explicar a si próprio, procura formular mais adequadamente, aprofundar suas explanações. Ele a reinvestiga. Os autores propõem chamar “este efeito de ocultação parcial” de esquecimento n.2, produtor da ilusão da realidade do pensamento, isto é, o sujeito acredita que só poderia se expressar com as palavras selecionadas e não com outras, como se fossem insubstituíveis, assim, ele exclui a existência das formulações que rejeitou ao enunciar (p. 176).

Enquanto a zona do esquecimento n.2 é do tipo pré-consciente/consciente e produz a ilusão no sujeito de “ser responsável por aquilo que diz”, a zona do esquecimento n.1 é inconsciente e produz no sujeito a ilusão de “ser a fonte do seu dizer” (INDURSKY, 2000). Nesse caso, ele “ ‘esquece’, em outras palavras, recalca que o sentido se forma em um processo que lhe é exterior” (MALDIDIER, 2003, p. 42). Essa zona, enquanto inacessível ao sujeito, é considerada o lugar constitutivo da subjetividade.

Existe uma relação de desigualdade entre os dois esquecimentos, correspondente a uma “relação de dominância”, em que “o não-afirmado precede e domina o afirmado”. Além disso, “o recalque que caracteriza o ‘esquecimento n.1’ regula [...] a relação entre o dito e o não dito no ‘esquecimento n.2’, onde se estrutura a seqüência discursiva” (PÊCHEUX E FUCHS, 1993b, p. 178). Dessa forma, “a interpelação ideológica é recalçada pelo inconsciente, que, por sua vez, domina o nível do pré-consciente/consciente na produção do discurso” (MITTMANN, 2003, p. 74).

Ainda em relação à diferença entre os dois esquecimentos, Pêcheux e Fuchs afirmam:

Esta oposição entre os dois tipos de esquecimento tem relação com a oposição já mencionada entre a situação empírica concreta na qual se encontra o

sujeito, marcada pelo caráter de identificação imaginária onde o outro é um outro eu (“outro” com *o* minúsculo), e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se refere ao que J. Lacan designa metaforicamente pelo “Outro” com *O* maiúsculo [...] (1993b, p. 177) [grifos do autor].

Nesse fragmento, a oposição entre os dois esquecimentos é explicitada através da analogia com a teoria de Jacques Lacan do outro versus Outro. Nas palavras de Maldidier (2003), a “identificação imaginária (‘outro’ com o minúsculo) está do lado do ‘esquecimento número 2’; processo de interpelação-assujeitamento do sujeito (o ‘Outro’ de Lacan) do lado do ‘esquecimento número 1’ ” (p. 43).

Do trecho em análise, é pertinente reiterar a afirmação de Michel Pêcheux: “o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito [...] se refere ao que J. Lacan designa metaforicamente pelo ‘Outro’ com *O* maiúsculo”. Ao lermos essa associação, recuperamos o saber que a ideologia, através do “processo de interpelação-assujeitamento”, transforma os indivíduos em sujeitos, que estão submetidos a esse processo sem reconhecê-lo. Os sujeitos pensam serem a origem do que dizem, enquanto os seus dizeres estão afetados por algo que é exterior. Em relação ao “Outro”, Lacan defende que o inconsciente é o “discurso do Outro” e o concebe como estruturado em linguagem. Na ótica do psicanalista, quando o recalque ocorre, a palavra “não se torna inacessível ao consciente”, “mas pelo simples fato de ter sido recalçada, aquela palavra, ou alguma parte dela, começa a exercer um novo papel” ao estabelecer relações “com outros elementos recalcados, desenvolvendo um conjunto complexo de ligação com eles”. Na teoria lacaniana, o inconsciente “nada mais é do que uma ‘cadeia’ de significantes tais como palavras, fonemas e letras, que se ‘desdobra’ de acordo com regras muito precisas sobre as quais o eu ou *self* não possui qualquer tipo de controle”. O inconsciente “é o lugar privilegiado da subjetividade”, “em si Outro, estranho e inassimilável” (FINK, 1998, p. 26) [grifo do autor]. Portanto, o inconsciente é um intruso, estranho ao consciente, que determina o sujeito, intervém no seu discurso sem ser reconhecido por ele.

A partir dessas observações, constatamos que ideologia e inconsciente são duas instâncias imprescindíveis na constituição da subjetividade, pois assemelham-se por determinarem o sujeito e ao mesmo tempo estarem dissimuladas para o mesmo. No trecho em discussão, retomando Malidier (2003), é possível apreender a primeira expressão de uma verdadeira busca: a da relação entre ideologia e inconsciente (p. 43). Relação que será claramente expressa na obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995), quando Pêcheux afirma: “[...] o caráter comum das estruturas-funcionamento, designadas, respectivamente, *ideologia* e *inconsciente*, é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento [...]” (p. 152-3) [grifos do autor].

Decorre das considerações feitas, que mediante a inclusão da “teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”, o sujeito da AD, além de ser social, passa a ser determinado pelo inconsciente. Como expomos, a relação dessa instância com a da ideologia é desenvolvida posteriormente, no livro *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995), no qual Pêcheux postula a “teoria não-subjetiva da subjetividade”, necessária, como já havia afirmado no artigo elaborado com Catherine Fuchs (1993b), para a compreensão da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador.

A seguir, recuperaremos algumas abordagens de Michel Pêcheux na obra recém-mencionada (1995), para explicitarmos: a teoria não-subjetiva da subjetividade; o funcionamento da categoria de sujeito da AD no discurso; e a noção de forma-sujeito.

Segundo essa teoria da subjetividade, existem

processos de “imposição/dissimulação” que constituem o sujeito, “situando-o” (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa “situação” (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito (PÊCHEUX, 1995, p. 133) [grifos do autor].

Pêcheux discorre sobre esse fragmento, afirmando que a relação entre inconsciente e ideologia começa finalmente a ser esclarecida pela tese althusseriana da existência de um

processo de interpelação ideológica que transforma (todos) os indivíduos em sujeitos: “[...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão” (ALTHUSSER, 1985, p. 133).

O “Sujeito” (com *S* maiúsculo), ao qual os “sujeitos” (com *s* minúsculo) se submetem, é um conceito demonstrado na análise da ideologia religiosa cristã feita por Althusser (1985), que se detendo nesse exemplo estende sua explicação à ideologia moral, jurídica, política, etc., por acreditar que “a estrutura formal de toda a ideologia é sempre idêntica” (p. 99). O autor observa que a transformação dos indivíduos em sujeitos religiosos cristãos é dominada por um estranho fenômeno: “só existe uma tamanha multidão de sujeitos religiosos possíveis sob a condição absoluta de existência de um Outro Sujeito Único, Absoluto, ou seja, Deus” (p. 100). Althusser, entre outras inferências que atestam a estrutura especular da ideologia, afirma: “toda ideologia tem um centro, lugar único ocupado pelo Sujeito Absoluto, que interpela, à sua volta, a infinidade de indivíduos como sujeitos” (p. 102). Evidencia que no processo de interpelação ideológica, os sujeitos, crentes de sua autonomia, “reconhecem” que é preciso obedecer a um Sujeito Absoluto, que pode ser Deus, a consciência, o padre, o patrão, o engenheiro, mas “desconhecem” sua submissão ao Sujeito.

Pêcheux aproxima o Sujeito, proveniente de Althusser, ao Outro de Lacan, pressupõe a perspectiva do psicanalista, defensor do inconsciente como o discurso do Outro, e argumenta:

[...] o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como o processo do Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção (1995, p. 133-4) [grifos do autor].

Concluindo que o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados na ordem significante da língua, sem estarem confundidos, Pêcheux (1995) afirma ter atingido o terreno de uma teoria não-subjetiva da subjetividade. Através



dessa teoria, é possível combater qualquer intervenção do idealismo na filosofia da linguagem e na teoria do discurso e fundar, finalmente, a teoria materialista dos processos discursivos (p. 134).

O autor prossegue no estudo da relação entre a ideologia e o inconsciente, caracterizando essas duas estruturas-funcionamento como capazes de “dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências* ‘subjetivas’ [...] ‘nas quais se constitui o sujeito’ ” (p. 153) [grifo do autor]. Para explicitar tais evidências, retoma Althusser:

Segue-se que tanto para vocês, como para mim, a categoria de sujeito é uma ‘evidência’ primeira (as evidências são sempre primeiras: está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.). Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí que não há problema - é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (ALTHUSSER, 1985, p. 94).

Na releitura desse trecho, Pêcheux (1995) aborda que Althusser aproximou a evidência do sujeito, ou seja, a ilusão deste em ser a origem ou causa de si, da evidência do sentido, presente na filosofia idealista da linguagem. Na perspectiva pècheutiana, é a ideologia que fornece a “*evidência do sujeito* como único, insubstituível e idêntico a si mesmo” e a evidência do sentido, que faz “com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ ”, mascarando sob a transparência da linguagem a determinação histórica dos sentidos (p. 155; 160) [grifos do autor]. Retomando Teixeira (2000), podemos dizer que Pêcheux faz uma reformulação da tese de Althusser, segundo a qual a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, trazendo-a para o discurso. O autor “toma a teoria de Althusser sobre o sujeito para formar uma teoria semântica que busca desmistificar a ‘evidência’ do sentido” (p. 46).

Para o proponente da AD, constatar que a ideologia produz tanto a evidência da aparência da unidade do sujeito como a evidência da transparência dos sentidos resulta em descobrir como a “constituição do sentido” une-se à “constituição do sujeito”.

Pelas razões expostas, podemos concluir que através da Análise do Discurso, “levamos em conta tanto a constituição dos sujeitos como dos sentidos afetados pela ideologia (e pelo inconsciente)” (ORLANDI, 1994a, p. 58). Além disso, o sujeito, na perspectiva discursiva, “além de social, é histórico, vale dizer ideológico, e dotado de inconsciente” (INDURSKY, 2000).

E, como o sujeito, com tais características, funciona no discurso? Para compreender esse funcionamento, a AD opera com as noções de formação ideológica e formação discursiva mencionadas por Michel Pêcheux e Catherine Fuchs em *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas* (1975) (1993b) e, posteriormente, desenvolvidas pelo autor em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995).

De acordo com Pêcheux e Fuchs, as formações ideológicas são

um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras (1993b, p. 166) [grifos do autor].

Caracterizam-se por serem elementos capazes de intervir como uma força em confronto com outras na conjuntura ideológica de uma determinada formação social (p. 166).

Mobilizar esse conceito resulta em esclarecer a relação intrínseca existente entre o ideológico e o discursivo. Segundo Pêcheux,

*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem (1995, p. 160-1) [grifos do autor].

As formações ideológicas (FIs) são compostas pelas formações discursivas (FDs). Estas definem-se como “aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, etc.)” (1995, p. 160) [grifos do autor].

O sentido só pode ser estabelecido na remissão da materialidade lingüística às formações discursivas, que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Sendo assim, não há um sentido único e literal. Ele é constituído em cada FD, nas relações que as formulações mantêm com outras da mesma FD (1995, p. 161).

Para Pêcheux (1995), as mesmas palavras, expressões, proposições “podem receber sentidos diferentes - todos igualmente ‘evidentes’- conforme se refiram a esta ou àquela formação discursiva”. Assim como as mesmas expressões mudam de sentido ao passarem de uma FD a outra, expressões “*literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada dada, ‘ter o mesmo sentido’ ” (p. 161) [grifos do autor].

Toda FD “*dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas*”. Esse “todo complexo com dominante” das FDs é designado interdiscurso, também submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação caracterizadora do complexo das formações ideológicas (p. 162) [grifos do autor].

De acordo com Pêcheux, o processo de interpelação ideológica, transformador dos indivíduos em sujeitos do seu discurso, ocorre através das formações discursivas “que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (p. 161). O autor acrescenta que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele se

constitui como sujeito)” (p. 162). Essa identificação ocorre através da “forma-sujeito”, termo recobrado de Althusser (p. 167).

Em outras palavras, a forma-sujeito “é a forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui”. Convém destacar que essa “identificação baseia-se no fato de que os elementos do interdiscurso, ao serem retomados pelo sujeito do discurso, acabam por determiná-lo”. A forma-sujeito é responsável pela ilusão da unidade do sujeito e também é designada “sujeito do saber, sujeito universal ou sujeito histórico de uma determinada formação discursiva” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 15).

O interdiscurso, enquanto o conjunto das formações discursivas, é linearizado no intradiscurso, eixo do significante, “fio do discurso”. Para Pêcheux (1995), o caráter da forma-sujeito “tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, [...] de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro ‘já-dito’ do intra-discurso”, ou seja, o já-dito não é percebido pelo sujeito como determinante do dizer. Dessa forma, “se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso” (p. 167) [grifo do autor].

Conforme Pêcheux (1995), o processo de interpelação ideológica supõe necessariamente um desdobramento, de um lado, está o locutor, ou o sujeito da enunciação, que é quem toma posição, com total responsabilidade, de outro lado, está o sujeito universal, o sujeito da FD (p. 214). A relação entre o sujeito universal e o sujeito da enunciação ocorre através da forma-sujeito e pode apresentar diferentes modalidades.

Numa delas, há uma superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, ou seja, há uma identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito, o que resulta no “bom-sujeito”. Nesse caso, afirma Pêcheux, “o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual, o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos em plena liberdade” (p. 215).

Em outra modalidade o sujeito da enunciação volta-se contra o sujeito universal, contrapondo-se à forma-sujeito. Estamos tratando do “mau-sujeito”, “mau espírito”, que “se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’, [...] o que produz o contradiscurso”. Essa contra-identificação não significa a liberdade do sujeito, pois o “interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com a formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou a rejeite” (p. 215-7).

Retomando Mittmann,

se o estabelecimento, pela forma-sujeito, da relação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal da FD, faz surgir tanto o bom como o mau sujeito, é possível, então, encontrarmos um antagonismo que se manifesta no interior da forma-sujeito (2003, p. 72).

A autora esclarece que Courtine (1981) prefere chamar o *sujeito universal*, de Pêcheux, de *sujeito do saber da FD*. Para ele, “da relação entre o *sujeito enunciador* e o *sujeito do saber* de uma FD surge a posição-sujeito”. Como desta relação podem surgir diferentes posições-sujeito, Courtine afirma “que a forma-sujeito é responsável pela descrição das diferentes posições-sujeito de uma FD” (MITTMANN, 2003, p. 72-3) [grifos do autor].

Nesse âmbito, convém explicitarmos o significado do termo posição-sujeito no quadro teórico da AD. A posição-sujeito resulta da “relação que se estabelece entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito de uma dada formação discursiva”. Não há, portanto, “um sujeito único, mas diversas posições-sujeito, as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 21).

Ao discutir as diferenças que se manifestam no interior da forma-sujeito, Indursky (2000) relembra primeiramente que a ideologia, tal como é caracterizada na obra *Remontemos de Foucault a Spinoza* (1980), de Pêcheux, tem como propriedades a “diferença e a divisão [...], ou seja, ela é heterogênea e vive sob o signo da contradição”. E se a ideologia é de tal

forma concebida, a formação discursiva que mantém relações estreitas com ela é igualmente heterogênea. Sendo assim, o domínio do saber da FD “comporta igualdade, mas também diferença e divergência, sendo, pois, a contradição o que se instaura aí em lugar da igualdade e unicidade”. De acordo com a autora, se a FD é heterogênea, “então a forma-sujeito que a organiza também é heterogênea em relação a si mesma, o que significa afirmar que a forma-sujeito abriga a diferença e a ambigüidade em seu interior”.

Sob a ótica da não-unicidade da forma-sujeito, Indursky dirá que temos “um conjunto de diferentes posições de sujeito e é esse elenco que vai dar conta da forma-sujeito”, em outros termos, “a forma-sujeito se fragmenta entre as diferentes posições de sujeito”. A partir dessas observações sobre a fragmentação da forma-sujeito, a autora conclui:

Num espaço com tais características o sujeito só pode acompanhar e ser igualmente fragmentado entre as diferentes e divergentes posições que é conduzido a assumir pelos diferentes modos que o sujeito do discurso encontra para identificar-se ou contra-identificar-se com o saber de uma Formação Discursiva [...] (2000).

De acordo com Indursky (2000), “de um sujeito bastante unitário, a teoria subjetiva de Pêcheux evolui para uma concepção de sujeito fragmentado e disperso”. Essa evolução está vinculada às mudanças na concepção de formação discursiva, que passou de homogênea para heterogênea em relação a si mesma.

Acompanhando o percurso de Michel Pêcheux, evidenciamos não haver liberdade do sujeito, pois mesmo quando o sujeito do discurso contra-identifica-se com o sujeito universal, continua determinado pelo interdiscurso, por isso, “só encontramos interpelações bem sucedidas” (MALDIDIER, 2003, p. 69). Todavia, o anexo acrescido à obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995), intitulado *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, escrito em 1978, pode ser considerado um retorno crítico sobre a questão do sujeito, mais especificamente, sobre a certeza do funcionamento do processo de assujeitamento ideológico.

Para apreendermos o lugar desse texto no percurso teórico de Pêcheux, é preciso levar em conta os problemas políticos que caracterizaram seu tempo de produção. No inverno de 1978, alguns meses após a ruptura do Programa Comum da Esquerda, surgiram diversos debates entre os militantes do Partido Comunista Francês. Retomando Maldidier (2003), “o desespero político rola, há decididamente ‘algo que falha’ na prática política” e “a teoria deve intervir no mais alto nível” (p. 66).

Mediante o caos da situação política, Pêcheux evidencia que o assujeitamento, sobre o qual se deteve em *Semântica e Discurso*, a partir de Althusser, anda muito bem. “A ideologia dominante domina bem demais”. E se questiona: “Como pensar as ideologias dominadas?” (MALDIDIER, 2003, p. 66). Se no Marxismo alguma coisa está falhando, por que não indagar sobre as elaborações no âmbito da Psicanálise? Para o proponente da AD, algo não está bem na referência aos conceitos dessa ciência, “e se concentra sobre a relação entre o *ego* e o *sujeito*” (PÊCHEUX, 1995, p. 299).

Tais questões impõem a retificação de Michel Pêcheux (1995), que afirma: “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La palice*”<sup>8</sup> (p. 300).

Retomando a expressão “Só há causa daquilo que falha”, de Lacan, Pêcheux afirma que a noção do sujeito da Análise do Discurso deve considerar essa causa do que falha, pelo fato de ela se manifestar incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois “os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*nonsens* do sujeito dividido” (p. 300) [grifo do autor].

Salienta ser indispensável acrescentar que o “*deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da ‘forma-sujeito’ ideológico, identificada com a evidência de

---

<sup>8</sup> Título original da obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995).

um sentido”. E conclui que “apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (p. 300-1) [grifos do autor].

Reiterando o exposto, a interpelação ideológica é um ritual suscetível a falhas, que se manifestam nos lapsos, atos falhos, etc. Mas, evitando possíveis distorções, Pêcheux explica: “Retraçar a vitória do lapso e do ato ‘falho’ nas falhas da interpelação ideológica não supõe que se faça agora do inconsciente a fonte da ideologia dominada [...]” (p. 301). E comenta como concebe a aproximação entre inconsciente e ideologia:

[...] a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente (1995, p. 301).

O proponente da teoria discursiva encontrou “erros, desvios, ‘equivocos’, etc., que se instalaram no coração da Tríplice Aliança” (p. 294). Mas por acreditar que “não se deixa jamais um erro dormir impunemente em paz, pois esse será um meio seguro para que ele perdure”, fez sua autocrítica (p. 299). Ao rever suas elaborações e propor retificações, Pêcheux postulou dois aspectos incontornáveis:

- não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”; - ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo” (1995, p. 304).

Através do anexo em pauta, Michel Pêcheux assegurou novos rumos para a Análise do Discurso, postulando que “não é mais no sucesso da interpelação, mas nos traços de seu obstáculo, que se toca o sujeito” (MALDIDIER, 2003, p. 70). Suas elaborações repercutiram na forma como o quadro teórico da AD era mobilizado para a compreensão do sujeito e do sentido, não mais compreendidos como presos à ideologia dominante, sem possibilidade de fuga.



Nessa nova fase, o espaço que pretende trabalhar a AD é naquele em que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo” (PÊCHEUX, 1997, p. 53). Utilizando os termos de Teixeira (2000), são consideradas “a heterogeneidade/equivocidade do sujeito e do sentido”, aspectos que irão requerer novos procedimentos de análise (p. 16).

Com o objetivo de identificação da ruptura e deslocamento de sentidos, operacionaliza-se a noção de polissemia, que significa “emergência do diferente e da multiplicidade de sentidos no discurso”. “São os processos polissêmicos que garantem que um mesmo objeto simbólico passe por diferentes processos de ressignificação” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 21). Distingue-se da polissemia a paráfrase, compreendida como “o retorno aos mesmos espaços do dizer”. “Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 1999, p. 36)

Um discurso que exemplifica a tensão existente entre o mesmo (a paráfrase) e o diferente (polissemia) é o irônico, conforme postula Orlandi (1983). Na AD, a ironia é um tipo de discurso, em que não há “um mero jogo de oposição, ou seja, de se dizer o contrário daquilo que se pensa” (p. 84). Para termos o efeito irônico, “o discurso deve instaurar alguma coisa de insólito, de incongruente, pressupondo a congruência e solidez do senso comum” (p. 87).

Uma das características básicas da ironia é que joga com “a relação entre o estado de mundo tal como ele se apresenta já cristalizado – os discursos instituídos, o senso comum – e outros estados de mundo” (p. 84). E é justamente por colocar em relação diferentes estados de mundo que pode ser vista como um chiste. Nesse âmbito, Orlandi afirma “que a ironia só é eficaz se (e quando) produz o prazer do jogo” (p. 88).

“É característica desse modo de interlocução a forma pela qual se dá a antecipação”:

[...] partindo do instituído, o locutor atribui ao destinatário um discurso “normal”, um conjunto de opiniões estabelecidas, e produz uma inversão ou mesmo um rompimento. Ele parte da idéia de que o outro diria o estabelecido (o mesmo) e responde a isto, antecipadamente. Daí o efeito de eco e rompimento (o diferente) (1983, p. 86).

Com esse funcionamento do mecanismo de antecipação, evidenciamos como a ironia põe em relação o mesmo e o diferente, o fixado e o possível. Esse tipo de discurso, independentemente de sua finalidade, sempre opera com a ruptura e a dissonância, pois desloca processos de significação já instalados.

Retornando à abordagem das mudanças sofridas pela Análise do Discurso, destacamos que o colóquio *Matérialités Discursives*, ocorrido em Nanterre (Paris), em abril de 1980, marca o início de um período de reformulações no sistema conceptual da teoria do discurso, oriundas do encontro de Michel Pêcheux com outros autores. Entre outros estudiosos, Maldidier cita Jean-Marie Marandin, que através de observações sobre a noção pêcheutiana de interdiscurso, permite trabalhar a relação deste com o intradiscuso e trata da questão da seqüencialidade que mais tarde iria se chamar *discursividade*; Jean-Jacques Courtine, que propõe em sua tese a articulação entre as reflexões de Foucault e a teoria do discurso, além de impedir “qualquer interpretação fixista” do conceito de formação discursiva; Michel de Certeau, que através da obra *A invenção do Cotidiano*, “parecia oferecer à análise de discurso o objeto que ela procurava”, por deslocar “o objeto de estudo dos discursos escritos-legítimos-oficiais para o registro dos diálogos, réplicas, narrativas, histórias e histórias cômicas, provérbios, aforismas” (MALDIDIER, 2003, p. 71-81).

Maldidier (2003) também menciona Authier-Revuz, que pôs “em evidência as rupturas enunciativas no ‘fio do discurso’, o surgimento de um discurso outro no próprio discurso”, ao tratar da heterogeneidade (p. 71-81).

Essa noção diz respeito ao atravessamento do discurso por outros discursos e pelo discurso do outro. Authier-Revuz (1990) distingue duas formas de heterogeneidade: a

constitutiva, que é um princípio da própria natureza da linguagem, e não é marcada na superfície lingüística; e a mostrada, “que indica a presença do *outro* no discurso do locutor”. Esse tipo de heterogeneidade divide-se em duas modalidades: “a *marcada*, da ordem da enunciação e visível na materialidade lingüística; e a *não-marcada*, da ordem do discurso e não provida de visibilidade” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 17) [grifos do autor].

Maldidier (2003) define o encontro de Michel Pêcheux e Authier-Revuz como um “verdadeiro encontro intelectual, no qual cada um contribui para o outro” (p. 84). Teixeira (2000) especifica essa contribuição mútua, explicando que a partir do trabalho de Authier sobre as heterogeneidades, Pêcheux “reformula o tratamento dado à sequencialidade, colocando em evidência as rupturas como possibilidades de surpreender a presença do outro no discurso” (p. 168). Além disso, a AD encontrou a possibilidade de “voltar em termos novos e operacionais ao jogo do interdiscurso no intradiscurso”, fazendo

intervir as dimensões horizontal e vertical nos procedimentos de análise sob bases mais sólidas, pela combinação de marcas lingüísticas, sintáticas, lexicais e enunciativas que contribuam para produzir o *efeito de sentido* do discurso (TEIXEIRA, 2000, p. 168) [grifos do autor].

Salientamos que o efeito de sentido a que alude Teixeira (2000) define-se como os “diferentes sentidos possíveis que um mesmo enunciado pode assumir de acordo com a formação discursiva na qual é (re)produzido”. Tais sentidos possíveis são todos “igualmente evidentes” devido à ideologia, que causa a ilusão de que os enunciados querem dizer o que realmente dizem (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 14).

Desse novo momento da teorização pêcheutiana, selecionamos, para uma reflexão mais atenta e pormenorizada, o último texto do autor, intitulado *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1997), que é uma comunicação apresentada em 1983, na Conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições” .

Como o próprio título indica, nessa obra, Michel Pêcheux tematiza o discurso como estrutura e como acontecimento. Este pode ser definido como o “ponto em que um enunciado rompe com a estrutura vigente, instaurando um novo processo discursivo”. Ele “inaugura uma nova forma de dizer, estabelecendo um marco inicial de onde uma nova rede de dizeres possíveis irá emergir” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 11).

No texto, Michel Pêcheux (1997) faz uma reconstituição do que estava ocorrendo em Paris, no dia 10 de maio de 1981, às 20 horas. Na ocasião, a TV apresentava “estimativas calculadas” que anunciavam François Mitterrand, da esquerda francesa, como o futuro presidente da França. Aparecem as primeiras reações, comentários e “tabelas de porcentagem põem-se a desfilar”, os quais vão começar a “ ‘fazer trabalhar’ o acontecimento”, ou seja, o fato novo, que é a vitória de F. Mitterrand (p. 19).

“Apegado” ao acontecimento aparece o enunciado “On a gagné” (traduz-se por “Ganhamos”), um grito de vitória entre tantos outros que Pêcheux destaca por sua especificidade. Esta expressão, agora utilizada para anunciar a vitória política, é geralmente o “grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar” (p. 21).

Para o autor, “o jogo metafórico em torno de ‘On a gagné’ ” sobredetermina o acontecimento, sublinha sua equivocidade (p. 22). Ele compara o cenário esportivo com o político e infere que aquele é caracterizado por uma univocidade lógica, pois os resultados são evidentes, portanto, não tem pertinência nos questionarmos sobre quem ganhou mediante o placar de um jogo. Aparentemente, na política teríamos essa mesma “univocidade lógica”, pois os resultados de uma eleição são divulgados a partir de porcentagens, cifras, enfim, dados minuciosos que atestam a transparência do acontecimento. Todavia, Pêcheux alerta que este é ao mesmo tempo opaco, o que é evidenciável na análise de “On a gagné”, cuja estrutura léxico-sintática apresenta um pronome indefinido na posição de sujeito e o lexema verbal “gagner” (ganhar) sem complemento (p. 22-3).

A partir da análise da materialidade do enunciado, o estudioso questiona a sua estabilidade lógica, indagando sobre o sujeito gramatical: “quem ganhou?”. Seria “os militantes do partido de esquerda?”, “o povo da França?”, ou os alienados da política, que agora estão entusiasmados com as possibilidades de mudança?. Pêcheux sugere outros sujeitos e também indaga sobre o complemento verbal: “ganhou o quê, como, por quê?”. Um possível complemento seria o “poder” (p. 24-7).

O autor analisa o acontecimento não somente no momento em que surge, como já mencionamos, em 10 de maio de 1981, mas também dois anos após, quando apresenta o texto em foco. Faz suas constatações ao se colocar como um observador atento aos confrontos discursivos que surgiram antes, durante e após o acontecimento. Sob essa perspectiva, explica que durante os dois anos que se passaram, o “equivoco” de *On a gagné* “trabalha a esquerda nos postos governamentais” e “nas diferentes camadas da população”, pois entre os homens do poder e os “simples particulares”, existem aqueles que ainda acreditam na vitória, os descrentes, os esperançosos por um grande movimento popular e os a-políticos (p. 27).

A partir de “*On a gagné*”, surgiu uma nova rede de dizeres, cruzaram-se opiniões sobre a vitória de F. Mitterrand, e há quem negue o “próprio acontecimento”, como se nada houvesse acontecido, alegando que os problemas seriam os mesmos se a direita estivesse no poder e há quem negue o “equivoco do acontecimento”, “fazendo-o coincidir completamente com o plano logicamente estabilizado das instituições políticas (‘sim ou não, a esquerda está no poder na França? se sim, tiremos as conseqüências...’)” (p. 27).

Com essas observações, Pêcheux demonstra que o enunciado “*On a gagné*”, mesmo apegado a um acontecimento lógico, com um resultado matematicamente obtido, está sujeito ao equivoco, à possibilidade de o sentido ser outro. E é justamente pelo fato desse enunciado estar sujeito à equivocidade, que acaba por sobredeterminar o acontecimento, reconfigurá-lo.

Mediante o exposto, o precursor da AD trata da “relação entre universos logicamente estabilizados e o das formulações irremediavelmente equívocas” (Orlandi, 1990, p. 8<sup>9</sup>). Conclui que objetos discursivos de caráter estável, que aparentemente seriam independentes dos enunciados produzidos em relação a eles, “vêm trocar seus trajetos com outros tipos de objetos”, dependentes do modo como falamos deles para se constituírem (PÊCHEUX, 1997, p. 28).

Ao observar que se entrecruzam dois tipos de objetos discursivos, aqueles “de talhe estável e os que têm seu modo de existência regido aparentemente pela própria maneira como falamos deles”, indaga se alguns objetos são mais reais que outros. Mas, como afirma Orlandi (1990), acaba “reconhecendo, ao invés disso, a existência de vários tipos de ‘real’ ” (p. 8).

O precursor da AD (1997) explica que a matemática e a física lidam com o real porque um profissional dessas áreas pode encontrar a solução para uma questão não-resolvida. Junta-se a essas ciências o espaço administrativo (jurídico, econômico e político) por apresentar “as aparências da coerção lógica disjuntiva”, por exemplo, é “impossível” que alguém seja ao mesmo tempo solteiro e casado, civil e militar, esteja trabalhando e desempregado, por exemplo. Em tais espaços discursivos “logicamente estabilizados”, há uma suposição de que “todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação [...]” (p. 30-1).

Entretanto, há um entrecruzamento entre “proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (p. 28). Sendo assim, “a homogeneidade lógica”, que permite que certas proposições sejam verdadeiras ou falsas, é atravessada por uma série de equívocos (p. 32). Portanto, através da análise de “On a gagné”, Pêcheux demonstra como os confrontos

---

<sup>9</sup> Quando fizermos menção à Orlandi na reflexão sobre *O discurso: estrutura ou acontecimento*, estamos retomando as observações da autora, que constam na “Nota ao Leitor” (1990) da referida obra.

discursivos sobre o mesmo objeto causam uma movimentação de sentidos, que acaba redeterminando esse objeto, por mais lógico e inquestionável que seja. A citação a seguir reitera e desenvolve o exposto:

[...] as propriedades lógicas dos objetos deixam de funcionar: os objetos têm e não têm esta ou aquela propriedade, os acontecimentos têm e não têm lugar, segundo as construções discursivas nas quais se encontram inscritos os enunciados que sustentam esses objetos e acontecimentos (1997, p. 52).

E essas inferências repercutem na reflexão sobre a subjetividade, permitem interrogar o sujeito pragmático. Para o autor (1997), “tudo se passa como se, face a essa falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente [...]” (p. 32). Além disso, “o sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, [...] face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica”, a qual se manifesta no cotidiano pelos utensílios que utilizamos, como agendas, papéis, por exemplo, e pelas grandes decisões da vida social e afetiva (decidimos fazer uma coisa e não outra, de responder a X e não a Y) (p. 33).

Para Pêcheux, essa necessidade de “disjunções e categorizações lógicas” é um equívoco. Além disso, comenta o autor, “de nada serve negar essa necessidade (desejo) de aparência” [...], essa necessidade universal de um ‘mundo semanticamente normal’, isto é, normatizado” (p. 34). Verificamos nessas afirmações, que Pêcheux tanto considera a necessidade de um mundo semanticamente estabilizado como um equívoco, como crê que a negação dessa necessidade também é errônea. Face a essas críticas, surge uma indagação: Por que Pêcheux opõe-se ao fato de o sujeito pragmático querer negar seu desejo de um mundo semanticamente estabilizado? Talvez seja porque embora os sujeitos tentem fazer com que suas decisões, seus dizeres, seus afazeres sejam caracterizados por uma homogeneidade lógica, não há como manter seu mundo semanticamente normal, semanticamente estabilizado.

A falsa homogeneidade das proposições da língua é desvelada na própria língua, afetada pelo real. Uma percepção do sistema afetado pelo real leva em conta que a univocidade escapa a ele, que é uma estrutura não-capaz de carregar sentidos estáveis. Nessa perspectiva, a língua, enquanto não-fechada, instável, heterogênea, comporta em seu interior um espaço para as falhas, as brechas, fissuras, “que se evidenciam pela existência dos jogos de palavras, do absurdo, dos lapsos, enfim, das brincadeiras com a língua (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 16).

O real da língua mencionado é a “impossibilidade de se dizer tudo na língua”, o que abre caminho para a consideração do impossível. Também pode ser definido como o “lugar do inconsciente de onde o sujeito fala o que não pode ser dito”. Essa noção é denominada em francês *lalange* e em português *alíngua*. Na própria grafia, com o termo *alíngua*, tem-se a expressão da diferença entre a “noção de língua, que é da ordem do todo, do possível, e a noção do real da língua (alíngua), que é da ordem do não-todo, do impossível, inscrito igualmente na língua” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 21-2).

Conceber de tal forma o sistema lingüístico permite operar com a noção de equívoco, ou seja, a possibilidade de o sentido sempre poder ser outro, além daquele que o sujeito percebe em sua interpelação. O equívoco manifesta-se nas “falhas, lapsos, deslizamentos, mal-entendidos, ambigüidades, que fazem parte da língua e representam uma marca de resistência”, afetando a regularidade da estrutura significante (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 14-5).

Em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (1997) explica que a língua comporta o equívoco, a elipse, a falta. E as contradições e alterações evidenciadas no sistema não significam “o amolecimento de um núcleo duro lógico”. É preciso considerar o equívoco como propriedade da língua, cuja heterogeneidade é constitutiva, como afirma Authier-Revuz. Tais constatações teóricas requerem novos procedimentos de análise que explicitem a



equivocidade inerente ao sistema e permitam “trabalhar no ponto” em que a “consistência da representação lógica inscrita no espaço dos ‘mundos normais’ ” é interrompida (p. 50-1). É preciso encontrar na materialidade lingüística, no “fio do discurso”, rupturas que revelem a não-univocidade do dizer.

No último texto de Michel Pêcheux, destacam-se também as observações do autor em relação ao espaço discursivo sobre o qual pretende trabalhar a AD. Essa linha teórica, com seu propósito de compreensão do sujeito e do sentido, através da análise do funcionamento dos processos discursivos, deverá guiar-se pelo fato de que o enunciado é sempre suscetível de tornar-se outro, de que “todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (p. 53).

Ao final de nossa abordagem da subjetividade na AD francesa, queremos destacar que Michel Pêcheux, em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, mostrou que o sujeito tem uma necessidade, um desejo de completude que o guia constantemente, mas a incompletude, propriedade desse sujeito, acaba por revelar-se sob várias formas, dentre elas, falhas, contradições, ambigüidades, deslizamentos, mal-entendidos. A dispersão, a fragmentação, a heterogeneidade, o equívoco são inerentes ao sujeito, que os nega sob a aparência da unicidade. Dessa forma, não raro, mostra-se contraditório.

Recuperar a evolução sofrida pela teoria da subjetividade na ótica discursiva permitiu-nos verificar que o termo sujeito na AD não designa um indivíduo plenamente consciente, um falante/ouvinte ideal, um ser unificado ou alguém sem história. Ao contrário, o sujeito é social, histórico, heterogêneo, contraditório e dotado de inconsciente. É ideológico, o que implica dizer que a relação com suas condições de existência é mediada pela ideologia (ORLANDI, 1994a, p. 55). Afirmar que o sujeito é sempre já determinado por mecanismos exteriores não significa negar a liberdade desse sujeito. Convém reiterar que Michel Pêcheux

(1995) percebeu que o processo de assujeitamento ideológico comporta a falha, por isso, de forma pouco complacente fez sua autocrítica e propôs retificações. Nesse momento de sua teorização, reafirmou que o “sujeito do discurso não é totalmente livre”, mas também alertou que não é “totalmente determinado por mecanismos exteriores” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 22).

O sujeito, como afirma Leandro Ferreira (2000), “*estabelece uma relação ativa no interior de uma FD; assim como é determinado ele também a afeta e determina em sua prática discursiva*” (apud LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 23).

## 5 A REFERÊNCIA E A DESIGNAÇÃO

### 5.1 O real na AD: uma totalidade questionada

Em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1997), a questão teórica em pauta é a relação entre universos logicamente estabilizados e as formulações irremediavelmente equívocas, ou seja, é discutido o vínculo existente entre uma exterioridade concebida como semanticamente estável e a língua enquanto sistema que comporta o deslocamento de sentidos.

Nessa obra, Pêcheux defende que objetos discursivos de caráter estável, que aparentemente seriam independentes dos enunciados produzidos em relação a eles, “vêm trocar seus trajetos com outros tipos de objetos”, dependentes do modo como falamos deles para se constituírem (p. 28).

Ao evidenciar que se entrecruzam dois tipos de objetos discursivos, aqueles “de talhe estável e os que têm seu modo de existência regido aparentemente pela própria maneira como falamos deles”, Pêcheux indaga se alguns objetos são mais reais que outros, mas não admite essa possibilidade, conforme explica Orlandi (1990), na nota ao leitor de *O discurso: estrutura ou acontecimento*. De acordo com essa autora, Pêcheux reconhece “a existência de vários tipos de ‘real’ ” (p. 8).

O autor (1997) exemplifica situações em que nos deparamos com o real. Explica que as ciências exatas, como a matemática e a física, lidam com o real porque um profissional dessas áreas pode encontrar a solução para uma questão não-resolvida. As técnicas materiais, ou seja, aquelas que visam a “produzir transformações físicas ou biofísicas”, em oposição às técnicas de adivinhação e de interpretação, também tentam apreender o real (p. 30).

Conforme Pêcheux, esses espaços discursivos tornam-se “logicamente estabilizados” devido a uma “série de evidências lógico-práticas”; por exemplo: “um mesmo objeto X não pode estar ao mesmo tempo em duas localizações diferentes”; “um mesmo acontecimento A não pode ao mesmo tempo acontecer e não acontecer” (p. 31-2). Entretanto, o autor questiona a homogeneidade lógica dessas sentenças, pois acredita no entrecruzamento entre “proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (p. 28). E é através da análise de “On a gagné”, como já foi mencionado anteriormente, que ele constata como os confrontos discursivos sobre o mesmo acontecimento causam uma movimentação de sentidos, que acaba redeterminando esse acontecimento, por mais lógico e inquestionável que possa ser considerado.

O autor postula que “as propriedades lógicas dos objetos deixam de funcionar”, porque “os objetos têm e não têm esta ou aquela propriedade, os acontecimentos têm e não têm lugar, segundo as construções discursivas nas quais se encontram inscritos os enunciados que sustentam esses objetos e acontecimentos” (p. 52).

Como é nas construções discursivas que os objetos e acontecimentos são constituídos e estas admitem o deslocamento de sentidos, pode haver distintas formas de apreender o mesmo objeto ou acontecimento. Cada sujeito que formula tais construções tem a ilusão de que apreende o referente em sua totalidade, por isso “há vários tipos de real”, conforme defende Pêcheux.

Uma tentativa de captação do real, que dê conta de sua totalidade, não é pertinente às prerrogativas da AD, que o concebe como algo não acessível como um todo. Nessa linha teórica, pelo fato de os objetos do mundo serem referidos através da linguagem, que é desde sempre suscetível à variação de sentidos, mobilizáveis por sujeitos filiados a FDs distintas, tais objetos nunca poderão ser apreendidos sob um ponto vista único e incontestável, pois há

diferentes maneiras de percebê-los e nenhuma delas têm o poder de alcançar a sua totalidade. Portanto, o real não é algo contornável pela ação humana.

De acordo com Pêcheux, “não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (p. 29). Conforme a releitura de Dorneles (1999) desse fragmento, “é esse *pechar* com o real e produzir uma simbolização, que poderá ser totalmente diverso do *encontro* que outros sujeitos do discurso tiveram com o mesmo real, que dá ao acontecimento o caráter de rompimento com uma certa realidade” (p. 160) [grifos do autor].

Dorneles aborda que o acontecimento é “algo gerado pelo encontro do sujeito do discurso com uma realidade, na qual ele situa estranhamentos e passa a questioná-los e a buscar formas de construir uma outra interpretação para esse *real* que lhe é apresentado”. O sujeito poderá então resignificar esse real, “construir uma realidade diferente ou apenas parafrasear” [...] (p. 158-9) [grifo do autor].

Cada posição-sujeito antagônica institui sua versão de um objeto como única e capaz de dar conta da completude deste. Entretanto, salientamos que as versões tratadas como inexistentes, apagadas, silenciadas, não-ditas, insistem em ser consideradas, em determinar o dito, que, por isso, torna-se irremediavelmente equívoco, isto é, com a possibilidade de o sentido sempre poder ser outro.

Podemos dizer, utilizando os termos de Dorneles (1999), que “a simbolização do fato vai constituí-lo como algo de *aparente estabilidade lógica* desestabilizável pela mudança de posição-sujeito interpretante” (p. 158) [grifos do autor]. Dito de outro modo, o acontecimento, por mais que aparente ser estável semanticamente, ao ser significado por sujeitos filiados a distintas formações discursivas, sempre estará suscetível à resignificação. Dessa forma, “se constroem versões que a todo momento podem deslocar as já existentes, mas nem sempre as apagam e conseguem fundar uma nova rede de memória” (p. 160).

Em virtude das reflexões apresentadas, concluímos que a realidade é constituída nos confrontos discursivos. E cada versão do real é dotada de unicidade e estabilidade semântica por sujeitos iludidos com a crença da pertinência de sua versão em detrimento de outras.

Esclarecemos o porquê dessa ilusão afirmando que na ótica discursiva a relação entre o sujeito e o mundo é mediada pela ideologia. Esta não é “vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade” (ORLANDI, 1999, p. 48). A ideologia deve ser concebida como inerente à prática discursiva e responsável por produzir a evidência da autonomia do sujeito e da transparência dos sentidos. No primeiro caso, o sujeito tem a ilusão de que é fonte, origem do seu dizer e, no segundo, “aquilo que é representação *para* ele se apresenta como reflexo de seu conhecimento objetivo da realidade” (ORLANDI, 1986, p. 119) [grifo do autor]. Nesse sentido, evidenciamos que a estabilidade semântica e a transparência de sentidos atribuídas à realidade pelo sujeito são uma ilusão produzida pela ideologia e que a língua é a possibilidade de manifestação dessa ilusão, por ser um sistema não-unívoco, instável, heterogêneo, suscetível à falha, ao deslize e ao equívoco.

Complementamos essas assertivas, retomando novamente Dorneles, que afirma ser a “realidade estruturada” um

efeito das relações imaginárias (ordem do inconsciente e do ideológico) pelas quais o sujeito faz um corte nesse real e produz a sua realidade, onde parte dele – real – é excluída, e deixada para fora como *um todo* que não cessará de se apresentar na simbolização dos processos sociohistóricos (1999, p. 157) [grifos do autor].

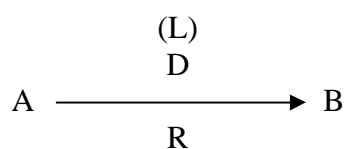
Por fim, destacamos que na ótica da AD a língua não é um instrumento que serve para categorizar entidades preexistentes, que seriam independentes dos enunciados que se referem a elas. A partir das considerações de Michel Pêcheux (1997), podemos afirmar que a língua comporta a multiplicidade de sentidos, e em virtude disso, admite versões divergentes do mesmo objeto ou acontecimento, os quais serão construídos/reconstruídos nos confrontos discursivos.

Reiterando e especificando o exposto, assinalamos que os objetos e os acontecimentos, na medida em que são referidos nos enunciados, que por sua vez inscrevem-se em diferentes construções discursivas, passam por um processo constante de reformulação. Sendo assim, afirmamos, citando Guimarães (1995), que “o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem”, “é constituído por uma relação de discursos” (p. 74). E a língua não tem a propriedade de estabelecer uma relação direta e verdadeira entre as palavras e as coisas, ao contrário, tem a propriedade de ser a condição de possibilidade de processos discursivos que reconstroem os objetos e os acontecimentos, transformam a realidade, mesmo quando percebida como lógica, estabilizada e homogênea.

## 5.2 A constituição da referência

Concluimos que o objeto é constituído nos confrontos discursivos. No que segue, retomaremos algumas considerações do precursor da AD presentes em *Análise Automática do Discurso (AAD-69)* (1993a), quando trata da questão do referente.

Nesse texto, Michel Pêcheux retoma o esquema de comunicação proposto por Jakobson (1963) para reformulá-lo no âmbito de sua teoria discursiva. Observemos o referido esquema:



A: o “destinador”,

B: o “destinatário”,

R: o “referente”,

(L): o código lingüístico comum a A e a B,

→: o “contacto” estabelecido entre A e B,

D: a seqüência verbal emitida por A em direção a B.

Essa representação pode ser assim interpretada: um destinador (A) envia uma mensagem (D) a um destinatário (B), sob a condição de que essa mensagem remeta a um “contexto apreensível pelo destinatário e que é verbal ou suscetível de ser verbalizado” (R); essa mensagem também deve ser expressa através de um código comum (L) aos interlocutores e requer um “contacto” ( $\rightarrow$ ), ou seja, “um canal físico ou uma conexão psicológica entre o destinador e o destinatário, que permite estabelecer a comunicação” (JAKOBSON, 1963, *apud* PÊCHEUX, 1993a, p. 81-2).

Michel Pêcheux (1993a) propõe substituir a mensagem pelo discurso, dessa forma, nega a relação estanque presente no esquema informacional, em que um emissor envia uma mensagem a um receptor que deverá decodificá-la no código em que foi veiculada. Pensar o discurso no lugar da mensagem implica considerar que os interlocutores realizam juntos o processo de significação (p. 82).

Em relação aos interlocutores, o proponente da AD não os concebe como “organismos humanos individuais”, mas “como lugares determinados na estrutura de uma formação social”. O autor defende a hipótese de que esses lugares não funcionam com suas características empíricas nos processos discursivos, porque estão presentes em tais processos, porém transformados por uma série de formações imaginárias. Estas “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Sendo assim, existem na língua mecanismos de projeção que permitem passar das situações empíricas (objetivamente definíveis) para as posições (representações dessas situações) discursivas (p. 82) [grifos do autor].

No que concerne ao referente do esquema de Jakobson, Michel Pêcheux afirma que “pertence igualmente às condições de produção” e se trata “de um objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (p. 83).



Depreendemos dessas observações que assim como não funcionam nos processos discursivos os lugares sociológicos empíricos dos sujeitos e sim a representação transformada desses lugares pelas formações imaginárias, não funciona empiricamente nesses processos o assunto dos interlocutores, o objeto de seu discurso, mas a imagem que têm desse objeto. Em outros termos, o objeto do discurso funciona na situação de interlocução afetado pelo mecanismo imaginário, logo, os interlocutores não se reportam a um referente objetivamente definível, mas à representação que têm desse referente.

Para Pêcheux, as imagens resultam de processos discursivos anteriores, com outras condições de produção, que deixaram de funcionar, mas continuam determinando o processo discursivo em foco. Nessa perspectiva, o “já dito”, substância das formações imaginárias, intervém nas imagens que os locutores têm de si, do interlocutor e do assunto tratado.

Levar em consideração um já dito subsidiando as formações imaginárias e, por conseqüência, as formulações dos interlocutores é relevante por evidenciar a natureza do objeto numa perspectiva discursiva. Podemos dizer que os locutores constroem uma representação imaginária do objeto do discurso a partir do que já foi dito sobre ele, sendo assim, reiteramos que não funciona nos processos discursivos um referente enquanto segmento da realidade e acrescentamos que funciona um referente enquanto integrante de processos discursivos anteriores. A imagem do referente constitui-se a partir de discursos alheios sobre esse referente, o que torna clara a necessária relação do discurso com outros discursos.

É um referente já ressignificado em discursos outros que será mobilizado para a construção de uma representação imaginária do referente no processo discursivo em foco. Em virtude dessa assertiva, verificamos que o referente está situado no conjunto de formulações feitas que determinam o nosso dizer, ou seja, no interdiscurso.

Esse postulado teórico comprova-se nas reflexões de Zoppi-Fontana, que assinala:

Não entendemos exterioridade como uma objetividade empírica fora da linguagem (o contexto ou a situação a que numerosas teorias sobre a enunciação fazem referência); pelo contrário, consideramos uma exterioridade que intervém materialmente na textualidade como *interdiscurso* [...] (1999b, p. 61-2) [grifo do autor].

E também confirma-se com as observações de Courtine (1999): “O interdiscurso, sabe-se, fornece, sob a forma de citação, recitação, pré-construído, os objetos do discurso em que a enunciação se sustenta [...]”. Nesse sentido, a enunciação apodera-se dos objetos do discurso, que estão no âmbito do interdiscurso, e os coloca sob a responsabilidade do sujeito enunciador. Dessa forma, tais objetos adquirem estabilidade referencial (p. 20).

### 5.3 A designação

Em uma de suas teses basilares, Michel Pêcheux (1995) assinala que “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (p. 160) [grifos do autor]. Com essa proposição, o precursor da AD determina que o sentido das sentenças da língua é estabelecido com referência às formações ideológicas nas quais estão inscritas.

A alternância de sentidos das designações pode ocorrer tanto se elas estiverem inscritas em uma única FD que é tomada como heterogênea como se estiverem inscritas em FDs distintas. Em virtude disso, as designações podem produzir distintos efeitos de sentido e apontar para distintas posições-sujeito.

Essa última observação põe em evidência um aspecto imprescindível para a análise do funcionamento discursivo das designações, que é o fato de a mudança de designações evidenciar a emergência de diferentes posições-sujeito no discurso, filiadas a FDs antagônicas (Cf. INDURSKY, 1999).

Ao abordarmos a designação, é pertinente esclarecermos a significação desse vocábulo e distingui-lo de nomeação e referência, tendo em vista que essas palavras ora podem ser empregadas de forma similar ora de forma diferente. A fim de estabelecer essa distinção, retomamos Guimarães (2002), para quem a designação “é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato”. Nesse âmbito,

seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (2002, p. 9).

Esse autor afirma que a nomeação “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” e a referência é “a particularização de algo na e pela enunciação” (2002, p. 9).

Conforme Guimarães (1995), as designações mantêm uma relação semântica instável entre a linguagem e o objeto devido ao cruzamento de discursos. Tais nomes são responsáveis por instalar “como lugar de estabilidade referencial um sentido pelo apagamento de outros”, ou seja, a designação produz determinados sentidos enquanto silencia/apaga outros (p. 75).

Salientamos que por mais que a designação tenha a propriedade de produzir sentidos diversos, ela “deve, em um universo dado, produzir a univocidade, a inequívocidade da referência” (GUIMARÃES, 2002, p. 39-40). Essa consideração “leva a compreender a univocidade como um efeito de sentido necessário, que não destitui do processo de designação a característica de produtor de sentidos diversos” (SILVEIRA, 2004, p. 236).

Para Guimarães (s.d.), é o interdiscurso, enquanto memória, que promove o funcionamento das designações. E pelo fato de o referente estar no interdiscurso, a relação entre o objeto e o nome é móvel, não sendo, portanto, possível percebê-la como completa, homogênea e estável.

Zoppi-Fontana (1999a) demonstra que as designações fixam seu objeto de referência em relação com as outras designações que mantêm relações parafrásticas. Ainda observa que os “processos de designação, ao produzir efeitos de evidência que apresentam as relações entre designações e objetos de referência como sendo transparentes e necessárias”, acabam dissimulando “a orientação produzida pelos diversos atos de nomear” e apagando as diferentes posições-sujeito (p. 205; 212-3).

A afirmação de Zoppi-Fontana sobre a orientação interpretativa intrínseca ao ato de nomear vai ao encontro das observações de Rajagopalan (2003), que também afirma não haver neutralidade no ato de nomeação. Para esse autor, “o fenômeno de nomeação” é “um ato eminentemente político”. Defendendo essa posição, esse lingüista afirma que se contrapõe a “certas teorias semânticas de grande prestígio”, para as quais “os nomes não passam de meras ‘etiquetas’ identificadoras dos objetos” (p. 82).

Outras considerações relevantes sobre a designação e a referência encontram-se nos estudos de Mangueneau (2001), que denomina co-referenciais diferentes nomes identificadores do mesmo objeto.

Conforme esse autor, não é o enunciado o responsável pela referência, mas o enunciador, “que, por meio de seu enunciado, deverá passar ao co-enunciador as *instruções* necessárias” para a identificação do referente (p. 179) [grifo do autor].

A referência, na perspectiva de Maingueneau, “é uma atividade que implica a cooperação dos co-enunciadores e poderá malograr, caso o co-enunciador, por exemplo, se engane do referente” (p. 179- 180).

### 5.3.1 Os nomes próprios

Bréal (1992) comenta que os nomes próprios, como Alexandre, Bonaparte, César, foram considerados uma “espécie à parte” e “estavam situados fora da língua”. O autor, inclusive, enumera algumas razões que justificam tal opinião: “para essa categoria, o sentido etimológico não tem nenhum valor”; “eles passam de uma língua a outra sem serem traduzidos”; e “geralmente seguem as transformações fonéticas de um modo mais lento” (p. 125).

Além de justificar uma opinião alheia, Bréal exprime sua perspectiva a respeito dos nomes próprios: “pode-se dizer que há só uma diferença de grau entre os nomes próprios e os nomes comuns. Eles são, por assim dizer, signos de segunda potência” (p. 125).

O autor explica sua versão, afirmando que se o sentido etimológico é irrelevante para os nomes próprios, também é para os nomes comuns. Outra semelhança é que os nomes próprios não são traduzidos na passagem de uma língua para outra e o mesmo ocorre com muitos comuns, quando identificam funções, usos, invenções, costumes, etc. Além disso, as poucas transformações fonéticas sofridas pelos nomes próprios devem-se “ao cuidado especial com que se conservam”, o que também ocorre com algumas palavras da linguagem religiosa ou administrativa (p. 126).

Em virtude dos aspectos mencionados, Bréal afirma que a diferença entre nomes próprios e comuns é “uma diferença intelectual”. O autor acrescenta que se a classificação dos nomes baseia-se na quantidade de “idéias que despertam, os nomes próprios deveriam estar na frente, pois são os mais significativos de todos, sendo os mais individuais”. E comenta que do ponto de vista semântico os “nomes próprios são os substantivos por excelência” (p. 126).

As observações de Bréal sobre a tênue diferença entre os nomes comuns e próprios, que apenas teriam graus diferentes, são pertinentes à presente pesquisa considerando o funcionamento dos *nicknames* nos *chats* e sua composição lingüística.

Nessas interações, cada *nickname* identifica um sujeito-internauta e é responsável por marcar a presença do participante no *chat*; sendo assim, essas construções funcionam como nomes próprios. Além disso, tais designações empregadas nos diálogos *on-line* podem ter em sua composição nomes comuns. Se esses nomes passam a identificar seres particulares, confirmamos as afirmações de Bréal sobre a sutil diferença entre nomes próprios e comuns.

A crença de que o *nickname* funciona como nome próprio encontra fundamento nos estudos de Bosredon (1997) sobre os títulos de quadros. Esse autor apropria-se da fórmula *Função de nomeação própria* (F-nop) para suprir a ausência de uma teoria dos nomes próprios que dê conta de todas as formas designadoras de indivíduos (p. 106).

O autor explica que utilizou essa fórmula para denominar aquilo que transforma uma cadeia lingüística com função de legenda e/ou de designação numa cadeia com função de título (p. 106). De forma análoga, seria pertinente empregar a F-nop para denominar a transformação de sentenças lingüísticas que compõem as designações nos *chats* em nomes próprios.

Bosredon comprovou serem os títulos “signos de segunda potência”, característica atribuída por Bréal aos nomes próprios. Aquele autor justifica essa observação, afirmando que os títulos são formados a partir de outros signos da língua, mas que preenchem uma função semântico-referencial em outro grau (p. 123-4).

Observamos o mesmo em relação às designações nas interações *on-line*, tendo em vista que são constituídas por uma combinação de signos lingüísticos, mas estes funcionam em outro grau, por identificarem um sujeito específico, aspecto comprovador da pertinência da operacionalização da F-nop em nossa pesquisa.

Bosredon verifica que os títulos apresentam uma construção semântica de referência e essa propriedade tem uma especificidade porque a maior parte dos títulos de quadros faz a referência através de uma descrição abreviada da figuração (p. 123-4).

Novamente, as considerações desse autor estendem-se às designações dos *chats*, uma vez que os *nicknames* identificam um determinado sujeito e simultaneamente representam-no de forma singular. Essas designações funcionam como descrições, aspecto no qual nos deteremos no próximo item.

Nas conversações eletrônicas, evidenciamos que a designação funciona como nome próprio, mas nem por isso o antropônimo identificador do sujeito fora do ciberespaço deixa de ser relevante, porque nos *chats* é recorrente a pergunta “Qual teu nome?”. Esta só não é feita quando o *nickname* já traz em sua composição o nome próprio.

No momento em que é informado o nome do sujeito, irão coexistir dois nomes próprios, o *nickname* que tem F-nop e o antropônimo, e um não exclui o outro; ao contrário, eles podem se autodeterminar.

Guimarães aborda a questão da determinação em seu estudo dos nomes próprios de pessoa. Ao analisar as alterações morfossintáticas sofridas pelos nomes e sobrenomes no uso corrente, constata que entre esses dois tipos de nomes existe uma relação de determinação interna. E conclui:

[...] o nome próprio de pessoa é, na nossa sociedade, uma construção em que relações semânticas de determinação constituem o nome, o que já nos afasta de posições estritamente referenciais ou cognitivas no estudo do nome próprio (2002, p. 35).

Quando esse autor menciona as transformações morfossintáticas dos nomes e sobrenomes, por exemplo, alguém registrado *Maximino de Araújo Maciel* que passa a ser denominado *Maximino Maciel*, evidencia que essas reestruturações lingüísticas estariam motivadas pela busca de unicidade, de existência de um nome para uma única pessoa. Nessa

abordagem, Guimarães verifica que a unicidade é “uma construção de relações lingüísticas e não uma relação direta entre palavra e objeto” (p. 35).

### 5.3.2 A designação como descrição

A designação pode funcionar como descrição do ser ou objeto, o que ocorre, principalmente, “nos casos em que um nome comum aparece qualificando e/ou identificando um outro nome (comum ou próprio)” (SILVEIRA, 2004, p. 241).

Isso pode ser especialmente observado nas conversações eletrônicas, porque as designações têm em sua composição nomes comuns, outras classes gramaticais e recursos lingüísticos que funcionam identificando o referente e simultaneamente qualificando-o. Inclusive, não devemos excluir a presença de nomes próprios. Esses antropônimos, muitas vezes, também funcionam como descrições pela presença da idade ou da sigla indicadora do Estado de origem, ao lado desses nomes, o que caracteriza de forma singular um internauta em relação a outros que compartilham o mesmo espaço virtual. Já nos casos em que a designação escolhida é praticamente vazia de significação, não descreve o sujeito, apenas marca a sua presença.

“As relações entre designação e descrição são garantidas pelo funcionamento da noção de referência, pois ambas dependem dessa noção para se efetivarem no discurso” (SILVEIRA, 2004, p. 241). A descrição não ocupa uma posição subalterna, nem superior, mas funciona como essencial junto às designações, na constituição e na instauração dos sentidos que nos conduzem à configuração de uma imagem própria do sujeito, neste caso, o sujeito-internauta.

Silveira (2004), ao tratar da designação como suscetível a atuar como descrição, retomou do filósofo matemático Bertrand Russell (1981) algumas de suas reflexões sobre as



descrições definidas e indefinidas e as reconsiderou a partir dos subsídios teóricos da AD. Do trabalho do autor, destaca duas de suas conclusões. A primeira afirma que “a relação entre objeto e descrição não é de um-para-um: há inumeráveis descrições corretas de qualquer objeto dado” (RUSSELL, 1981 *apud* SILVEIRA, 2004, p. 242).

Para a pesquisadora, essa constatação pode ser reformulada para o estudo das designações que funcionam como descrições ao ser interpretada como as “inúmeras possibilidades de se dizer algo sobre um objeto” (2004, p. 242). A segunda conclusão de Russell diz respeito à descrição definida, “que consiste em várias palavras, cujos significados já estão fixados, e das quais resulta o que quer que seja tomado como ‘significado’ da ‘descrição’ ” (RUSSELL, 1981, *apud* SILVEIRA, 2004, p. 243). Essa dedução é reformulada por Silveira

sob a forma de como as palavras são carregadas de sentidos instituídos, mas que coexistem, na instância do interdiscurso, pois o significado da descrição vai depender da inscrição de determinados efeitos de sentido no âmbito de uma determinada FD, onde uma descrição significa dessa forma e não de outra porque está determinada pelas CP, pelas FIs, etc. (2004, p. 243-4).

A autora explica que Russell, quando esclarece “o tipo de relação lógica que existe entre o objeto e a descrição [...], demonstra que a ‘idéia’ que se tem do objeto não é idêntica a esse objeto, tendo em vista que um único objeto está sujeito a muitas descrições” (p. 244). Por causa dessa propriedade do objeto, Silveira constata que dele pode proceder uma multiplicidade de sentidos. Dessas observações de Russell, a autora também conclui que o lógico já estava mencionando um dos aspectos mais enfocados pelos estudos atuais da Análise do Discurso,

que é a impossibilidade de se ter um sentido literal e outros sentidos periféricos sobre um determinado objeto (discursivo), pois Russell já percebia que nessa multiplicidade de descrições que podem existir sobre um mesmo objeto, não há “uma entidade central” capaz de reunir as “idéias” que existem sobre o objeto; existe sim uma diversidade de “idéias” capazes de descreverem o objeto (2004, p. 244).

Silveira (2004) explica que o filósofo, ao tratar da descrição definida, “ressalta a importância do princípio de ‘unicidade’ ”. Para a autora, tal princípio “se converte no necessário efeito de unicidade do sentido em conformidade com as atuais prerrogativas da AD” (p. 244).

Outra abordagem da descrição é feita por Orlandi (1994b) quando comenta que as formas de discurso têm de ser consideradas em relação a outras e que o vínculo pensamento/linguagem/mundo deve ser pensado como não-unívoco. Com base nessas proposições, propõe uma reflexão sobre a construção discursiva dos referentes, com ênfase nos processos de significação que atuam na determinação do referente (p. 47).

Nessa perspectiva, a descrição define-se como a forma material de um discurso que causa um efeito de determinação, noção fundamental na AD que pode ser compreendida em várias dimensões da discursividade.

Conforme explica Orlandi, determinar na AD “é precisar, tornar legível, visível. Isto, na instância da subjetividade e da individualização, significa isolar, colocar sob controle”. Além desse aspecto, a determinação também pode ser considerada como homogeneizante e produtora de transparência (p. 50).

“A determinação está na base do efeito de estabilidade do referente”. É isso que Orlandi denomina “ilusão referencial”, responsável pela crença “na objetividade da linguagem”. De acordo com essa autora, é “sobre o mecanismo de determinação que se assenta o efeito de evidência produzido pela ideologia e a conseqüente impressão da literalidade, o sentimento da unicidade do sentido permanente” (p. 50).

Um discurso afetado pelo mecanismo de determinação, que, em nosso caso, manifesta-se através da descrição, construirá a objetividade do referente, a sua homogeneidade lógica e a ilusão de não-afetável pelas formulações equívocas.

Convém destacar que a noção de descrição enquanto tipologia que se soma à narração e à dissertação não é concernente ao quadro conceitual e metodológico da AD, tendo em vista que nessa disciplina as tipologias não têm função na busca de regularidades discursivas. “O critério para encontrar regularidades na AD não deve ser formal, tipológico, já que é no movimento e na dispersão que o discurso encontra sua ordem” (p. 48).

Mesmo assim, as tipologias são dignas de observação na AD, principalmente a distinção entre tipos de discurso: político, religioso, jurídico, pedagógico. A partir da análise dessas tipologias, aproxima-se da distinção entre os lugares institucionais dos quais esses discursos derivam. Tais lugares são a escola, a igreja, o direito, por exemplo, todos peculiarizados por uma série de normas (p. 48).

A tipologia também é relevante por ter uma função que é denominada “heurística” por Orlandi. Tal função decorre do fato de a descrição fazer “intervir critérios para a consideração dos discursos em suas diferenças”, o que pode contribuir para a teoria do discurso (p. 48).

Através da perspectiva da função heurística das tipologias é que se torna relevante considerar no âmbito da AD a distinção entre narração, dissertação e descrição. É sob essa ótica que a abordagem de Orlandi sobre a descrição deve ser considerada. Para essa autora, tipologias como a narração ou descrição atuam como modos diferentes de significar um mesmo referente. No que concerne à descrição, caracteriza-se por “tornar visível, lisível, seu objeto” (p. 50).

A descrição elucidada a designação, a delimita e a especifica (p. 50). Além disso, garante a existência material de um referente já designado; dessa forma, promove sua estabilidade (p. 51). A descrição é uma forma de determinação, noção subjacente responsável por dar visibilidade ao referente.

Orlandi conclui que “o efeito produzido pela descrição é o da realidade do pensamento”, de acordo com a ilusão produzida pelo esquecimento n.2 proposta por Pêcheux

(1995). A descrição causa a impressão de “objetividade da linguagem, da construção imaginária da realidade, da relação positiva entre as palavras e as coisas”. Portanto, “a descrição promove a “impressão da literalidade, produzida pela estabilização do efeito referencial que resulta na ilusão da relação termo-a-termo entre linguagem-pensamento-mundo”. Enfim, produz “o efeito-verdade” (p. 55).

Essa forma de discurso,

com seus mecanismos de categorização, trabalhando a unicidade, a variedade, o caráter distinto das coisas do mundo [...] produz o efeito da transparência tanto da percepção (é isto que observo, que vejo) como da linguagem (é isto que é) (1994b, p. 55).

Mediante as reflexões feitas evidenciamos porque Orlandi afirma que “o lugar menor dado à descrição, na tradição acadêmica, é enganador”. De acordo com essa autora,

a descrição “teoriza” a objetividade, a nossa capacidade de referirmos a um ser no mundo. Ela trabalha o fato de que a palavra não é a coisa. É uma forma de pôr o sujeito na relação com a objetividade do mundo, o sentido da referência, ou seja, o de que a palavra não é a coisa mas tem o poder de simular, de parecer ser. Ela faz funcionar a separação entre interior/exterior (1994b, p. 56).

Para concluir, retomamos novamente as considerações de Silveira (2004), que menciona: “as noções de designação e descrição mantêm uma relação indireta com o referente e, portanto, trazem em si mesmas modos de apresentação desse referente”. A descrição deve ser percebida como “rica em detalhes”, capaz de apresentar “um olhar de fora” sobre o referente. Além disso, “a descrição toma por base a superfície, onde se produzem os efeitos de unicidade do sujeito ou os efeitos de totalidade do objeto que a designação produz por excelência” (p. 248).

A autora compara a designação com a descrição e aborda que esta “utiliza-se de mais palavras para dizer (representar/simular) a coisa”, além disso,

a descrição configura-se como uma forma de controlar os sentidos que estão virtualmente dispersos na designação e no referente, isso se realiza num movimento

contraditório no qual a descrição é capaz de recuperar mais elementos do que uma designação e, ao mesmo tempo, controla os sentidos através do “silenciamento” de outros elementos que não devem ou não podem ser ditos naquele momento, no âmbito daquele discurso, mas que estão virtualmente presentes na instância do interdiscurso (2004, p. 250).

Segundo esse trecho, a designação, ao atuar como descrição, mobiliza mais sentidos sobre o referente; porém, num movimento contraditório, apaga, silencia outros sentidos que poderiam ser conferidos a esse objeto discursivo.

## 6 AS OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS E OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Os procedimentos de análise adotados são próprios da Análise do Discurso, isto é, o trabalho começa pela materialidade lingüística do texto para encontrar nele sua discursividade. Nessa perspectiva, não existem modelos prontos, visto que os princípios metodológicos que norteiam o trabalho de interpretação do analista resultam da observação e da análise de processos discursivos específicos.

A Análise do Discurso não é um nível diferente de análise que se acrescenta aos níveis fonético, morfológico, sintático e semântico. Conforme explica Orlandi (1996), essa linha teórica é “um *ponto de vista* diferente”. Sob a ótica da AD, podem ser trabalhadas unidades pertencentes a vários níveis, por exemplo, palavras, sentenças, períodos. Essa possibilidade não descaracteriza a especificidade de cada nível, mas demonstra que a AD fornece dados para essas especificidades, contribui com elas (p. 116) [grifos do autor].

Para essa perspectiva de estudo, as unidades lingüísticas pertencentes aos referidos níveis são consideradas relevantes porque busca-se compreender o funcionamento delas no discurso (ORLANDI, 1996). Nesse sentido, é importante precisarmos o conceito de funcionamento, central nos procedimentos de análise da AD (ORLANDI, 1999, p. 77). Segundo as formulações de Pêcheux de 1969, o funcionamento não é “*integralmente lingüístico*” e deve ser considerado em relação às condições de produção do discurso. Estas, nesse momento da teorização pècheutiana, compreendiam as formações imaginárias, as relações de sentido e de força e o mecanismo de antecipação (PÊCHEUX, 1993a, p. 78) [grifos do autor].

Orlandi (1996) retoma esse conceito de funcionamento, salientando sua relevância para o analista passar das marcas formais à identificação das formações ideológicas a que elas se filiam. Para essa autora, o funcionamento discursivo “é a atividade estruturante de um

discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas”. Ela destaca que “em um discurso [...] não só se representam os interlocutores, mas também a relação que eles mantêm com a formação ideológica. E isto está marcado *no e pelo* funcionamento discursivo” (p. 125) [grifos do autor].

Orlandi (1994a) explica que ao analisarmos o funcionamento de um determinado discurso, não é suficiente encontrar marcas formais, por isso, diferencia marcas de propriedades do discurso: “as marcas dizem respeito à organização interna do discurso e as propriedades têm a ver com a totalidade do discurso em sua relação com as condições de produção”. De acordo com a autora, à medida em que “apreendermos certas marcas temos de considerar o modo como elas aparecem no discurso, ou seja, temos de estabelecer sua função em relação à propriedade do discurso que é o objeto da análise”. Somente quando “referimos o esquema gramatical (traços ou marcas) à(s) propriedade(s) é que estamos caracterizando um discurso em sua especificidade” (p. 121).

Conforme essa autora, “a forma de se articular as marcas às propriedades dos discursos também se faz por um deslocamento em relação à *operação* descritiva: na AD se opera com *recortes* e não com *segmentos*”. O recorte define-se como “uma unidade discursiva que se constitui de fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”. É “um fragmento de *situação discursiva*”. Varia de acordo com “os diferentes tipos de discurso”, com a “configuração das condições de produção” e com “o objetivo de análise”. Além disso, “resulta de teoria e é uma construção”, ou seja, “não é automático, nem predeterminado”. Através dos recortes, é possível relacionar o texto com suas condições de produção (p. 121) [grifos do autor].

Feitas essas considerações teóricas, esclarecemos que nosso objeto de estudo é funcionamento do discurso dos internautas que interagem através do IRC (*Internet Relay Chat*). Este é um programa que se conecta à Internet permitindo a interação *on-line*. Nesse

tipo de *chat*, as imagens que poderão ser enviadas não aparecem na mesma tela em que ocorre a conversação, mas em arquivos separados. Além desses recursos, o usuário poderá desenhar ícones de emoção, através da combinação de caracteres do teclado, assim enviará os *emoticons*. E a conversação pauta-se mais na escrita no que em outros recursos da mídia (ARAÚJO, 2004, p. 98-9).

Nessas interações, os usuários se autodenominam como querem, através de um apelido, o *nickname*, para que pela designação escolhida possam ser identificados pelos demais participantes da conversação.

De acordo com Souza, S. (2003), esse “sistema permite que múltiplos usuários se comuniquem ao mesmo tempo e em tempo real”. “No IRC, a sala que reúne os participantes é chamada de canal”. “O usuário conectado a uma rede IRC poderá criar seus canais, com tópicos variados”, por exemplo, #espiritismo, #ovnis, os quais “são identificados pela presença de uma cerquilha # antes de seu nome” (p. 40).

Um programa muito popular para a utilização do IRC é o mIRC, no qual foram realizadas as conversações que pertencem ao *corpus empírico*. A partir do momento que esse programa é conectado à Internet, “o usuário deve escolher uma rede dentre as apresentadas pelo ‘mIRC’ e escolher a opção *Connect to IRC server*”. Após receber a mensagem de conexão (PING-PONG), “o usuário deve pedir a listagem de canais disponíveis naquela rede através do comando */list*. Quando a listagem estiver terminada, basta clicar duas vezes no canal desejado para entrar no mesmo”. Nesse momento, duas janelas se abrem: uma à esquerda, que mostra as mensagens dos usuários, e outra à direita, que apresenta a lista de usuários conectados (p. 40-1).

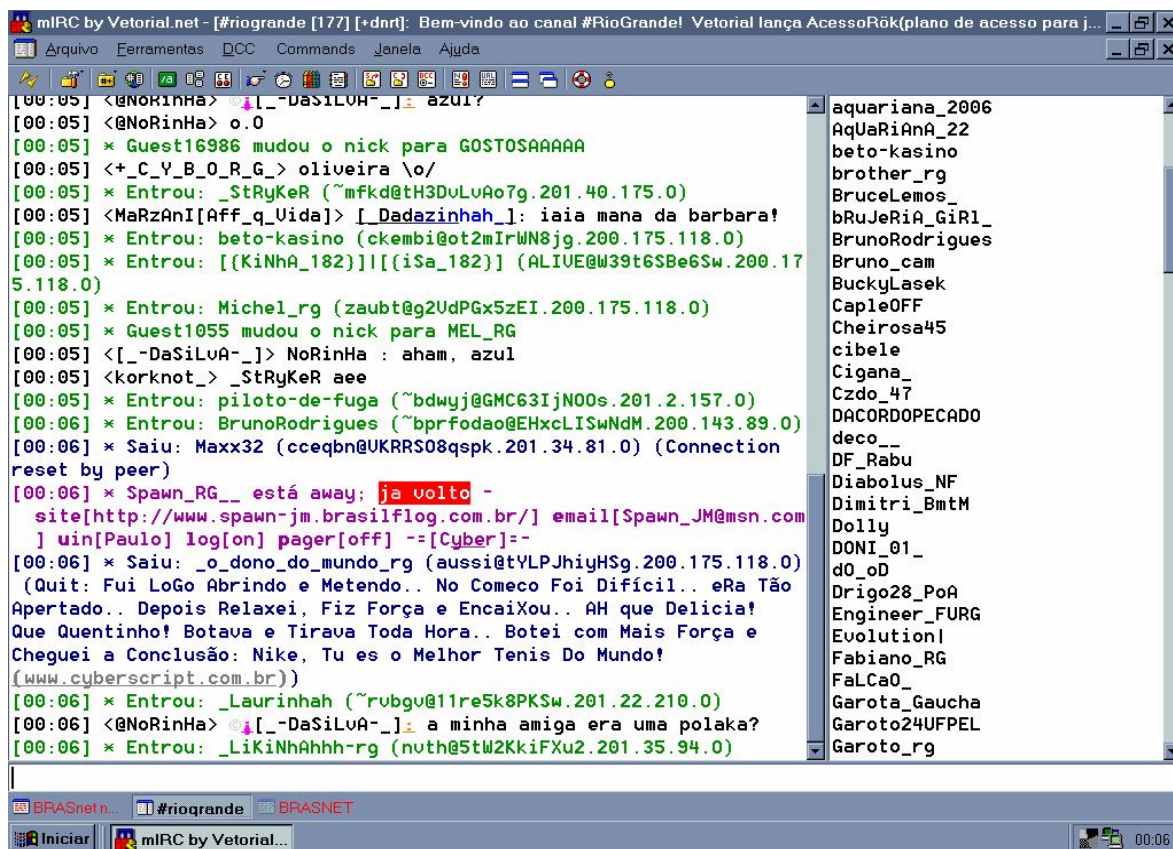
O internauta deve clicar duas vezes em cima do nome de um usuário para estabelecer uma conexão **private** ou **PVT**, “em que as mensagens são trocadas somente entre o usuário e o interlocutor escolhido privadamente, como o nome sugere”. Além dessas opções, o



*software* permite ao usuário mudar suas configurações, escolhendo fontes, cores, sons, etc.

(p. 41).

Abaixo, consta uma figura demonstrativa do mIRC:



Explicitadas essas características técnicas, salientamos que as conversações coletadas foram todas realizadas no IRC, mais especificamente, no mIRC, canais Rio Grande e Pelotas, e estabelecidas entre dois usuários através da conexão PVT.

Por sabermos dessas condições de produção imediatas do discurso dos internautas, ficamos motivadas a centralizar nosso estudo nos *nicknames*, percebidos como uma materialidade que deixava vestígios do funcionamento discursivo de algumas interações que ocorrem no ciberespaço.

É pertinente abordarmos que as designações podem variar de forma rápida, pois o programa IRC oferece a possibilidade de o participante trocar o *nickname* a qualquer momento. E criatividade e a imaginação dos internautas são evidenciadas nas expressões

utilizadas. Crystal (2001 *apud* Marcuschi, 2004, p. 44) sugere uma tipologia de *nicknames* empregados nos *chats*, por exemplo: -nomes ligados à tecnologia: *robot*, *hardware*, -nomes ligados à flora e à fauna: tulipa, leão, -nomes ligados a personalidades famosas: Elvis Presley, Platão, -nomes próprios: Maria, Tereza, -nomes ligados à ficção, mitologia: Helena de Tróia, Afrodite, -nomes vazios de significação: Eu/H, Eu/M, PP, HH.

Essas máscaras, como podemos considerar as designações dos *chats*, permitem que o sujeito expresse através da materialidade lingüística o que quer revelar, ocultando o que não quer mostrar.

Com base na Análise do Discurso de linha francesa, consideramos que a designação – *nickname* – contribui para a descrição do sujeito-internauta, representando-o de forma singular. Além disso, evidenciamos que no espaço virtual em que ocorrem as interações eletrônicas, o ato de designar tem a propriedade de formalizar a existência, a presença do participante na interação eletrônica. Por isso, nos casos em que a designação escolhida é praticamente vazia de significação, não descreve o sujeito, apenas marca a sua presença.

Em virtude dessas considerações, comprovamos a relevância da análise das designações para refletirmos sobre o funcionamento discursivo de alguns bate-papos *on-line*. Posteriormente, através da contribuição de amigos, coletamos várias conversações que envolviam distintos interlocutores e selecionamos aquelas em que o mesmo sujeito utilizava diferentes *nicknames* para interagir no ambiente virtual. Assim, formamos nosso *corpus empírico* e chegamos ao que Orlandi (1999) define como *superfície lingüística* [grifos nossos].

Como a Análise do Discurso de linha francesa visa à compreensão do funcionamento discursivo de determinado objeto, questionando como ele funciona e produz sentidos, realizamos um trabalho de dessuperficialização, em que buscamos pistas na materialidade

lingüística das conversações para a análise do processo discursivo. Assim, começamos a construção de nosso *objeto discursivo*.

Courtine (1981) chama essas pistas de *seqüências discursivas de referência (SDR)* e as define como seqüências de dimensão superior à frase, segmentadas conforme os objetivos do analista, que são tomadas como ponto de referência a partir da análise. Em nossa pesquisa, as SDR são variáveis, podendo ser sintagmas, frases e diálogos breves.

Levando em conta o discurso que queríamos analisar, as suas condições de produção tanto imediatas como sócio-histórico-ideológicas, e o nosso objetivo, que era analisar conversações *on-line*, visando à percepção de como a designação escolhida repercutia no jogo imaginário que presidia as falas e, por conseqüência, nas trocas lingüísticas entre os internautas, estabelecemos o conjunto de recortes, com suas SDR. Dessa maneira, formamos nosso *corpus discursivo*, sobre o qual incidirão nossas análises.

É relevante observar que, segundo Orlandi (1999), a AD não visa à exaustividade horizontal, ou seja, “em extensão, nem à completude, ou à exaustividade em relação ao objeto empírico”. Tal objeto é inesgotável, porque “todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (p. 62). Na AD, busca-se a “exaustividade vertical”, ou seja, a completude “em relação aos objetos de análise e à temática” (p. 62-3). Por isso, procuraremos utilizar uma amostra representativa do corpus empírico para cada questão que será objeto de reflexão.

Nossa hipótese é que na rede discursiva dos *chats* as distintas posições-sujeito que podem ser assumidas pelos sujeitos-internautas aparecem representadas nos *nicknames*. Confirmaremos essa inferência ao analisarmos se a escolha por um *nickname* no lugar de outro é determinada pela imagem que o internauta A quer que o internauta B faça em relação a quem é o internauta A; se alguns sujeitos das conversações virtuais ao trocarem o

*nickname* (designação) o fazem motivados pelo valor que conferem ao que é dito por sujeitos pertencentes a outra posição-sujeito; e se a identificação do sujeito-internauta no ambiente virtual através de um nome sem significado convencional atesta que ele não quer representar-se como pertencendo a uma determinada posição.

Compararemos a materialidade lingüística de conversações em que o mesmo sujeito-internauta utiliza diferentes *nicknames* para evidenciar se a troca de designações produz outros sentidos, causa uma movimentação no jogo imaginário que preside as falas e acaba reinventando o próprio referente, ora imaginado por seu interlocutor como pertencente a uma determinada posição-sujeito, ora imaginado como pertencente a outra.

Com base nos procedimentos de Análise da AD, partiremos da materialidade lingüística do texto, nesse caso, as conversações, e realizaremos um trabalho de dessuperficialização que nos permitirá determinar os discursos que se encontram dispersos no texto e posteriormente as posições ideológicas que se manifestam nele. Sendo assim, mostraremos como as condições sócio-históricas de produção deixam de ser alheias ao texto, para serem constitutivas e se inscreverem nessa materialidade.

Por fim, citando Mittmann, destacamos que na linha teórica adotada

não tomamos uma teoria e uma metodologia que ditam regras de análise e exigem comprovação através de dados exaustivos, mas tomamos o *corpus* como materialidade, como fato, que guiará a metodologia e fará voltar à teoria, acreditando sempre que esse “mergulho” nos textos está todo o tempo determinado pela historicidade de nossa própria leitura (2003, p. 112) [grifo do autor].

No que segue, a partir dos postulados teóricos até então explicitados e dos princípios metodológicos da AD, faremos a análise dos recortes, com suas SDR.

## 7 A ANÁLISE DO CORPUS

Constatamos, com base nas reflexões de Michel Pêcheux datadas de 1969, que funciona nos processos discursivos não um referente empírico, mas a imagem que os sujeitos têm desse objeto. Em nosso corpus, temos algumas especificidades que requerem uma reflexão sobre esses postulados teóricos.

Nas interações virtuais que estaremos analisando, os sujeitos-interagentes são o objeto do discurso. O assunto tratado pelos internautas é regido constantemente pelo questionamento: “Quem é o meu interlocutor?”, que norteia as perguntas: “Quantos anos?”, “Como vc é?”, “De onde tc?”, “Tem foto?”, “Tem namorado?”, etc.

Nos diálogos presenciais em que o interlocutor é o assunto tratado, a imagem do objeto será constituída a partir dos dizeres e de outros aspectos que subsidiam a formação da representação do referente, a saber: a visualização das expressões faciais, das vestimentas, dos gestos, do ambiente, das situações que rodeiam quem interage, por exemplo. Todavia, no bate-papo virtual o fator não-presença modifica o processo de criação das formações imaginárias em relação ao observado nas interações face a face. Pelo menos nas conversações existentes em nosso corpus, não há utilização de recursos tecnológicos, como aparelhos que projetam a imagem ou a voz; logo, um sujeito-internauta X dependerá da descrição e dos recursos lingüísticos e não-lingüísticos empregados pelo sujeito-internauta com quem conversa para construir uma imagem deste. Sendo assim, o que subsidia a construção da imagem do interlocutor B, o qual é o assunto tratado, é inicialmente o que ele descreve sobre si mesmo e a imagem que o interlocutor A tem da posição-sujeito-internauta assumida por B.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é o fato de não funcionar na situação de comunicação um sujeito empírico, mas a representação transformada desse sujeito. Sendo assim, o sujeito-internauta, ao se descrever, está expressando o ponto de vista que tem em relação a si mesmo. Entretanto, a imagem que um sujeito apresenta de si no ciberespaço pode ser uma reinvenção da representação que ele tem de si fora desse lugar e para essa recriação a não-presença contribui.

Nesse processo de constituição de imagens do sujeito-internauta com quem se tecla, nessa tentativa de comprovar a correspondência entre a posição-de-sujeito assumida fora do virtual e no virtual, concorre tanto a designação utilizada pelo interlocutor para marcar sua presença no *chat* como os dizeres. Nesse sentido, destacamos que os dizeres inegavelmente são uma materialidade imprescindível para que se configurem, se determinem alguns sentidos em relação ao sujeito, mas devido às especificidades, às condições de produção particulares ao ciberespaço, um simples apelido pode tornar-se outra materialidade relevante nesse processo de constituição do objeto discursivo.

Pressupondo essas particularidades, a seguir analisaremos algumas seqüências discursivas de referência – SDR – a fim de compreendermos como se dá o processo de constituição do referente. Para tanto, trabalharemos a co-relação designações e dizeres para simultaneamente identificar posições-sujeito e refletir sobre o ato de nomeação no ciberespaço. Concomitantemente, destacaremos aspectos pertinentes à compreensão do funcionamento discursivo dos *chats*.

#### SDR 1

<\_timelorego\_> LeGaL

<\_timelorego\_> Vc não eH DaKi?

<sozinha-em-rg> sou

<sozinha-em-rg> sou de rg mesmo

<\_timelorego\_> PQ eSSe NiCK?

<sozinha-em-rg> pq estou sozinha na minha cidade oras

<\_timelorego\_> MoRa SoZiNHa?

<sozinha-em-rg> não

<sozinha-em-rg> comminha mãe  
<\_timelorego\_> HM

O *nickname* <sozinha-em-rg> é uma designação que funciona como descrição porque identifica um referente e simultaneamente o descreve como desacompanhado no município de Rio Grande. Esse nome também tem *Função de nomeação própria* (F-nop), aspecto que será abordado na análise da SDR 11.

A materialidade lingüística da conversação evidencia os sentidos mobilizados por <\_timelorego\_> a partir da leitura da designação <sozinha-em-rg>. Primeiramente, o sujeito-internauta imagina que o *nickname* <sozinha-em-rg> pode estar identificando uma pessoa que não é de Rio Grande e está solitária nesta localidade, pois pergunta **Vc não eH DaKi?**. Mediante a resposta **sou/sou de rg mesmo**, <\_timelorego\_> indaga **PQ eSSe NiCK?**. <Sozinha-em-rg> responde **pq estou sozinha na minha cidade oras**. A partir dessa fala, <\_timelorego\_> reformula a imagem que havia feito anteriormente da internauta com quem tecla e passa a representá-la como uma rio-grandina que mora em sua cidade natal, mas está sozinha, solitária, talvez longe da família, pois indaga **MoRa SoZiNHa?**. Novamente o sentido mobilizado não se confirma, pois <sozinha-em-rg> diz **não/comminha mãe**. <\_Timelorego\_> desiste de tentar compreender o que justifica a utilização da designação <sozinha-em-rg>, enuncia **HM** e muda de assunto, dizendo **Vc teM FoTo?**.

Pertinente notar que as falas de <sozinha-em-rg> evidenciam aparentemente uma contradição, pois se a internauta mora com sua mãe, portanto, não se encontra sozinha em sua cidade e isso transforma o *nickname* em uma falácia. Nesse contexto, destacamos que para Guimarães (2002), embora a designação mobilize vários sentidos, deve produzir a univocidade do referente no universo discursivo em que está sendo empregada (p. 39-40). À luz dessa observação, verificamos que a unicidade semântica dessa designação só pode ser constatada se considerarmos outra possibilidade de significação. Como <sozinha-em-rg>

mora com sua mãe e é rio-grandina, inferimos que ela quis identificar-se como uma pessoa que não tem companhia afetiva e simultaneamente indicar a cidade onde reside. Essa conclusão confirma-se através da análise da seguinte SDR, extraída de uma conversação estabelecida por <sozinha-em-rg> com <CARINHOSO-RG-33>:

## SDR 2

<CARINHOSO-RG-33> VERDADE?  
 <CARINHOSO-RG-33> QUINTA TAMBEM ESTAREI...  
 <sozinha-em-rg> ah é???  
 <sozinha-em-rg> nossa...  
 <CARINHOSO-RG-33> QUAL SUA IDADE  
 <sozinha-em-rg> ja sabe ate o dia que a namorada vai te abandonar??????  
 <CARINHOSO-RG-33> SIM JA SEI  
 <CARINHOSO-RG-33> E VC FOI ABANDONADA  
 <sozinha-em-rg> não necessariamente  
 <sozinha-em-rg> estou sozinha por opção  
 <CARINHOSO-RG-33> COMO ASSIM  
 <sozinha-em-rg> ou por falata de opções boas  
 <sozinha-em-rg> ops  
 <sozinha-em-rg> falta  
 <CARINHOSO-RG-33> ENTENDO  
 <sozinha-em-rg> pois é...  
 <sozinha-em-rg> e tu?  
 <sozinha-em-rg> pq estaras sozinho?  
 <CARINHOSO-RG-33> VIAJANDO A NAMORDAAA

Essa SDR constitui o início de uma conversação. Nela, <CARINHOSO-RG-33> comenta algo, não-recuperável no corpus, sobre sua namorada, pois <sozinha-em-rg> indaga **ja sabe ate o dia que a namorada vai te abandonar??????** e <CARINHOSO-RG-33>, após responder **SIM JA SEI**, indaga **E VC FOI ABANDONADA** para compreender o porquê do *nickname* <sozinha-em-rg>. Como <CARINHOSO-RG-33> confirma a <sozinha-em-rg> que ficará abandonado por causa da ausência de sua namorada e logo pergunta **E VC FOI ABANDONADA**, concluímos que ele imaginou <sozinha-em-rg> como um sujeito que está sozinho porque não tem uma companhia afetiva. Nesse contexto, a pergunta **E VC FOI ABANDONADA** não se presta a confirmar se <sozinha-em-rg> está desacompanhada porque



está longe de sua família. Para <CARINHOSO-RG-33>, <sozinha-em-rg> está solitária por não ter namorado e o que interessa a ele é saber o que a levou a ficar solteira.

Enquanto <\_timelorego\_> não cogita a possibilidade de <sozinha-em-rg> designar alguém sem companhia afetiva, <CARINHOSO-RG-33> nem supõe que o *nickname* em discussão pode identificar uma rio-grandina que está longe da família ou uma pessoa de outra procedência que está morando sozinha em Rio Grande. Os sentidos mobilizados por <\_timelorego\_> e por <CARINHOSO-RG-33> a partir da leitura da designação comprovam o quanto é instável a relação entre o referente e o nome, dependendo o sentido da designação da posição-sujeito interpretante.

Como já mencionamos, a designação <sozinha-em-rg> funciona como descrição. Esta é, segundo Orlandi (1994b), um processo de significação que atua na determinação do referente. A determinação, por sua vez, é responsável por criar um efeito de estabilidade, homogeneidade e transparência do objeto.

Por ser uma forma de discurso atuante na delimitação do referente, a descrição produz a impressão da realidade do pensamento, isto é, cria a ilusão da relação clara e objetiva entre linguagem-pensamento-mundo. Além disso, cria o efeito de estabilidade referencial.

Com base nessas reflexões de Orlandi (1994b), deduzimos que o *nickname* <sozinha-em-rg> funciona no processo de constituição da referência como um elemento estabilizante pelo fato de ser uma designação que funciona como descrição. Através dessa designação, é posto em evidência um sujeito-internauta solitário, desacompanhado numa localidade específica. Dessa forma, são instalados determinados sentidos em detrimento de outros. E os sentidos postos em evidência atuam na constituição de uma determinada imagem do referente.

Se o processo de designação cria a ilusão da relação transparente entre objeto e linguagem, atua como um elemento criador de estabilidade, as falas põem em evidência a instabilidade do objeto discursivo. Isso é comprovável na conversa entre <sozinha-em-rg> e

<\_timelorego\_>, mais especificamente na SDR 1, em que as trocas lingüísticas resultaram na configuração de um referente contraditório, que se identifica como solitário na cidade de Rio Grande, quando, na verdade, não está desacompanhado porque mora com sua mãe.

Dessa forma, a designação, um elemento presumivelmente estável, foi tornado instável por causa do confronto discursivo estabelecido. Já na SDR 2, o *nickname* <sozinha-em-rg> funcionou como produtor da unicidade do referente, uma vez que a imagem formada a partir da designação confirmou-se nas trocas lingüísticas. Afirmamos isso porque <CARINHOSO-RG-33> criou, com base no *nickname*, a representação do referente enquanto solitário por estar sem namorado e no decorrer da conversação confirmou sua imagem, pois <sozinha-em-rg> disse **estou sozinha por opção/ou por falata de opções boas**. Com essas falas, a internauta demonstrou que o *nickname* <sozinha-em-rg> estava funcionando como identificador de um referente destituído de companhia afetiva. Além disso, verificamos que o sujeito, através do *nickname*, pôs em evidência no ciberespaço uma posição-de-sujeito que também é assumida fora desse lugar. O sujeito não se reinventou, não experimentou ser outro eu, não distorceu, na região dos mundos virtuais, a imagem que tem de si mesmo.

Com o fato de as falas desestabilizarem o objeto discursivo, comprovamos as reflexões de Michel Pêcheux (1997). Conforme esse autor, os objetos não são dados *a priori*; ao contrário, são constituídos nos confrontos discursivos, nos quais adquirem ou não determinadas propriedades.

A instabilidade do referente <sozinha-em-rg> também é constatável na análise da próxima SDR:

### SDR 3

<\_timelorego\_> Se DeSCReve Pra MiM  
 <sozinha-em-rg> alta  
 <sozinha-em-rg> 1.74  
 <sozinha-em-rg> cabelos compridos  
 <sozinha-em-rg> crespos  
 <sozinha-em-rg> meio loiros

<sozinha-em-rg> **ah sou gordinha, mas não revelo meu peso nem sob tortura**  
 <\_timelorego\_> PQ?  
 <sozinha-em-rg> **pq não digo...**  
 <sozinha-em-rg> **nenhuma mulher revela o quanto pesa**  
 <\_timelorego\_> ReVeLa SiM  
 <\_timelorego\_> PoH DiZ  
 <sozinha-em-rg> ué...  
 <sozinha-em-rg> acabaste de dizer que foto não era importante  
 <sozinha-em-rg> pq queres saber como sou exatamente??????  
 <\_timelorego\_> eu TBM Sou GoRDiNHo!

<Sozinha-em-rg> enumera suas características, dizendo, sucessivamente, **alta, 1.74, cabelos compridos, crespos, meio loiros** e para dizer que é gordinha utiliza-se da interjeição **Ah!**. Esta funciona como introdutória de uma informação não-relevante, mas que não poderia deixar de ser dita para que <\_timelorego\_> obtivesse dados suficientes à construção da imagem física de <sozinha-em-rg>.

Afirmamos que a referida interjeição funciona introduzindo uma informação sem importância por causa da ordem de apresentação das características de <sozinha-em-rg>. Primeiramente é salientada a altura, posteriormente, são descritos os cabelos, e, por fim, é mencionado o formato do corpo, através do enunciado **ah sou gordinha**.

Mediante essas observações, constatamos uma contradição, pois <sozinha-em-rg>, ao se descrever, diz por último que é gordinha; dessa forma, aparenta não dar tanta ênfase ao fato de estar acima do peso convencional como ideal e mostra-se como não-determinada pelos discursos legitimadores dos corpos magros. Mas, a interjeição **Ah!** faz com que as palavras a que se junta, neste caso, **sou gordinha**, tenham um caráter de aviso. Com essa interjeição, <sozinha-em-rg> transforma o fato de estar fora dos parâmetros de beleza em uma advertência, como se sua condição física fosse algo que precisasse ser destacado. Como <sozinha-em-rg> chamou a atenção de seu interlocutor quanto ao seu elevado peso, evidenciamos que esse sujeito está determinado pelos preceitos sociais referentes aos corpos.

Através da análise da interjeição **Ah!**, constatamos que essa expressão, quando relacionada aos dizeres enunciados anteriormente por <sozinha-em-rg>, é responsável por iniciar uma informação não-relevante, mas, quando relacionada às palavras a que se junta, atua como uma expressão enfatizadora. Através do desvendamento do funcionamento discursivo dessa interjeição verificamos a existência de posições-sujeito antagônicas.

Observemos mais detalhadamente a seguinte seqüência:

<sozinha-em-rg> **ah sou gordinha, mas não revelo meu peso nem sob tortura.**

Os dois enunciados acima mobilizam sentidos diferentes. O segundo, introduzido pela adversativa **mas**, aponta para a não-confirmação do primeiro e prevalece na conclusão. Da leitura de **ah sou gordinha** surge a imagem de alguém que assume sua condição física, tanto é que <sozinha-em-rg> não deixa de mencioná-la quando descreve a si mesma. A percebemos como alguém que admite estar fora dos parâmetros de beleza, normatizadores da magreza como atributo físico ideal para os corpos. Afirmamos isso porque <sozinha-em-rg> não esconde o fato de ser “gordinha” mesmo interagindo num ambiente propício à omissão de tal característica. Todavia, a fala **não revelo meu peso nem sob tortura** destrói a imagem criada de <sozinha-em-rg> na leitura do primeiro enunciado. Da percepção de um sujeito que não omite sua característica física e aceita-se mesmo estando rodeado de discursos normatizadores dos atributos físicos ideais passamos à percepção de um sujeito afetado pelas coerções sociais pertinentes aos corpos. <Sozinha-em-rg> deixou claro ser gordinha, revelou-se enquanto podia reinventar sua aparência e, contraditoriamente, deixou de assumir sua condição física ao não querer revelar seu peso **nem sob tortura**.

<Sozinha-em-rg> aproveita sua autonomia e liberdade de expressão não para recriar-se, mas para admitir-se. E, dessa forma, não permite que os discursos legitimadores dos corpos magros continuem tão impositores. Ao invés da negação à gordura, temos uma

aceitação, e, portanto, uma ruptura com sentidos cristalizados. Mas, ao não revelar seu peso e dizer **pq não digo.../nenhuma mulher revela o quanto pesa**, <sozinha-em-rg> novamente está filiada aos preceitos sociais determinantes da magreza como a única condição física associada ao belo.

Existe, no entanto, uma outra possibilidade de interpretação do enunciado **ah sou gordinha** se considerarmos a possibilidade de uma relação de determinação semântica entre essa seqüência e o nickname <sozinha-em-rg>. Salientamos que a internauta, ao identificar-se através da designação <sozinha-em-rg>, põe em evidência o fato de não ter companhia afetiva e, ao dizer, **ah sou gordinha**, enfatiza sua condição física. Levando em conta uma possível relação entre o nickname e o enunciado em pauta, podemos supor que “estar sozinha” decorre do fato de ser “gordinha”. Devido a essa co-relação, o enunciado **ah sou gordinha** poderia não estar funcionando no sentido de causar uma imagem de alguém que aceita sua aparência e não está determinado pelos estigmas sociais referentes aos corpos, como mencionamos anteriormente. Esse enunciado poderia estar revelando que a internauta encontra no formato do seu corpo a justificativa para estar solteira, portanto, está afetada por preceitos legitimadores da magreza. Sob essa perspectiva, não podemos apenas afirmar que o enunciado **ah sou gordinha** causa uma imagem da internauta enquanto não-afetada pelos preceitos que determinam a magreza como ideal e que o enunciado **mas não revelo meu peso nem sob tortura** rompe com essa imagem. É possível também dizermos que o primeiro enunciado da sentença **ah sou gordinha, mas não revelo meu peso nem sob tortura**, quando relacionado à designação <sozinha-em-rg>, já dá indícios da filiação da internauta aos saberes legitimadores da magreza, o que se confirma no segundo enunciado.

Pertinente notar como <sozinha-em-rg> faz questão de salientar que não revelará seu peso, mesmo sem <\_timelorego\_> ter lhe perguntado algo a respeito. Ela também faz questão de justificar-se, dizendo: **nenhuma mulher revela o quanto pesa**. Esse enunciado revela que

<sozinha-em-rg> precisa partir de um saber generalizado para fundamentar a sua decisão; é somente confirmando a ordem estabelecida que esse sujeito-internauta consegue explicar porque não revela seu peso.

Através dessa justificativa, concluímos haver uma clara necessidade de <sozinha-em-rg> mostrar-se com unicidade e homogeneidade. Aparentar ser assim é uma busca constante do sujeito, mas como indaga Pêcheux (1997), de que adianta essa necessidade de completude? Para o autor, não há porque ter esse desejo de um mundo semanticamente estabilizado. Tal necessidade é um equívoco, porque embora os sujeitos tentem fazer com que suas decisões, seus dizeres, seus afazeres sejam caracterizados por uma homogeneidade lógica, não há como manter seu mundo semanticamente estabilizado.

A não-manutenção da estabilidade semântica decorre do fato de a falsa homogeneidade das proposições da língua ser desvelada na própria língua, afetada pelo real. A dessuperficialização da materialidade **ah sou gordinha, mas não revelo meu peso nem sob tortura** evidencia, segundo uma das duas possibilidades de compreensão desse enunciado, antagonismos semânticos, pois há filiação e simultaneamente ruptura com o legitimado. As próprias falas do sujeito-internauta desestabilizam esse referente; portanto, a tentativa de unificar o dizer e, por conseguinte, apresentar-se como sujeito unificado, encontra na língua a impossibilidade de concretização.

A evidência do antagonismo no dizer afetou a percepção de quem o enunciou. Concluímos que o efeito-verdade criado pela designação, a unicidade e a homogeneidade do referente criados por ela são suscetíveis de serem violados pelas falas, que promovem a desestabilização do referente.

Também verificamos que os saberes do interdiscurso pertinentes aos corpos, ao serem retomados pelo sujeito <sozinha-em-rg>, acabaram por determiná-lo de tal forma, que ele não conseguiu contrapor-se discursivamente a essa determinação, senão revelaria seu

peso. E pelo fato de não dizer o quanto pesa, percebemos que esse sujeito teme não ser aceito por crer na disseminação dos estigmas sociais que discriminam o corpo gordo.

Se <sozinha-em-rg> percebe a imposição da magreza como única condição física associada à beleza e, por isso, não revela seu peso, que está fora dos parâmetros legitimados, podemos concluir que esse sujeito não se imagina no virtual livre das coerções sociais. Essa inferência vai de encontro às reflexões de Dias (2004). Para essa autora, o sujeito-da-tecnologia representa-se livre de restrições, abandona o real de forma imaginária, percebe o ciberespaço como um lugar em que a hegemonia não encontra condições de proliferação, por isso, ele traz uma ruptura em relação ao poder político, jurídico, administrativo no que se refere aos modos de regulação e imputação da ação de um sujeito (p. 94).

Na SDR em pauta, a ordem estabelecida mantém-se tão hegemônica que o discurso, mesmo sendo produzido em um espaço propício à ruptura do legitimado, funciona mantendo tal ordem. Sendo assim, na análise dessa SDR, não podemos caracterizar o sujeito-da-tecnologia como aquele que se imagina livre das imposições da sociedade.

É preferível denominar o sujeito-da-tecnologia um sujeito contraditório, que ora consegue romper com aquilo que lhe é imposto fora do ciberespaço e ora mantém a submissão ao instituído. Isso evidencia uma forma-sujeito-digital contraditória, em que o sujeito da enunciação tanto se identifica plenamente com a forma-sujeito como se contrapõe a ela.

#### SDR 4

<\_timelorego\_> QTS aNoS?  
 <sozinha-em-rg> 24  
 <\_timelorego\_> HuMMMM  
 <sozinha-em-rg> e tu????  
 <\_timelorego\_> 19  
 <\_timelorego\_> TeM aLGuM ProBLeMa?  
 <sozinha-em-rg> hum...  
 <\_timelorego\_> :)  
 <sozinha-em-rg> bem novinho  
 <sozinha-em-rg> nenhum  
 <sozinha-em-rg> pq teria?  
 <sozinha-em-rg> adoro CONVERSAR com pessoas mais novas

<Sozinha-em-rg>, após informar sua idade e perceber a expectativa de <\_timelorego\_> em relação a ela, enuncia: **e tu?????**, expressão em que os pontos excessivos de interrogação denotam curiosidade. Em seguida que ele informa a sua idade, 5 anos inferior à de <sozinha-em-rg>, já pergunta: **TeM aLGuM ProBLema?**. Se <\_timelorego\_> fez tal questionamento é porque parte do instituído, de um conjunto de opiniões estabelecidas que determinam que mulheres mais velhas não devem gostar de se relacionar amorosamente com homens mais novos.

<Sozinha-em-rg> responde à pergunta **TeM aLGuM ProBLema?**, dizendo: **nenhum**. E questiona: **pq teria?**. Em seguida, afirma: **adoro CONVERSAR com pessoas mais novas**. Nessas falas funciona a ironia, enquanto processo de autodestruição de sentidos (ORLANDI, 1983).

Evidenciamos que <sozinha-em-rg>, ao dizer **pq teria?**, causa no seu destinatário a impressão de que ela não se filia a um saber instituído, ou seja, à norma que prescreve que mulheres mais velhas não devem gostar de se relacionar com homens mais novos. Através desse questionamento, <sozinha-em-rg> mostra-se a <\_timelorego\_> como alguém que se identifica com o diferente e não parafraseia sentidos cristalizados. Todavia, a resposta **adoro CONVERSAR com homens mais novos** rompe com o processo de significação instalado por <\_timelorego\_>. Dito de outro modo, <sozinha-em-rg> parte da idéia de que <\_timelorego\_> está afetado por um discurso legitimado e ao dizer **pq teria?** antecipa a representação que ele fará em relação a ela como não-filiada a tal discurso e, portanto, como alguém que seria capaz de envolver-se com ele, mas <sozinha-em-rg> rompe a imagem que ele criou em relação a ela. Sendo assim, fica evidente a presença de um discurso irônico.

Também temos de considerar o não-dito, o não-realizado para a compreensão dessa SDR. <Sozinha-em-rg> simplesmente poderia, face à pergunta **TeM aLGuM ProBLema?**, ter escrito: “sim” (ao invés de **nenhum**) e justificar sua resposta, argumentando que apenas



gosta de conversar com pessoas mais novas e não de se relacionar amorosamente com elas. Ela também poderia ter enunciado **pq teria?** e no mesmo turno de fala escrever **adoro CONVERSAR com pessoas mais novas**, mas não o fez, preferiu criar uma expectativa errônea mais prolongada em seu interlocutor, apropriar-se do recurso que os *chats* disponibilizam de apresentação das falas em seqüência para fazer com que <\_timelorego\_> ficasse mais tempo imaginando que ela se filia ao diferente.

Associamos o exposto com o que observa Zoppi-Fontana (1999b) nos painéis rodoviários. Conforme essa autora, nesses painéis há o “rolar do texto em seqüências que se sucedem, substituindo-se umas as outras” (p. 53). Com base nessa assertiva, inferimos que tal característica evidencia-se nos *chats*. Por consequência da apresentação sucessiva das falas dos sujeitos-internautas, a leitura *on-line* é feita de forma seqüencial. Notemos como <sozinha-em-rg> aproveita-se desse tipo de leitura peculiar ao bate-papo *on-line* para criar uma expectativa mais demorada no seu interlocutor e, em seguida, destruí-la. Portanto, há utilização de uma propriedade técnica que determina a apresentação das falas em seqüência para a criação de determinados efeitos de sentido. Observemos outro exemplo dessa utilização:

#### SDR 5

<\_timelorego\_> MaS keRia SaBeR CoMo VC eH!

<\_timelorego\_> :)

<sozinha-em-rg> sou...

<sozinha-em-rg> normal!

<Sozinha-em-rg> sabe o quanto <\_timelorego\_> está interessado em saber como são suas características físicas. E a internauta mais uma vez joga com a expectativa de seu interlocutor, faz <\_timelorego\_> crer que as reticências finalizadoras da sentença **sou...** serão substituídas na próxima enunciação por descrições que preencham a incompletude semântica desse dizer. Contudo, novamente o rapaz tem sua esperança frustrada, tendo em vista que a

irônica <sozinha-em-rg> preferiu destacar sua normalidade física e mental a detalhar sua aparência.

Pertinente destacar na SDR 4 que a apresentação seqüencial das falas não só propicia ao sujeito-internauta movimentar as formações imaginárias de seu interlocutor, fazendo-o mobilizar sentidos que não serão posteriormente confirmados, como também suscita reflexões sobre o processo de constituição da referência.

Ao enunciar **pq teria?**, <sozinha-em-rg> cria uma imagem de um sujeito-internauta não-determinado pelo legitimado, entretanto, sua fala posterior (**adoro CONVERSAR com pessoas mais novas**) forma em <\_timelorego\_> uma representação inversa à criada anteriormente. Dessa forma, percebemos como o referente, o assunto tratado, que nesse caso é o sujeito-internauta <sozinha-em-rg>, é progressivamente especificado durante o confronto discursivo. Também verificamos que o referente é constantemente posto à prova, podendo, com o aparecimento dos próximos dizeres, haver confirmação ou ruptura das imagens até então formadas.

O destaque até então dado à também ironia provém da sua permanência nas falas de <sozinha-em-rg>, sendo verificável tanto em um diálogo em que esse sujeito mantém seu *nickname* e interage com outro internauta (SDR 6), como no bate-papo em que há troca de apelido (SDR 7):

SDR 6

<CARINHOSO-RG-33> VAMOS FICAR JUNTOS?  
 <sozinha-em-rg> pq achas que ficaria contigo?  
 <sozinha-em-rg> tens cinco minutos pra me convencer  
 <CARINHOSO-RG-33> PQ SOU LEGAL  
 <CARINHOSO-RG-33> SOU CARINHOSO  
 <CARINHOSO-RG-33> ADORO DIVERTIR UMA MULHER  
 <CARINHOSO-RG-33> E FAÇO SEXO MUITO GOSTOSO  
 <sozinha-em-rg> modesto vc, hein

Na SDR 6, <sozinha-em-rg> dialoga com <CARINHOSO-RG-33>. Ela, a partir da descrição dele, forma uma imagem de seu interlocutor como presunçoso. A ironia é criada porque é produzida uma inversão dessa imagem através da enunciação, na qual a presunção é destacada através da expressão **modesto vc, hein**, que mobiliza o sentido oposto.

#### SDR 7

<apollo> oi princesa  
 <fernanda-24> olá  
 <apollo> por favor tc comigo  
 <fernanda-24> nossa  
 <fernanda-24> pq??  
 <fernanda-24> que houve???  
 \*Looking up apollo user info...  
 <apollo> me apaixonei pelo seu nome  
 <fernanda-24> ahhh  
 <fernanda-24> **e eu pelo teu**  
 <fernanda-24> me lembra o reinaldo gianechini  
 <apollo> mas vc não sabe o meu  
 <apollo> meu nome não e Apollo  
 <fernanda-24> eu sei  
 <fernanda-24> to brincando  
 <fernanda-24> meu nome lembra o nome de alguma ex que te deixou??????  
 <apollo> não eq seu nome e muito bonito  
 <fernanda-24> **ahh são seus olhos**

Na SDF 7, <sozinha-em-rg> identifica-se pelo *nickname* <fernanda-24> e conversa com <apollo>, que se diz apaixonado pelo nome próprio Fernanda. A internauta assim designada retribui o elogio, dizendo que também se apaixonou pelo nome de seu interlocutor. Todavia, <apollo> é um *nickname* que faz menção a um deus grego e não corresponde ao nome próprio desse sujeito. O chiste aparece justamente porque <fernanda-24>, mesmo sabendo dessa não-correspondência, elogia o apelido como se fosse o verdadeiro nome de seu interlocutor.

A ironia, utilizando os termos de Orlandi (1983), decorre da instalação de algo “insólito, incongruente, pressupondo a congruência e solidez no senso comum” (p. 83). O efeito irônico surge porque <fernanda-24> parte do senso comum e presume que na

atualidade <apollo> não é um nome próprio utilizado, porém, ao agir como se essa designação empregada no espaço virtual fosse também usada fora desse lugar, ela contraria-se ao costume, ao habitual e instala algo inusitado. Concluimos que a materialidade **e eu pelo teu** tem um funcionamento irônico pelo fato de a enunciante estar promovendo a ruptura do já-estabelecido, a inversão de um saber difundido em sua comunidade lingüística.

Quando <fernanda-24> afirma que também se apaixonou pelo nome <apollo>, dizendo **e eu pelo teu**, o sujeito identificado com o nome de um deus grego cria a imagem de que ela se equivocou ao retribuir o elogio, pois diz: **mas vc nao sabe o meu**. Todavia, <fernanda-24> promove a ruptura dessa imagem ao explicar: **eu sei/ to brincando**. Com essas falas, ela deixa evidente a ele que ao dizer **e eu pelo teu** estava sendo irônica e não equivocada.

Em seguida, ela indaga **meu nome lembra o nome de alguma ex que te deixou???????**. Através desse questionamento, <fernanda-24> mostra-se não somente irônica, como também sarcástica. Ela desdenha a paixão de <apollo> por seu nome, relacionando-a ao fato de o rapaz ter sido abandonado por uma namorada que também se denominava Fernanda. <Apollo> responde: **não eq seu nome e muito bonito** e, novamente, ela mostra-se irônica: **ahh são seus olhos**.

Se <apollo> não tivesse expressado a <fernanda-24> a imagem que criou dela como equivocada, talvez a internauta não tivesse esclarecido que estava brincando e a constituição do referente como enganado permaneceria. Evidenciamos que o objeto discursivo, o assunto tratado, que é o sujeito-internauta <fernanda-24>, é constituído colaborativamente, isto é, a especificidade desse referente é criada a partir das intervenções feitas pelos dois sujeitos-interagentes. Cada um deles participa do processo de construção dos sentidos e é no confronto discursivo estabelecido entre os participantes que o referente identificado por <fernanda-24>

passa a ser concebido como um sujeito que preenche suas enunciações de humor e não como um alguém que comete deslizes.

Pelo fato de a ironia estar presente tanto nas interações de <sozinha-em-rg> com <\_timelorego\_>, <CARINHOSO-RG-33> e <apollo>, com o qual conversa designando-se <fernanda-24>, verificamos que se trata de uma regularidade no discurso desse sujeito.

Retornamos à SDR 4 e destacamos a diferença de sentido entre a sentença **HuMMMM**, enunciada por <\_timelorego\_>, e **hum...**, por <sozinha-em-rg>:

<\_timelorego\_> QTS aNoS?  
 <sozinha-em-rg> 24  
 <\_timelorego\_> **HuMMMM**  
 <sozinha-em-rg> e tu?????  
 <\_timelorego\_> 19  
 <\_timelorego\_> TeM aLGuM ProBLema?  
 <<sozinha-em-rg> **hum...**  
 <\_timelorego\_> :)  
 <sozinha-em-rg> bem novinho  
 <sozinha-em-rg> nenhum  
 <sozinha-em-rg> pq teria?  
 <sozinha-em-rg> adoro CONVERSAR com pessoas mais novas

A expressão **HuMMMM** é primeiramente utilizada por <\_timelorego\_> para indicar sua aprovação em relação à idade de <sozinha-em-rg>, mas posteriormente é teclada pela internauta, quando é informada da idade dele. Destacamos que a diferença na materialidade lingüística no emprego da expressão em pauta mobiliza sentidos diferentes. Ele utiliza predominantemente letras maiúsculas, que denotam ênfase e boa receptividade: **HuMMMM**, enquanto ela usa apenas letras minúsculas, que em contraste com as maiúsculas acabam por significar menos euforia, e ainda as reticências: **hum...** Esse sinal de pontuação causa um efeito de indeterminação do sentido que não permanece devido às falas posteriores de <sozinha-em-rg>. A dúvida causada na leitura de **hum...** quanto ao fato de <sozinha-em-rg> gostar ou não de se relacionar com rapazes mais jovens é substituída pela certeza, pois a solitária internauta posteriormente declara **adoro CONVERSAR com pessoas mais novas**.

Nesse caso, evidenciamos como as reticências, enquanto recurso da língua responsável por deixar o enunciado que acompanha com sentido incompleto, na perspectiva discursiva funcionou silenciando determinados sentidos que posteriormente revelaram-se na materialidade lingüística.

É sabido que o significado das proposições da língua varia de acordo com as posições-sujeito que as enunciam, tanto que nessa SDR a mesma expressão passou a mobilizar sentidos diferentes quando enunciada por sujeitos diferentes. A especificidade lingüística dos dizeres dos sujeitos-internautas tanto comprova que as palavras mudam de sentido de acordo com a formação discursiva a que se filiam, como também evidencia a inter-relação entre o modo de apresentação das palavras e o sentido. As sutilezas formais, isto é, os caracteres empregados, que diferenciam dizeres dos sujeitos-interagentes, também interferem no processo de produção da significação.

Consideramos que as tênues diferenças lingüísticas dos dizeres dos sujeitos-internautas resultam da não-presença física dos interlocutores nos bate-papos virtuais. Esse argumento comprova-se com o que afirma Souza, P. (2003): “o internauta desenha sua enunciação na pauta escritural do teclado e da tela do computador. No contexto ciberespacial de interação, o escrever apresenta-se como modalidade co-extensiva da fala não-presencial” (p. 56). Isso é evidenciável na SDR 4, na qual as letras maiúsculas da expressão **HuMMMM** representam uma entonação enfática, enquanto as minúsculas, por contraste, reproduzem uma mudança na pronúncia que manifesta menos ênfase e produz um efeito de sentido diferente.

Nessa análise destacamos que a não-presença faz com que os sujeitos-internautas explorem os caracteres do teclado, a fim de representarem a alternância de pronúncia e produzirem sentidos divergentes. A seguir, com outra SDR, demonstraremos novamente como a não-presença interfere no modo de enunciação dos sujeitos que dialogam no ciberespaço.

**SDR 8**

<\_ThOmAZ\_\_> qualé formeza?  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> iai vai nus xou da fena?  
 <\_ThOmAZ\_\_> serteru  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> ql tu vai?  
 <\_ThOmAZ\_\_> tdus  
 <\_ThOmAZ\_\_> reaçau  
 <\_ThOmAZ\_\_> armandinho  
 <\_ThOmAZ\_\_> saum sertu  
 <\_ThOmAZ\_\_> so num sei u comunidade  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> eo vo nu reação e comunidade... X)  
 <\_ThOmAZ\_\_> e armandinho?  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> não gosto  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> não que eu goste de comunidade mas as gurias vao i..  
 <\_ThOmAZ\_\_> pssssss  
 <\_ThOmAZ\_\_> eu já fui nu comunidade e é uma chinelagem  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> ah sei la..

Notemos como devido à não-presença física, os sujeitos-internautas valém-se do principal suporte material da comunicação dos *chats*, a escrita, para dialogarem como se estivessem frente a frente. A linguagem escrita é explorada ao máximo em sua capacidade de manifestação dos interesses dos usuários, tendo em vista que a pontuação presta-se à emoção, os caracteres do teclado combinam-se e criam figuras e os sons da fala são representados através de uma grafia que parece visar à transcrição fonética.

Concluimos o exposto, abordando que a não-presença, um dos aspectos pertencentes às condições de produção do discurso no ciberespaço, interfere no modo de enunciação dos sujeitos-internautas, os quais apropriam-se dos recursos do registro escrito para evitarem que a ausência prejudique o seguimento da conversação.

Também por causa da não-presença, a escrita torna-se o subsídio para a construção das formações imaginárias, não somente criadas a partir dos saberes constitutivos do interdiscurso. Um sujeito-internauta A constrói a imagem do sujeito-internauta B dependendo,

pelo menos nas conversações em que não há utilização de recursos sonoros e visuais, das respostas que B apresenta em relação às perguntas de A e das falas de B, não-necessariamente respostas a questionamentos prévios. A ausência faz com que as falas, os *emoticons*, os *nicknames*, os caracteres empregados, a polidez ou displicência no modo de enunciação, todos manifestos através da escrita, sejam índices determinantes da imagem que um internauta faz de outro. Há, por conseqüência, uma valorização da materialidade lingüística e dos aspectos iconográficos e isso suscita reflexões sobre a leitura.

Se fora do ciberespaço, alguns sujeitos mostram-se atentos apenas à mensagem, na região dos mundos virtuais é preciso aprender a considerar o modo de apresentação da mensagem como constitutivo do sentido. Quem só defende a deturpação da língua nos *chats* não está atento à possibilidade que estas conversações têm de desenvolverem habilidades lingüísticas, dentre elas, a leitura que interpreta baseando-se na co-relação entre as especificidades na apresentação das palavras e no uso de caracteres e o sentido. Complementamos o exposto, lembrando que dependendo dos recursos audiovisuais utilizados na *Web*, a prática de leitura adquire maior complexidade, pois é preciso dar conta da simbiose entre as linguagens escrita-visual-sonora, todas elas amalgamadas na tela do computador.

## SDR 9

<Vinicius ARAUJO \_21> tu costuma sair aqui em pel?  
 <fernanda-24> não  
 <fernanda-24> nunca fui a uma festa ahi  
 <Vinicius ARAUJO \_21> nem eu em rg  
 <fernanda-24> fazes bem  
 <Vinicius ARAUJO \_21> tu tens foto?  
 <fernanda-24> aqui não tem festas boas  
 <fernanda-24> tenho  
 <fernanda-24> mas não costumo distribuir assim de primeira  
 <Vinicius ARAUJO \_21> mesmo c tu ver varias minhas?  
 <Vinicius ARAUJO \_21> [www.viniciusaraujo.fotolog.fot.br](http://www.viniciusaraujo.fotolog.fot.br)  
 <fernanda-24> ahh  
 <fernanda-24> tenho preguiça de entrar nestes sites  
 <fernanda-24> meu micro é lento  
 <Vinicius ARAUJO \_21> q pena  
 <fernanda-24> nosso papo acaba aqui??



<Vinicius ARAUJO \_21> bah, agente morando em cidades diferentes é complicado  
 <Vinicius ARAUJO \_21> nunca vou te ver  
 <fernanda-24> hum..  
 <fernanda-24> mas vai acabar por causa da foto não é?  
 <Vinicius ARAUJO \_21> q curso tu é graduada?  
 <fernanda-24> sou prof de portugues e espanhol  
 <fernanda-24> e faço pos graduação  
 <Vinicius ARAUJO \_21> hum

Nesse diálogo, o sujeito-internauta identificado por <fernanda-24> afirma ter foto, todavia, não há revelação da imagem e <fernanda-24> justifica sua atitude dizendo a <Vinicius ARAUJO \_21>: **mas não costumo distribuir assim de primeira**, sentença demonstrativa de um temor à aparição, de um zelo com a imagem.

O sujeito-internauta em análise não é fácil de ser persuadido, tendo em vista que na interação com <\_timelorego\_>, na SDR 3, não quis dizer seu peso mesmo quando o rapaz afirmou também ser “gordinho”; e na conversação com <Vinicius ARAUJO \_21>, não se convenceu a mostrar fotos, mesmo o interlocutor argumentando que tem um endereço na Internet repleto delas.

Queremos destacar ainda o fato de <fernanda-24> crer na não-revelação de sua imagem como o motivo do término da conversação. <Vinicius ARAUJO \_21> afirma **bah, agente morando em cidades diferentes é complicado**, porém <fernanda-24> não considera a distância uma justificativa plausível para o fim do bate-papo. Para ela, o fato de não querer mostrar sua foto foi a causa do não-seguimento do diálogo, o que é evidenciável pelo seguinte questionamento: **mas vai acabar por causa da foto não é?**, o qual tenta confirmar sua inferência. Essa indagação comprova o quanto <fernanda-24> ou <sozinha-em-rg> acredita que para seus interlocutores a visualização da imagem é relevante para a continuidade do diálogo. Ela está convicta da imagem como aspecto determinante das relações sociais. Dessa forma, concluímos na análise discursiva que as falas desse sujeito-internauta estão

predeterminadas pelo instituído, pelo legitimado, no qual a aparência, a exterioridade do ser humano é imprescindível para o estabelecimento de vínculos entre os sujeitos-interagentes.

Temos de levar em consideração que de acordo com a ordem estabelecida, a aceitação do aspecto físico depende da presença das características consagradas como ideais aos corpos. Nesse sentido, cremos que o sujeito identificado por <fernanda-24>, por acreditar na proliferação do instituído, percebe na pergunta **Vc tem foto?** um índice da filiação de seu interlocutor à relevância da imagem e, por conseqüência, às normas legitimadoras do que é belo e feio. Nossa conclusão se confirma na próxima SDR, extraída de uma conversação em que o sujeito nomeado <fernanda-24> utiliza o *nickname* <sozinha-em-rg> e dialoga com <\_timelorego\_>. Nesse diálogo, assim que <\_timelorego\_> pergunta a <sozinha-em-rg> **VC TeM FoTo?**, ela responde **não** e pergunta **pq?/é importante?**. <\_Timelorego\_> afirma não ser relevante para ele ver a foto de <sozinha-em-rg>, mas sua resposta não convence a internauta, que diz ironicamente **ah ta, acredito**.

#### SDR 10

<\_timelorego\_> VC TeM FoTo?  
 <sozinha-em-rg> não  
 <sozinha-em-rg> pq?  
 <sozinha-em-rg> é importante?  
 <\_timelorego\_> Nao  
 <sozinha-em-rg> ah ta, acredito

Consideramos nessa SDR, que <sozinha-em-rg> percebeu no questionamento **VC TeM FoTo?** a filiação de <\_timelorego\_> ao mesmo mesmo (prestígio à imagem e às formas físicas), e ao perguntar [foto] **é importante?**, quis comprovar sua crença. Mesmo <\_timelorego\_> respondendo que para ele a imagem não era relevante, <sozinha-em-rg> não acreditou. Então, fez uma inversão da sua opinião e enunciou **ah ta, acredito**.

A pertinência ou não da crença de <sozinha-em-rg> ou <fernanda-24> quanto à valorização da imagem expressa na pergunta **Vc tem foto?** deve ser pensada. O participante

de um *chat* poderia simplesmente, para sanar sua curiosidade sobre a aparência física de seu interlocutor, indagar: **Como vc é?**, mas a resposta a esse questionamento mostra-se deficiente, por isso, a pergunta **Vc tem foto?**. O usuário, ao questionar se a pessoa com quem tecla tem foto, pode estar querendo certificar-se de que as características descritas são verdadeiras (mesmo levando em conta que a foto a ser mostrada pode não ser a de seu parceiro-internauta); caso ainda não haja descrição física por parte do interlocutor, estar interessado em já visualizar para evitar sucessivas falas; ou querer ver a foto para concluir, com base em suas preferências, a beleza ou feiura do sujeito com quem tecla.

É inegável que a apresentação da foto supre, de certa forma, a não-presença física dos participantes, mas a pergunta **Vc tem foto?** em uma interação regida por interesse afetivo não pode ser interpretada como uma simples manifestação de um interesse por comprovação da descrição feita ou uma estratégia de economia de escrita.

Temos de levar em consideração que, conforme Elizabeth Grosz,

o corpo deve ser visto como um lugar de inscrições, produções ou constituições sociais, políticas, culturais e geográficas. O corpo não se opõe à cultura, um atavismo resistente de um passado natural; é ele próprio um produto cultural, o produto cultural (2000, p. 84) [grifo do autor].

Com base nessa perspectiva, o corpo é um lugar de inscrição de normas da sociedade; logo, podemos concebê-lo como um produto cultural impregnado de estigmas determinantes das propriedades físicas aceitáveis e renegáveis.

Tais preceitos inscritos nos corpos determinam o discurso dos sujeitos-interagentes mesmo quando dialogam num espaço ilusoriamente livre das pressões sociais. Sendo assim, a recorrente indagação **Vc tem foto?** atua nos *chats*, especialmente nas relações de caráter afetivo, como predeterminada pelo valor dado às qualidades exteriores do corpo, o que está associado à importância atribuída aos corpos belos. Se não houvesse tal relevância, porque

fazer a pergunta **Vc tem foto?** Não bastaria imaginar as pessoas apenas pela descrição que elas fazem?

Por fim, destacamos que pelo fato de <sozinha-em-rg> pressupor que a imagem é determinante para a continuidade das relações e a pergunta **Vc tem foto?** estar predeterminada pela importância conferida à aparência, evidenciamos o quanto as coerções sociais fora do ciberespaço ultrapassam as peculiaridades desse espaço de produção discursiva e mantêm-se hegemônicas, predeterminando as enunciações dos sujeitos-internautas. Essa conclusão também é obtida na análise da seguinte SDR:

SDR 11

<ForisLove> QuaL o Seu NoMe?  
 <sozinha-em-rg> fernanda  
 <sozinha-em-rg> e o teu?  
 <\_timelorego\_> **MaSiKeL**  
 <\_timelorego\_> **MaiKeL**

Nessa SDR, dois aspectos serão explorados. O primeiro deles diz respeito às designações <sozinha-em-rg> e <\_timelorego\_>. Aquele *nickname*, composto por um adjetivo e um advérbio, está apresentando *Função de nomeação própria* (F-nop), como propõe Bosredon (1997), pois refere-se a um sujeito específico. As mencionadas classes gramaticais, além de atuarem na identificação de um sujeito, trazem em sua materialidade algumas particularidades do que nomeiam.

Percebemos que o *nickname* funciona nos *chats* como nome próprio, mas seu uso não implica a não-revelação do antropônimo que identifica o sujeito fora do ciberespaço, o que fica evidente nesse fragmento:

<ForisLove> QuaL o Seu NoMe?  
 <sozinha-em-rg> **fernanda**

Na sentença destacada, dois nomes próprios estão identificando o mesmo referente, o *nickname* que tem F-nop e o antropônimo. Nesse caso, a presença de um não exclui a de outro, ao contrário, essas designações se autodeterminam. Afirmamos isso porque existe mais de um sujeito sozinho na cidade de Rio Grande e outras pessoas têm o nome Fernanda, então, na medida que esses nomes próprios coexistem, cada um deles confere especificidade ao outro e é dessa troca que resulta a configuração do referente, uma mulher chamada Fernanda que está solitária no município onde reside.

Embora os dois nomes mutuamente se especifiquem, têm funcionamentos diferentes em relação à determinação. Se no diálogo acima, <sozinha-em-rg> tivesse informado qualquer outro antropônimo feminino, continuaríamos a ter como referente uma mulher solitária em Rio Grande, que, ao invés de chamar-se Fernanda, chamaria-se Carla, Maria, Joana... Se nos ativermos à situação inversa, verificaremos que o *nickname* tem uma relevância na delimitação do referente, ao contrário do antropônimo, porque sua mudança implicaria outra representação do sujeito. Imaginemos que no lugar de <sozinha-em-rg> tivéssemos <boneca> e o nome próprio informado novamente fosse Fernanda. Nesse caso, configuraríamos o referente como uma mulher chamada Fernanda, que é enfeitada, bonita, charmosa, com um corpo bem delineado, assim como uma boneca.

Do exposto, concluímos que os nomes <sozinha-em-rg> e “fernanda” estabelecem “relações semânticas de determinação”, como observa Guimarães (2002) em relação aos nomes e sobrenomes, mas o *nickname*, por designar e simultaneamente descrever, delimita muito mais o antropônimo, cuja troca pouco alteraria a representação do referente.

Essa “capacidade” que o *nickname* tem de delimitação não é fruto do acaso, porque essa designação é elaborada pelo próprio sujeito que ela identifica. Os internautas fazem montagens lingüísticas para criarem a expressão que marcará a sua presença no IRC e essa construção está motivada pela tentativa de criar no espaço discursivo dos *chats* uma unicidade

do referente, isto é, um nome para uma única pessoa. Nessa linha argumentativa inferimos que, através do *nickname*, é criado um nome próprio para cada sujeito, numa tentativa de superar a não-especificação e a limitação dos antropônimos, que se repetem e identificam vários sujeitos. Nesse sentido, <sozinha-em-rg> é uma composição lingüística criada com o intuito de referir-se a um único ser e funciona ao lado de “fernanda”, conferindo uma especificidade a esse antropônimo. Sendo assim, verificamos que a unicidade “é uma construção de relações lingüísticas e não uma relação direta entre palavra e objeto”, tal como propõe Guimarães (2002, p. 35).

As observações até então feitas não se estendem a todas as designações presentes nos *chats*, como constataremos a seguir. A criatividade no uso da língua, a permissão à reinvenção do sistema, típicas do ciberespaço, são aproveitadas pelo sujeito-internauta para apresentar-se através de um nome único. Essa busca de unicidade fica mais evidente ao observarmos o emprego de determinadas designações, como <\_timelorego\_>, que sequer existem em nossa comunidade lingüística. Mas, questionamos o que ocorre com essa impressão de exclusividade causada pela designação <\_timelorego->, quando o sujeito assim identificado informa que seu nome é Maikel, como podemos observar na SDR em pauta:

<ForisLove> QuaL o Seu NoMe?  
 <sozinha-em-rg> fernanda  
 <sozinha-em-rg> e o teu?  
 <\_timelorego\_> **MaSiKeL**  
 <\_timelorego\_> **MaiKeL**

Verificamos que pelo fato de <\_timelorego\_> ser um nome não-padronizado funciona como um nome único e cria um grau de unicidade superior ao criado pelo antropônimo Maikel, recorrente e empregado para identificar várias pessoas.

Para responder à indagação feita lembramos que nos *chats* os nomes próprios antropônimos, quando não fazem parte do *nickname*, são secundários, pois não são eles que

têm a função de marcar a presença do interlocutor. Além disso, o antropônimo apenas se tornará relevante se a interação deixar de ser virtual para ser face a face. Assim, a designação <\_timelorego\_> mesmo com a presença do verdadeiro nome do sujeito, continua a atuar com F-nop e a conferir exclusividade ao referente porque é ela a responsável por identificar o sujeito no bate-papo. O mesmo ocorre quando <sozinha-em-rg> informa chamar-se “fernanda”.

Se a relação entre <sozinha-em-rg> e “fernanda”, <\_timelorego\_> e “Maikel” tem a mencionada semelhança, também tem divergência. No caso de <\_timelorego\_> não podemos seguir a linha argumentativa que justificou o uso simultâneo das designações <sozinha-em-rg> e “fernanda”. Ao analisarmos esses *nicknames*, percebemos que um delimitava o outro e dessa mútua especificação resultava a configuração do referente. Já a designação <\_timelorego\_> quase nada informa sobre o referente, pois só indica que é do sexo masculino, e Maikel só especifica que o sujeito-internauta é um homem. Portanto, não há mútua determinação semântica. É preferível afirmar que <\_timelorego\_>, embora destituído de sentido, funciona conferindo especificidade ao referente, identificando um ser único; dessa forma, essa designação supre o antropônimo Maikel, recorrente e, portanto, incapaz de indicar apenas uma pessoa.

Temos de considerar os casos em que o antropônimo faz parte do *nickname*, como <fernanda-24> e <ViniciusARAUJO\_21>. No primeiro, um antropônimo que identifica várias pessoas está especificado pela presença de um algarismo representativo da idade e no segundo, o antropônimo está acompanhado de dois determinantes, o sobrenome e o algarismo que indica a idade. Nesse sentido, destacamos que também são comuns *nicknames* formados pelo antropônimo e a sigla representativa do lugar geográfico onde se encontra o internauta.

Ao observarmos essas designações, constatamos nossa crença de que os *nicknames* têm diferentes construções lingüísticas porque os internautas aproveitam a autonomia que o

ciberespaço propicia em relação ao uso da língua para apresentarem-se com um nome único, exclusivo. A presença da idade ou de uma abreviatura indicativa da procedência faz com que o antropônimo adquira um maior poder de indicar um único ser.

O segundo aspecto pertinente na SDR em pauta é a evidência da preocupação de <\_timelorego\_> com a grafia correta do seu nome próprio, pois há substituição de **MaSiKeL** por **MaiKeL**. O zelo pela correção ortográfica de um nome em interações virtuais caracterizadas por uma linguagem desatenta às normas impostas ao registro escrito atua como um índice de um funcionamento discursivo diferente dos *chats* realizados através do IRC. Querer informar um nome próprio convencionado entre os existentes na língua opõe-se ao fato de o sujeito identificar-se através do *nickname* <\_timelorego\_>, expressão não-comum e praticamente destituída de sentido em nossa comunidade lingüística.

Na análise dessa SDR, temos de levar em conta que no espaço virtual “atrocidades” na língua escrita são recorrentes no modo de enunciação dos sujeitos-internautas, enquanto no espaço físico as infrações ao sistema são percebidas como deslize, erro, equívoco. Há, por isso, restrições no uso da língua escrita que não encontram condições de proliferação no ciberespaço. Nesse lugar, o sujeito sente-se livre da pressão social em relação ao emprego da língua escrita e, por isso, age com autonomia, reinventando as formas lingüísticas de seu sistema. E a junção de sujeitos corruptores da estrutura de sua língua materna gera convenções lingüísticas compartilhadas apenas pelos coletivos que se formam no ambiente virtual.

Fora do ciberespaço, estamos predeterminados por uma série de imposições que estabelecem o que é certo e errado na utilização da língua. Mediante a ininteligibilidade do dizer de nosso interlocutor e afetados por discursos que normatizam o uso do português, podemos imaginá-lo como destituído dos saberes necessários ao emprego adequado da língua materna ou como alguém que meramente cometeu um equívoco, mas não-necessariamente



desconhece as formas lingüísticas prescritas; ou podemos representar a nós mesmos como incapazes de compreender o que nos está sendo exposto.

A manutenção de uma dessas formações imaginárias depende dos outros dizeres da pessoa com a qual dialogamos. E o fato de a sucessão de falas ser crucial na imagem que os sujeitos-interagentes constroem um do outro é um saber determinante das enunciações desses sujeitos.

Já no ciberespaço, alguns sujeitos atuam sob a impressão da liberdade de expressão, e face à não-compreensão de um *nickname*, por exemplo, podem não imaginar o sujeito identificado pelo apelido como um desconhecedor das normas gramaticais, mas, ao contrário, como um conhecedor das peculiaridades lingüísticas do ciberespaço e alguém filiado à concepção de espaço virtual enquanto lugar de possibilidade de reinvenção do sistema. Além disso, nesse lugar tão aberto à comunicação, uma infração a regras gramaticais pode resultar de um mero erro de digitação e não ser um índice das habilidades comunicativas do interlocutor.

No recorte em pauta, <\_timelorego\_>, ao informar seu verdadeiro nome, tecla **MaSiKel**, e, em seguida, **MaiKeL**. Esse sujeito-internauta é conhecedor da linguagem relapsa, despreocupada com as regras impostas nas gramáticas, peculiar ao ciberespaço. Além disso, está filiado à concepção de ciberespaço como um lugar livre de coerções que regem o uso da língua escrita. Esses argumentos comprovam-se pelas evidências presentes na materialidade lingüística da conversação: o *nickname* escolhido não tem um sentido convencional; uso de *emoticon* : ) e de expressões típicas dos *chats*, repletas de abreviações (**TBM**; **D Q**) e tentativas de proximidade com a entonação oral (**HuMMM**, **i**, **NauM**). Ao mesmo tempo, <\_timelorego> está, contraditoriamente, filiado às normas determinantes da forma da linguagem utilizada fora do ciberespaço, pois preocupa-se em corrigir a grafia de seu nome próprio.

<\_Timelorego\_>, ao cometer a infração mencionada, antecipou a imagem que <sozinha-em-rg> faria do que disse e, por isso, ele se autocorrigiu. Dito de outro modo, <\_timelorego\_> colocou-se no lugar de <sozinha-em-rg> para antecipar os sentidos que suas palavras produzem. Sendo assim, ele fez sua autocorreção para produzir determinados efeitos de sentido nela.

Nesse âmbito, supomos qual a imagem que <\_timelorego\_> formou da imagem que <sozinha-em-rg> criou em relação a alguém que se denomina **MaSiKeL**. Ele pode ter imaginado que <sozinha-em-rg> o representou como alguém que não sabe escrever seu próprio nome, que possui um nome não-convencionado ou que meramente cometeu um erro de digitação. Pelo fato de <\_timelorego\_> apresentar novamente seu nome de forma distinta, deduzimos que ele cometeu apenas um erro de digitação e quis deixar isso claro para <sozinha-em-rg>. Tal zelo com a grafia revela um sujeito contraditório, que adere às brincadeiras com a língua e simultaneamente tenta controlar os sentidos que podem ser mobilizados a partir da leitura de um nome próprio não-padronizado.

Tais considerações, ao serem reavaliadas à luz de uma das noções basilares do quadro conceitual e metodológica do AD, a saber, a forma-sujeito, evidenciam tanto o bom como o mau sujeito. No momento em que <\_timelorego\_> se autocorrigiu, está totalmente determinado pelo interdiscurso, isto é, o conjunto do já-dito. Nesse contexto, as convenções lingüísticas predeterminam o dizer de <\_timelorego\_>, que sofre cegamente essa determinação. Nesse caso, temos o bom sujeito, resultante da identificação plena do sujeito com a forma-sujeito.

Todavia, <\_timelorego\_>, pelas expressões que utiliza também se opõe às normas lingüísticas atuantes fora do ciberespaço. Dessa forma, ele, sujeito da enunciação, contrapõe-à forma-sujeito, o que resulta no mau sujeito. Este se contra-identifica com o saber que lhe é imposto pelo interdiscurso, o que produz o contradiscurso.

Salientamos que se há identificação em relação aos usos normatizados da língua fora do ciberespaço, há, ao mesmo tempo, identificação com a criatividade permitida no emprego da língua no ciberespaço. Por isso, <\_timelorego\_>, ora bom, ora mau sujeito, mostra-se heterogêneo e disperso, um sujeito-da-tecnologia que tanto mantém como rompe com o mesmo. E, por isso, seu dizer tanto é da ordem da paráfrase como da polissemia. Além disso, evidenciamos o quanto a forma-sujeito-digital é heterogênea, abrigando tanto a diferença como o equívoco seu interior.

Com base nas observações feitas, concluímos que o sujeito mesmo que se imagine no ciberespaço livre das coerções sociais pertinentes ao uso da língua escrita, ainda é afetado por elas. Dessa forma, nessa SDR, diferentemente do observado na SDR 3, confirmamos os comentários de Dias (2004), segundo a qual o sujeito imagina o virtual como um lugar não-real, onde as restrições inexistem; todavia, o virtual é real, por isso, “coloca o sujeito no confronto com sua própria constituição material. Com sua própria constituição na história” (p. 25).

Essa autora explica que pelo fato de o virtual permitir ao sujeito “experimentar-se (criar-se)”, esse lugar “estabelece uma outra possibilidade de relação imaginária do sujeito com aquilo que o determina sócio-historicamente” (p. 60). Constatamos, nessa SDR, que o virtual funciona como produtor da ilusão de unidade do sujeito. Este, ao atuar na região dos mundos virtuais – o ciberespaço, imagina-se livre das normas concernentes ao uso do sistema, tem a impressão de que a ruptura encontrou finalmente um espaço de ocorrência. Todavia, esse sujeito tão autônomo, dono de si e unificado depara-se no próprio ciberespaço, lugar de liberdade, com a prisão às pressões sociais e isso, sob a perspectiva da AD, revela um sujeito em confronto com sua própria constituição histórica.

Antes de passarmos à análise de uma conversação estabelecida entre outros sujeitos-internautas, destacamos alguns resultados:

Mainguenau (2001) denomina co-referenciais as designações que têm o mesmo referente (p. 179). Os nicknames <sozinha-em-rg> e <fernanda-24> incluem-se nessa classificação por atuarem como formas diferentes de identificação do mesmo sujeito-internauta.

Tanto <sozinha-em-rg> quanto <fernanda-24> são designações que atuam como descrições. A primeira porque identifica e simultaneamente indica uma jovem que está sem namorado e reside em Rio Grande e a segunda designação funciona como descrição porque um nome próprio está particularizado pela presença da idade, o que caracteriza de forma singular o internauta em relação a outros que compartilham o mesmo espaço virtual. A primeira recupera mais sentidos, contribui mais para a criação do efeito de transparência e homogeneidade do referente que a segunda e esse aspecto divergente implica diferenciação no processo de constituição da referência.

O *nickname* <sozinha-em-rg> atuou como uma forma de apresentação do referente que já dava indícios sobre propriedades do objeto identificado. Nos diálogos em que foi utilizada a designação <fernanda-24>, as únicas informações contidas no *nickname* era o nome próprio, que já indicava o sexo, e a jovialidade do referente, expressa através da idade.

Se nas conversações de <sozinha-em-rg> com <\_timelorego\_> e <CARINHOSO-RG-33>, a imagem formada do referente a partir do *nickname* conjugou-se com as imagens formadas a partir das falas e, dessa forma, foi constituído o referente, no diálogo em que a designação é <fernanda-24>, que aponta somente o sexo e a faixa etária, a imagem do referente se formou a partir do *nick* e principalmente através dos dizeres do sujeito.

Essas observações podem ser estendidas a outras designações. Nos casos em que o interlocutor denomina-se <\_timelorego\_> ou identifica-se com qualquer outro nome destituído de significado em nossa comunidade lingüística, a criação da imagem do referente dependerá praticamente dos dizeres dos participantes. Quando o *nickname* for um nome

próprio e um especificador, por exemplo, <ViniciusARAUJO\_21>, <fernanda-24>, a configuração do referente se dará na conjugação da imagem formada na leitura do *nick* e das falas, mas estas constituirão predominantemente o subsídio para a construção das representações.

Constatamos no discurso do sujeito-internauta ora designado <sozinha-em-rg> ora <fernanda-24> regularidades que se mantêm quando há mudança de interlocutor e de *nickname*. Dentre elas, está a ironia, presente nas enunciações de <sozinha-em-rg> quando interagiu com <\_timelorego\_>, <CARINHOSO-RG-33> e <apollo>, com o qual conversou utilizando o *nickname* <fernanda-24>. Nas falas de <sozinha-em-rg> com <\_timelorego\_> e <fernanda-24> com <ViniciusARAUJO\_21> verificamos que as intervenções dela são feitas pressupondo que os interlocutores crêem no valor das qualidades exteriores para o prosseguimento das conversações. Dessa forma, foi percebido o quanto o sujeito-internauta acredita na proliferação da relevância da imagem para o estabelecimento de vínculos sociais, o que o revelou afetado por normas sociais concernentes aos corpos. No diálogo entre <sozinha-em-rg> e <\_timelorego\_>, ela não quis dizer quanto pesa, assim, mostrou-se afetada pelo instituído, que determina a aceitação dos corpos magros e a renegação dos gordos. Portanto, os elementos do interdiscurso legitimadores da importância do aspecto físico e da soberania da magreza em relação à gordura predeterminaram os dizeres do sujeito tanto nas interações em que se identificou através do *nickname* <sozinha-em-rg> como nos bate-papos em que utilizou a designação <fernanda-24>.

A partir dessas constatações, evidenciamos que o sujeito, embora mude o *nickname* e, com tal mudança, possa estar privilegiando determinados sentidos em relação ao referente em detrimento de outros, mantêm nas diferentes interações regularidades indicadoras da permanência da mesma posição-sujeito.

Sobre um referente podem ser mobilizados diferentes sentidos; porém, no momento em que um sujeito se identifica pelo *nickname* <sozinha-em-rg>, uma designação que funciona como descrição, está exteriorizando uma versão desse referente, privilegiando alguns desses sentidos dispersos. Ao ser empregada a designação <sozinha-em-rg>, o sujeito-internauta assim identificado instaurou uma versão de si mesmo enquanto solitário, desamparado, utilizou uma descrição que controlou os sentidos que o referente poderia mobilizar. Mas, num movimento contraditório, as versões desse referente que foram silenciadas devido ao *nickname* escolhido não cansaram de manifestar-se e determinar o dito.

#### SDR 12

<meiguinha> teu nick deveria ser convencidoooooooooooooo  
 <bunitoooo> hehehe  
 <meiguinha> : )  
 <bunitoooo> mas tu não sabe em q sentido eu botei isso!  
 <meiguinha> me explica então  
 <bunitoooo> ei botei pq so feio  
 <bunitoooo> hehehe  
 <bunitoooo> bunito mas não sentido de deboxe  
 <meiguinha> que baixo auto estima....  
 <bunitoooo> hehehe  
 <bunitoooo> viu  
 <bunitoooo> e tu me xinga  
 <bunitoooo> : (  
 <meiguinha> tadinho...desculpa.... : (  
 <bunitoooo> ; (  
 <meiguinha> com certeza quem gosta de vc te acha bonito  
 <bunitoooo> tens foto?  
 <meiguinha> não  
 <bunitoooo> hehehe  
 <bunitoooo> tens foto?  
 <meiguinha> não  
 <bunitoooo> ahhh  
 <bunitoooo> como vc é?  
 <meiguinha> lindaaaaaaaaaaa  
 <bunitoooo> hummmm  
 <bunitoooo> então fala ai!  
 <bunitoooo> quero ve mesmo  
 <meiguinha> estou brincando, sou razoável....  
 <bunitoooo> hum  
 <bunitoooo> deve se gata

Nesta conversação, observamos que a designação escolhida por <bunitooooo> torna-se a motivação para o início da interação. <Meiguinha> já expressa na primeira fala a imagem que a leitura do *nickname* do seu interlocutor lhe causou, dizendo: **teu nick deveria ser convencidoooooooooo.**

É interessante notarmos que ela expõe sua opinião utilizando o mesmo recurso que ele, pois também repete a letra **o** como representação do prolongamento da entonação. Essa estratégia de <meiguinha> é responsável por imprimir um tom de humor na interação, observável nos risos de <bunitooooo> manifestos na expressão **hehehe**. Essa estratégia também serviu para evitar um conflito que poderia ter ocorrido entre os internautas, considerando a crítica que, mesmo sutilmente, foi feita. O recurso de repetição da vogal também é utilizado na fala **sou lindaaaaaaaaa**. Neste caso, observemos como <meiguinha> participa da interação, cooperando, colocando-se numa posição de humor, assim como faz seu interlocutor.

A designação <meiguinha> funciona como descrição, pois o adjetivo empregado no diminutivo qualifica a internauta, conotando doçura. Através dessa designação, o sujeito identificado passa a ser delimitado, estabilizado e adquire objetividade. Seguindo os postulados teóricos de Orlandi (1994b), afirmamos que a impressão causada pela descrição subjacente à designação <meiguinha> é a da relação direta e verdadeira entre o nome e o referente, como se a linguagem fosse transparente e reproduzisse de forma objetiva a exterioridade a que ela alude.

Guimarães (1995) afirma que o ato de designar serve para designar e para não designar, pois a simples escolha de uma expressão evidencia determinados sentidos, apagando, silenciando outros possíveis (p. 75). Na conversa em análise, o caráter dócil da designação escolhida imprime uma imagem de um sujeito amigável, acessível, afetuoso, o que apaga a possibilidade de uma imagem de um sujeito inacessível, difícil, rebelde. Além disso,

as falas e os *emoticons*, ou seja, ícones representativos de emoções, reiteram a impressão que a simples leitura do *nickname* <meiguinha> evoca. Observemos:

: ) – *emoticon* que significa sorriso, rosto feliz, simpatia

<meiguinha> **tadinho. . . desculpa. . .** : (

Nessa fala, a redução de “coitadinho” para **tadinho**, através da supressão da sílaba inicial e do emprego do diminutivo, imprime dengue e lamento. Este último sentimento torna-se mais evidente pela expressão **desculpa**, indicadora de arrependimento da crítica feita e pelo uso do *emoticon* representativo de tristeza: : ( .

As reticências funcionam como pausa. Este silêncio inicial, marcado pela presença de poucas palavras, é posteriormente preenchido com o comentário **com certeza quem gosta de vc te acha bonito**. Assim, <meiguinha> não só pede desculpas como conforta, fazendo justiça à docilidade e ao carinho que a sua designação suscita.

A doçura, carisma, delicadeza, amabilidade, bondade, sentidos evocados pelo *nickname* <meiguinha>, foram reiterados durante a interação devido às falas do sujeito-internauta identificado por essa designação. Sendo assim, a constituição do referente se deu num processo em que a designação e os dizeres estavam em consonância e contribuíram mutuamente para que fosse conferida unicidade, homogeneidade, transparência ao sujeito denominado <meiguinha>.

Em relação ao *nickname* <bunitoooo>, podemos dizer que, na medida em que o sujeito-internauta marca a sua presença no ambiente virtual das salas de bate-papo através de uma designação que conota beleza, instiga nos demais interlocutores a imagem de alguém que se enquadra nos padrões estéticos convencionados socialmente. Não podemos negar que essa designação faz com que o sujeito se represente como pertencendo a uma posição de prestígio. E é o status inerente à beleza o aparente fator motivador da escolha dessa designação, que



pode causar nos demais internautas a curiosidade sobre quais atributos físicos caracterizam essa pessoa como bela ou até causar o interesse afetivo, pois a descoberta e posterior apreciação das qualidades de <bunitoooo> poderão levar alguém a querer estabelecer uma relação exterior ao ambiente virtual. Além disso, essa conversação evidencia como autodenominar-se como belo resulta em evidenciar explicitamente uma qualidade, o que apaga outra: a humildade.

Observemos como o anonimato, nos casos analisados, permite ao sujeito assumir a posição-sujeito que almeja. <Meiguinha> ainda reitera nas falas e nos *emoticons* a impressão dócil e carinhosa inerente à sua designação. Já <bunitoooo> aparenta ser convencido, esnobe, quando na verdade brinca com a sua designação, a utiliza ironicamente e não hesita em esclarecê-la. É interessante como ele reverte a impressão que, no primeiro momento causa, através da fala explicativa **bunito mas não sentido de deboxe** e do *emoticon* representativo de lágrima, choro: ; ( .

Evidenciamos como a designação representa de forma singular a presença do sujeito-internauta na rede discursiva dos *chats*. No entanto, somente a interação propiciará desvendar a imagem que o sujeito apresenta de si mesmo, que pode coincidir ou não com a imagem que a designação escolhida imprimiu nos demais participantes da interação eletrônica. Nessa conversação, <bunitoooo> esclarece que utilizou esse *nickname* ironicamente, porque na verdade é feio e não belo. Assim, demonstra como a imagem que tem de si diverge daquela que seu *nickname* causa nos demais participantes da interação.

O *nickname* <bonitoooo> funciona de forma distinta em relação à designação <meiguinha>, tendo em vista que a imagem de beleza, adequação aos padrões estéticos suscitada pelo *nick* é rompida quando a interação prossegue. Se a descrição <bonitoooo> causa a impressão de “efeito-verdade”, isto é, de transparência na relação linguagem e exterioridade, a fala **bunito mas não sentido de deboxe** promove a ruptura da representação

feita inicialmente e, por conseqüência, transforma o *nickname* em uma falácia. Sendo assim, a configuração de uma imagem do referente se dá num processo de divergência entre a impressão causada pela designação e pelas falas, as quais mobilizam sentidos que subsidiam predominantemente as formações imaginárias.

A designação <bonitoooo> funciona inicialmente como um nome que contém indícios do sujeito identificado e, posteriormente, devido aos comentários do sujeito-internauta que a utilizou, passa a atuar como um nome que manifesta uma inversão da imagem que o sujeito tem de si mesmo. Todavia, esse último funcionamento prevaleceu somente porque <bonitoooo> expôs o verdadeiro sentido do *nickname*, caso não tivesse feito tal exposição, o funcionamento inicial permaneceria.

Destacamos que sobre um mesmo referente podem ser mobilizados sentidos diversos. No momento em que um sujeito opta por identificar-se através de um determinado *nickname* está privilegiando alguns desses sentidos em detrimento de outros. Mas o sentido posto em evidência através do *nickname* pode corresponder à imagem que o sujeito tem de si ou ser uma inversão dessa imagem, como verificamos na análise da designação <bonitoooo>. Na conversação em que este internauta dialoga com <meiguinha>, constatamos que a revelação da correspondência ou não entre a posição-de-sujeito assumida no ciberespaço e fora desse lugar depende do sujeito. Além disso, não é o *nickname* que faz com que os sujeitos assumam outras identidades, é a forma como que justificam tal *nick*, incorporam-no ou não.

Nossa conclusão encontra concordância nos estudos de Maingueneau (2001), para o qual não é a designação, tampouco o enunciado os responsáveis pela constituição da referência, mas o enunciador. Este, através de seus enunciados, “passará ao co-enunciador as instruções necessárias para identificar os referentes por ele visados em um determinado contexto” (p. 179). Nesse âmbito, “a referência é uma atividade que implica a cooperação dos

co-enunciadores e poderá malograr, caso o co-enunciador se engane do referente” (p. 179-180).

O malogro na constituição da referência por parte do co-enunciador fica evidente em nosso corpus na SDR 1, quando <timelorego> não consegue supor que a designação <sozinha-em-rg> identifica um sujeito-internauta sem companhia afetiva. O co-enunciador não interpreta o adjetivo sozinho segundo a interpretação dada pelo enunciador, por isso, a falha na constituição da unicidade do referente.

Destacamos que embora o interlocutor passe as “instruções necessárias” para seu co-enunciador criar uma imagem do objeto e, por isso, tenha uma responsabilidade na constituição do referente, não detém o controle das representações que serão criadas.

## CONCLUSÃO

Inicialmente, retomamos conceitos do vocábulo virtual desenvolvidos por dois filósofos franceses da contemporaneidade, Pierre Lévy (1996, 1999) e Michel Serres (1994). Com base nas reflexões desses pensadores, compreendemos o virtual enquanto potência, real, evidenciável não somente na era das redes e das mensagens informáticas, interligado à não-presença física, além de redimensionador da concepção clássica de tempo, espaço e relacionamentos.

O resgate das considerações de Lévy (1996, 1999) e Serres (1999) elucidaram-nos quanto às mudanças que as novas tecnologias promovem nos hábitos das pessoas. Dentre elas, não há mais necessidade do “estar junto” para que vínculos sociais se estabeleçam, decisões sejam tomadas, acordos efetivados, conflitos criados; não há porque deslocar-se para o acesso às informações, a rede concentra conhecimentos e pode ser consultada a todo instante, independentemente da localização geográfica; e para as conversas cotidianas e informais, a escrita passa a ser tão empregada quanto a oralidade.

A partir da abordagem dos pensadores mencionados, concluímos que nessa época em que “somos nômades de um novo estilo”, conforme Lévy (1996, p. 23), não só as ações dos indivíduos modificam-se, mas também o seu modo de ser e de compreender a realidade. Passamos então a perceber o espaço virtual como um lugar interessante à reflexão da subjetividade.

Essa percepção tornou-se mais nítida a partir dos estudos de Dias (2004). De acordo com essa autora, pelo fato de o virtual permitir ao sujeito “experimentalizar-se (criar-se)”, esse lugar “estabelece uma outra possibilidade de relação imaginária do sujeito com aquilo que o determina sócio-historicamente” (p. 60). Segundo essa perspectiva, “o virtual é tomado pelo sujeito na instância do imaginário, como se ali ele estivesse livre das coerções do mundo” (p. 25). Representando-se livre das pressões sociais, o sujeito, no virtual, sente-se repleto de autonomia.

Essa posição de Dias (2004) tanto foi confirmada como contestada nas análises. Na dessuperficialização da SDR 3, verificamos que <sozinha-em-rg> crê na imposição da magreza como única condição física associada ao belo e, por isso, não revela seu peso, que está fora dos parâmetros legitimados. Dessa forma, concluímos que esse sujeito não se representa no virtual livre das coerções existentes em relação ao corpo, o que vai de encontro ao proposto pela autora. Já na análise da SDR 11, constatamos que <\_timelorego\_> imagina-se livre das normas que prescrevem o certo e o errado no uso da língua escrita e, por isso, sente-se apto a reinventar as formas lingüísticas de seu sistema. Diferentemente do observado na SDR 3, comprovamos que o sujeito imagina o virtual como um lugar não-real, isento de restrições, como propõe Dias (2004, p. 25).

Outra consideração dessa autora pertinente à reflexão da subjetividade diz respeito ao sujeito-da-tecnologia. Para Dias, este caracteriza-se pela evanescência e multiplicidade, o que “traz uma ruptura em relação ao poder político, jurídico e administrativo no que se refere aos modos de regulação e imputação da ação de um sujeito” (p. 94). Nessa linha argumentativa, a forma-sujeito digital denomina um sujeito que descentra o poder do Estado, visto que em caso de fraude, não é o sujeito-infrator quem será procurado, mas a máquina utilizada para o crime.

Nessa perspectiva, o sujeito-de-direito é submisso ao poder do Estado e responsável por suas ações, pautadas nos direitos e deveres impostos pelas leis, enquanto o sujeito-da-

tecnologia “é caracterizado pela evanescência e pela responsabilidade ética de suas ações” (p. 94).

Concordamos que o sujeito-da-tecnologia descentra o poder do Estado porque no ciberespaço o sujeito pode trocar informações, programas, obras, produções sem o controle de qualquer tipo de “alfândega”, pode ter acesso a serviços que são oferecidos de forma instantânea e quase invisível; pode facilmente burlar as leis referentes à informação e à comunicação, como a censura, direitos autorais e associações proibidas (LÉVY, 1999, p. 204).

Com base em Azambuja (2003), acrescentamos que esse descentramento estende-se às mídias de massa. Para esclarecer essa assertiva, lembramos que com a comunicação do tipo todos-todos, oriunda da interconexão mundial de computadores, o poder de comunicação deixa de ser privilégio de uma minoria e propaga-se aos freqüentadores do ciberespaço. Devido à integração, a opinião pública torna-se cada vez mais plural e os cidadãos, melhor informados, têm a possibilidade de participarem mais diretamente das decisões políticas, de exercerem mais plenamente sua cidadania. Esses fatores fazem com que compreendamos o sujeito-da-tecnologia como um sujeito que se imagina com poder de comunicação e de transformação social, aspecto também caracterizador da forma-sujeito digital.

A partir dessas observações, a forma-sujeito digital descentra o poder de controle do Estado e das mídias clássicas, todavia, o resultado das análises das SDR 3 e 11 aponta para uma reformulação dessa noção. Na SDR 3, a dessuperficialização da seqüência **ah sou gordinha, mas não revelo meu peso nem sob tortura**, enunciada por <sozinha-em-rg>, demonstrou, numa das duas possibilidades de análise, posições-sujeito antagônicas. Constatamos no primeiro enunciado que o sujeito parece aceitar o formato de seu corpo e, por isso, não permite que os discursos legitimadores dos atributos físicos ideais continuem tão impositores. Contraditoriamente, o segundo enunciado revela um sujeito que atua no

ciberespaço determinado pelos referidos discursos. Na SDR 11, o sujeito-internauta joga com a criatividade quanto ao emprego da língua permitida no ciberespaço, pois identificou-se através do nickname <\_timelorego\_>, um nome destituído de sentido em nossa comunidade lingüística. De forma antagônica, manifestou em suas falas estar filiado a normas que determinam os usos da língua materna. Sendo assim, o sujeito que dialoga no espaço virtual está condicionado, predeterminado por saberes legitimadores da forma do corpo e do modo de usar o sistema. E em algumas de suas enunciações aparenta romper com essa ordem instituída, mas em outras revela-se ainda preso a ela. Através do exposto, concluímos que o sujeito-da-tecnologia põe à prova o domínio de dois segmentos sociais, a administração política e a mídia, porém, não faz o mesmo em relação a certos saberes veiculados no senso comum. Por isso, é preferível denominar a forma-sujeito digital uma forma-sujeito contraditória e heterogênea, na qual o sujeito da enunciação tanto se identifica com a forma-sujeito como se contrapõe a ela.

Havíamos questionado quais as implicações discursivas decorrentes do fato de os sujeitos dialogarem num espaço com condições propícias à liberdade de expressão e ruptura do instituído. Na SDR 3, <sozinha-em-rg> revela-se afetada por preceitos legitimadores da magreza, na SDR 9, essa internauta fez intervenções pressupondo que seus interlocutores estavam filiados à importância da aparência para o estabelecimento de vínculos sociais. Na SDR 11, <\_timelorego\_> mostra-se determinado pelas imposições concernentes aos usos da língua escrita. Nesses casos, a ordem estabelecida mantém-se tão hegemônica que o discurso, mesmo sendo produzido em um espaço propício à violação do legitimado, funciona mantendo tal ordem. Nessa análise, concluímos que é um discurso policiado, cuidadoso o produzido no espaço virtual.

Afirmamos anteriormente que a ausência física dos participantes é uma especificidade que deve ser pensada, visto que o sujeito, ao dialogar no ciberespaço, pode aproveitar a não-

visualização de sua imagem e do lugar onde se encontra para experimentar ser “outros”. Dessa forma, cada sujeito que conversa através da rede tem **autonomia** para ser o que quiser e pode vivenciar constantemente a **alteridade**, valores apontados por Lévy (1999) como possivelmente os principais motivadores do crescimento do ciberespaço (p. 132). Nas análises, ficou claro que essa autonomia promovida pelo ciberespaço não-necessariamente é utilizada para a reinvenção do sujeito, para a experimentação de novas identidades. Na SDR 2, <sozinha-em-rg>, através do *nickname*, assumiu uma posição-de-sujeito destituída de companhia que também é assumida fora do ciberespaço, logo, esse sujeito não se reinventou, não experimentou ser outro eu na região dos mundos virtuais. Na SDR 3, <sozinha-em-rg>, mesmo sendo “gordinha”, ou seja, tendo uma condição física estigmatizada socialmente, não aproveitou a não-visualização de sua imagem para descrever-se como magra. Ela admitiu-se e aparentou não se importar com os preceitos sociais que legitimam os corpos magros e desprezam os gordos. Na SDR 12, o sujeito identificado por <bonitoooo>, através dessa designação, assumiu uma posição-de-sujeito privilegiada, passou a imagem de alguém belo, quando, na verdade, considera-se feio. Nesse caso, o sujeito experimentou no virtual ser “outro”, mas não por muito tempo, pois revelou à <meiguinha> que a designação escolhida era uma brincadeira. Assim, <bonitoooo> aproveitou a autonomia tanto para recriar sua aparência como para mantê-la.

No que tange às designações e ao seu funcionamento como descrições, comprovamos nas SDR 2 e 12, na análise das designações <sozinha-em-rg> e <meiguinha>, as considerações de Orlandi (1994b), segundo a qual, a descrição é uma forma de discurso que cria o efeito de estabilidade referencial, contribui para a impressão de transparência na relação linguagem-pensamento-mundo. Mas também observamos em outras SDR que o efeito-verdade, a estabilização e unicidade do referente criados pela designação foram violados pelas falas, desestabilizadoras do objeto discursivo. Na SDR 1, extraída do diálogo entre <sozinha-



em-rg> e <\_timelorego\_>, as justificativas da internauta quanto ao emprego do *nickname* promoveram uma impressão de contradição que não foi esclarecida durante a conversação. Na SDR 12, retirada da interação de <meiguinha> com <bunitoooo>, o *nickname* do internauta passou de uma descrição que produzia impressão de relação direta e verdadeira entre o nome e o referente para uma descrição contraditória. Através dessas análises, verificamos como a objetividade na relação linguagem e exterioridade é um efeito criado nas construções discursivas que está constantemente sujeito ao término. Com base na última publicação de Pêcheux (1997), afirmamos que essa suscetibilidade à ruptura ocorre porque o efeito de transparência entre o nome e o referente, criado pela designação, é produzido através de um sistema irremediavelmente equívoco. O convívio entre expressões que funcionam produzindo estabilidade semântica e sentenças equívocas gera uma mobilidade de sentidos que impede a manutenção de um único sentido.

Também constatamos que a descrição, presente nos *nicknames* <meiguinha>, <bunitoooo> e <sozinha-em-rg>, mobilizou mais sentidos do que a designação, conferiu mais precisão ao referente e, simultaneamente, silenciou, apagou outros sentidos que se encontram no interdiscurso. Dessa forma, comprovamos as observações de Silveira (2004) para a qual a descrição “se realiza num movimento contraditório”, pois traz à tona mais sentidos que a designação e, ao mesmo tempo, controla os sentidos, através do apagamento de outros (p. 250).

Os *nicknames* acima mencionados colaboraram para o efeito de unicidade dos referentes que identificavam. Todavia, é errôneo afirmar que todas as designações empregadas nas interações virtuais funcionam dessa maneira. Seguindo as reflexões de Orlandi (1994b), deveríamos concluir que a designação, ao funcionar como descrição, torna mais visível o sujeito-internauta, instala um efeito de transparência desse referente que identifica. Entretanto, é sabido que os *nicknames* dos *chats* constituem uma variedade de

construções lingüísticas, podem mobilizar sentidos que correspondam ou não à imagem que o sujeito tem de si e até podem ser isentos de significado convencionalizado. Tendo em vista esses argumentos, são proibidas generalizações, não há como afirmarmos que toda designação identificadora de um sujeito-internauta colabora para sua representação como dotado de unicidade, homogeneidade e transparência. Inclusive, dependendo da justificativa que o sujeito-internauta apresenta para o emprego do *nickname*, a designação pode funcionar instaurando a heterogeneidade e a contradição do objeto discursivo, como constatamos na análise do *nickname* <bonitoooo>.

Os sujeitos-internautas, para formarem imagens de seus interlocutores, baseiam-se nas falas e nas designações, mas estas, dependendo de sua estruturação lingüística, podem ser importantes, quase irrelevantes ou não contribuir para as representações. Obtivemos essa conclusão ao percebermos que nos diálogos onde foi utilizada a designação <sozinha-em-rg>, a imagem do sujeito assim identificado se formou a partir do *nickname* e das falas. Já nas interações onde a designação era <fernanda-24>, um *nickname* que apenas informa o sexo e a faixa etária do referente, a imagem foi criada com base no *nickname* e nos dizeres, mas estes predominantemente subsidiaram a representação. A partir dessas verificações, concluímos que a configuração do referente cujo interlocutor denomina-se com um nome destituído de sentido, como <\_timelorego\_>, dependerá exclusivamente das falas.

Havíamos mencionado que nosso intuito era verificar como a troca de designações produz outros sentidos, causa uma movimentação no jogo imaginário que preside as falas e acaba reinventando o próprio referente, ora representado por seu interlocutor como pertencente a uma determinada posição-sujeito, ora representado como pertencente a outra. Verificamos que os *nicknames* co-referenciais <sozinha-em-rg> e <fernanda-24> mobilizaram sentidos distintos, o que interferiu nas formações imaginárias, mas a alternância de designações não resultou na reinvenção do referente. De acordo com as análises, embora o

sujeito mude o *nickname* e, dessa forma, possa estar colocando em evidência alguns sentidos, enquanto silencia outros, mantém nas diferentes interações regularidades indicadoras da permanência da mesma posição-sujeito.

Relembremos que nossa hipótese era que o *nickname* representava as diferentes posições-sujeito que poderiam ser assumidas pelo internauta, logo, a mudança de *nick* estaria motivada pelo valor conferido pelo sujeito a determinadas posições. Com base nas análises feitas, percebemos que o sujeito-internauta, ao identificar-se como <sozinha-em-rg>, assumiu a condição de um sujeito solitário, priorizou dentre outras imagens que tem de si mesmo a de desamparado, pôs em evidência no ciberespaço uma das posições-de-sujeito assumidas fora desse lugar. Sendo assim, a designação <sozinha-em-rg> confirma a hipótese mencionada. A análise dos nicknames <meiguinha> e <bonitoooo> também demonstrou que o anonimato, nos casos analisados, permite ao sujeito assumir a posição-sujeito que almeja.

O *nickname* <fernanda-24> apenas indica o nome próprio, que contém a desinência de gênero, e a idade, mas também confirma a hipótese da pesquisa. Afirmamos isso porque cremos que optar por um *nickname* que revela pouca especificidade do referente, como <fernanda-24>, ou por uma designação praticamente destituída de sentido, como <\_timelorego\_> é uma forma de intencionalmente apresentar-se no ciberespaço dissimulando, silenciando, mascarando as posições-de-sujeito assumidas fora desse meio. Identificar-se através de um nome próprio ou de uma palavra sem significado padronizado resulta em assumir no virtual uma posição discursiva de neutralidade.

Todavia, sob a ótica da AD, essa posição não existe, porque um simples ato de nomeação já imprime certos sentidos, induz a determinadas interpretações, o que vai de encontro a certas teorias da referência, que postulam a relação clara e objetiva entre a linguagem e o mundo.

Consideramos que o fenômeno da nomeação é um processo inerentemente ideológico. Tal dimensão ideológica do ato de nomear é claramente observável nos apelidos identificadores dos usuários do ciberespaço. Tais nomes já vêm carregados de sentidos priorizados ou silenciados pelos sujeitos que se autonomaram.

Na análise da SDR 11, observamos que os nomes <sozinha-em-rg> e <\_timelorego\_> estavam apresentando *Função de nomeação própria* (F-nop), segundo a terminologia de Bosredon (1997). Partindo dessa verificação, concluímos na análise dos nicknames <sozinha-em-rg> e <\_timelorego\_> que os internautas fazem combinações lingüísticas para marcarem sua presença nas interações *on-line* motivados pela tentativa de criar no espaço discursivo dos *chats* uma unicidade do referente, isto é, um nome para uma única pessoa. Ao criarem um nome exclusivo, superam a não-especificação e limitação dos antropônimos, recorrentes e utilizados para identificar vários sujeitos. Também constatamos que mesmo quando é informado o verdadeiro nome do sujeito, o *nickname* continua a atuar como nome próprio e a produzir um efeito de exclusividade do referente, porque é ele o responsável por marcar a presença dos participantes nos bate-papos virtuais.

Além do exposto, concluímos que a designação marca a presença dos participantes dos *chats* ao mesmo tempo que os representa de forma singular, mas não é ela que faz com que os sujeitos assumam outras identidades, é a forma como que justificam tal *nick*, incorporam-no ou não.

Por fim, relembramos que nos propomos a reformular a perspectiva de Dias (2004). Essa autora, como já mencionamos, acredita que o sujeito imagina o virtual livre das determinações do real e por isso age nesse lugar guiado pela sua ilusão de autonomia.

Conforme os postulados teóricos da AD, o sujeito deseja constantemente a unicidade, todavia, ele manifesta-se através de um sistema que comporta a heterogeneidade semântica, por isso, os dizeres e por conseqüência quem os enuncia têm a unicidade abalada. Supomos

que a mobilidade dos sentidos, a equivocidade inerente à língua evidencia-se mais claramente no ciberespaço, porque esse lugar, ao propiciar uma comunicação do tipo todos-todos, facilita o compartilhamento de saberes e, por consequência, o conhecimento de novas realidades. Como afirma Lévy (1996), o usuário, ao interagir nesse meio, visualiza na tela do computador a exteriorização de pensamentos de outros internautas, depara-se com memórias compartilhadas, simultaneamente, amplia seu conhecimento sobre outras versões a respeito dos mesmos núcleos temáticos. Se o ciberespaço põe em evidência o deslocamento de sentidos, logo, promove a ruptura da ilusão de unidade do sujeito, faz emergir a dispersão, a fragmentação, a contradição, intrínsecas a todos nós.

Por isso, mesmo submetidos ao processo de assujeitamento ideológico, que faz com que ilusoriamente acreditemos ser origem do nosso dizer e responsáveis pelas nossas enunciações, nós, sujeitos, evidenciamos no espaço criado pela interconexão mundial a equivocidade, propriedade da língua. Dessa forma, é colocada em cena a heterogeneidade do sujeito e do sentido, o que abala nossa ilusão de autonomia.

Ao propormos essa hipótese não renegamos a de Dias (2004), uma vez que o ciberespaço poderia tanto contribuir para que o sujeito se representasse cada mais responsável por aquilo que diz ou poderia promover a ruptura dessa representação.

Embora tenhamos evidenciado nas análises que o sujeito, tentando mostrar-se unificado, manifestou em suas falas a contradição e a fragmentação inerentes a ele, não foi possível verificar se o internauta, face às trocas lingüísticas que puseram em cena o deslocamento de sentidos, teve sua ilusão de autonomia abalada.

A corroboração de nossa hipótese requer a exploração teórica de mais bate-papos online, talvez aqueles organizados por temas específicos. Esse tipo de interação também pode oferecer elementos à discussão das observações de Azambuja (2003) sobre os novos modos

de subjetivação, mencionados na fundamentação teórica e não-retomados na análise do corpus. Tais considerações demonstram a necessária continuidade da presente pesquisa.

Mesmo assim, arriscamos reiterar nossa crença. Nas interações virtuais, simultaneamente, há exteriorização de memórias, de opiniões e interiorização de diferentes pontos de vista. Sendo assim, os sujeitos deparam-se com a mobilidade dos sentidos e, por consequência, têm sua ilusão de autonomia constantemente posta à prova. Além disso, como afirma Azambuja (2003), a intercambialidade de informações implica novas formas de ver, sentir e pensar o mundo. Portanto, há, com as especificidades da comunicação no ciberepaço, novos modos de subjetivação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado (1970). Traduzido por Maria Laura V. de Castro. In: \_\_\_\_\_. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 53-107.

ARAÚJO, Júlio César de. A conversa na *web*: o estudo da transmutação em um gênero textual. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 91-109.

AZAMBUJA, Celso Candido de. *Hipertexto e subjetividade: máquinas e redes cibernéticas interativas de comunicação e informação e produção de subjetividade*. São Paulo: PUC, 2003. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Disponível em: <<http://www.agoravirtual.net/hipertexto>>. Acesso em: 25 out. 2005.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-358.

BOSREDON, Bernard. Entre légende et nom propre: le titre de peinture. In: \_\_\_\_\_. *Les titres de tableaux. Une pragmatique de l'identification*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997. p. 93-123.

BRÉAL, Michel. Como os nomes são dados às coisas. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Traduzido por Aída Ferrás et al. São Paulo: EDUC, 1992, p. 123-226.

CEZAROTTO, Oscar Angel. O discurso lacaniano. *Viver Mente & Cérebro*, Lacan: o grau zero da subjetividade, São Paulo, p. 22-29, 2005. (Coleção Memória da Psicanálise, 4)

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999. p. 15-22.

\_\_\_\_\_. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en Analyse du Discours: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, n. 62, p. 9-127, juin, 1981.

CRYSTAL, D. *Language and the Internet*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DIAS, Cristiane Pereira. *A discursividade da rede (de sentido): a sala de bate-papo hiv*. São Paulo: Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), 2004. Tese (Doutorado em Lingüística). Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/universia/>>. Acesso em: 2 nov. 2005.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999. p. 149-172.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

FINK, Bruce. *O sujeito laciano: entre a linguagem e o gozo*. Traduzido por Maria de Lourdes S. Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. Traduzido por: Cecília Holtermann. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 14, p. 45-86, 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7.ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. O nome próprio de pessoa. In: \_\_\_\_\_ *Semântica do acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002. p. 33-42.

\_\_\_\_\_. *Os limites do sentido*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. Textualidade e enunciação. *Escritos nº 2: Ver e Dizer*. Campinas, SP: Unicamp, p. 03-12, (s.d).

INDURSKY, Freda. A evolução da noção de sujeito em análise do discurso. In: Congresso Nacional da Abralín, II, 1999, Florianópolis. *Anais*. CD-ROM 2000.

\_\_\_\_\_. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999. p. 173-186.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. (coord.) *Glossário de termos do discurso: projeto de pesquisa: A Aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor-autor*. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Traduzido por Carlos Irineu da Costa. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *O que é o virtual?* (1956). Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.



MAINGUÉNEAU, D. Tipos de designações. In: \_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. Traduzido por Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001. p. 179-191.

MALDIDIÉ, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela P.; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna. 2002, p. 19-36.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 13-67.

MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

ORLANDI, Eni P. A Análise de Discurso: algumas observações. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, EDUC, v.2, n.1, p. 105-126, 1986.

\_\_\_\_\_. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, n. 61, p. 52-9, jan./mar., ano 14, 1994a.

\_\_\_\_\_. A natureza e os dados (A constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo). *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 27, p. 47-57, jul./dez., 1994b.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Funcionamento e discurso. In: \_\_\_\_\_. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 115-133.

\_\_\_\_\_. *Destruição e construção do sentido (um estudo da ironia)*. Trabalho apresentado no Colóquio do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). Campinas: Unicamp, 1983. p. 66-97.

\_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). Traduzido por Eni P. Orlandi. 2.ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Traduzido por Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1993a. p. 61-161.

\_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). Traduzido por Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1993b. p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983). Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1997.

POSTMAN, Neil. *Tecnopólio: A Rendição da Cultura à Tecnologia*. São Paulo: Nobel, 1994.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Designação: a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In: \_\_\_\_\_. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 81-87.

RUSSEL, Bertrand. *Introdução à filosofia matemática*. 4.ed. Traduzido por Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

SERRES, Michel. *Atlas*. Traduzido por João Paz. Lisboa: Éditions Julliard, 1994. p. 114-196.

SILVEIRA, VERLI. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmestificação e Porteira Fechada, de Cyro Martins*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem).

SOUZA, Pedro de. Enunciações fora da ordem falas escrituradas em salas virtuais de conversa. *Revista Organon*, Porto Alegre, UFRGS, v. 16, n. 31, p. 55-67, 2003.

SOUZA, Sérgio Augusto F. de. A Internet, rede mundial de computadores. In: Internet & ensino de línguas. Manaus: (s.ed), 2000. p. 17-46. In: LEFFA, Vilson J (compilador). *TELA (Textos em Lingüística Aplicada)* [CD-ROM]. 2. ed. Pelotas: Educat, 2003.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido do discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999a. p. 202-215.

\_\_\_\_\_. Leitura, silêncio e memória. Leituras urbanas e práticas de exclusão. In: LEFFA, J. & ERNST-PEREIRA, A. *O ensino da leitura e produção textual: alternativas de renovação*. Pelotas, EDUCAT, 1999b. p. 51-68.

**ANEXOS**

## DIÁLOGO 1

<CARINHOSO-RG-33> VERDADE?  
 <CARINHOSO-RG-33> QUINTA TAMBEM ESTAREI...  
 <sozinha-em-rg> ah é???  
 <sozinha-em-rg> nossa...  
 <CARINHOSO-RG-33> QUAL SUA IDADE  
 <sozinha-em-rg> ja sabe ate o dia que a namorada vai te abandonar?????  
 <CARINHOSO-RG-33> SIM JA SEI  
 <CARINHOSO-RG-33> E VC FOI ABANDONADA  
 <sozinha-em-rg> não necessariamente  
 <sozinha-em-rg> estou sozinha por opção  
 <CARINHOSO-RG-33> COMO ASSIM  
 <sozinha-em-rg> ou por falata de opções boas  
 <sozinha-em-rg> ops  
 <sozinha-em-rg> falta  
 <CARINHOSO-RG-33> ENTENDO  
 <sozinha-em-rg> pois é...  
 <sozinha-em-rg> e tu?  
 <sozinha-em-rg> pq estaras sozinho?  
 <CARINHOSO-RG-33> VIAJANDO A NAMORDAAA  
 <sozinha-em-rg> coitada!  
 <CARINHOSO-RG-33> COITADINHAA  
 <sozinha-em-rg> coitado de ti também!!!!  
 <CARINHOSO-RG-33> PORQUE MINHA GATA  
 <sozinha-em-rg> pq ela estara viajando...  
 <sozinha-em-rg> e tu não saberás o que ela fará na viagem  
 <CARINHOSO-RG-33> FERIAS DA ESCOLA  
 <CARINHOSO-RG-33> VERDADE  
 <sozinha-em-rg> pois é  
 <CARINHOSO-RG-33> VAMOS FICAR JUNTOS ?  
 <sozinha-em-rg> pq achas que ficaria contigo?  
 <sozinha-em-rg> tens cinco minutos pra me convencer  
 <CARINHOSO-RG-33> PORQUE SOU LEGAL  
 <CARINHOSO-RG-33> SOU CARINHOSO  
 <CARINHOSO-RG-33> ADORO DIVERTIR UMA MULHER  
 <CARINHOSO-RG-33> E FAÇO SEXO MUITO GOSTOSO  
 <sozinha-em-rg> modesto vc, hein  
 <sozinha-em-rg> eu não saio com estranhos  
 <CARINHOSO-RG-33> JA NÃO SOU MAIS ESTARANHO  
 <sozinha-em-rg> não???  
 <sozinha-em-rg> mas nem te conheço pessoalmente  
 <sozinha-em-rg> e além do mais...  
 <sozinha-em-rg> tens namorada  
 <CARINHOSO-RG-33> SIM , NÃO SOU MAIS ESTRANHO  
 <CARINHOSO-RG-33> NÃO DA NADA  
 <CARINHOSO-RG-33> SO VAMOS NOS CONHECER  
 <sozinha-em-rg> ué..  
 <sozinha-em-rg> mas acabaste de me perguntar se ficaria contigo...

<CARINHOSO-RG-33> FICAR É FUTURO + F I C A R +  
 <sozinha-em-rg> ???  
 <CARINHOSO-RG-33> ME DA TEU FONE  
 <CARINHOSO-RG-33> ME DA TEU FONE?  
 ( a participante abandonou o papo pq elee estava enfadonho)

## DIÁLOGO 2

<ForisLove> oi  
 <sozinha-em-rg> oi  
 <ForisLove> TD BeM?  
 <sozinha-em-rg> tudo bem sim  
 <ForisLove> QuaL o Seu NoMe?  
 <sozinha-em-rg> fernanda  
 <sozinha-em-rg> e o teu?  
 <\_timelorego\_> MaSiKeL  
 <\_timelorego\_> MaiKeL  
 <\_timelorego\_> PRaZeR  
 <sozinha-em-rg> prazer  
 <\_timelorego\_> QTS aNoS?  
 <sozinha-em-rg> 24  
 <\_timelorego\_> HuMMMM  
 <sozinha-em-rg> e tu?????  
 <\_timelorego\_> 19  
 <\_timelorego\_> TeM aLGuM PRoBLema?  
 <sozinha-em-rg> hum...  
 <\_timelorego\_> :)  
 <sozinha-em-rg> bem novinho  
 <sozinha-em-rg> nenhum  
 <sozinha-em-rg> pq teria?  
 <sozinha-em-rg> adoro CONVERSAR com pessoas mais novas  
 <\_timelorego\_> NauM Sei  
 <\_timelorego\_> HuM  
 <\_timelorego\_> i eu aDoRo MuLHeReS MaiS VeLHaS  
 <sozinha-em-rg> hum... e se te falar que sou professora então tu te apaixonas?  
 <\_timelorego\_> Q aHaM  
 <\_timelorego\_> LeGaL  
 <\_timelorego\_> PRoFeSSoRa D Q?  
 <sozinha-em-rg> de portugues  
 <sozinha-em-rg> e tu  
 <sozinha-em-rg> que fazes?  
 <\_timelorego\_> TRaBaLHo  
 <\_timelorego\_> Sou CoBRaDoR Da aPae  
 <\_timelorego\_> D oNDe TC?  
 <sozinha-em-rg> da são miguel  
 <sozinha-em-rg> e tu?  
 <\_timelorego\_> CiDaDe NoVa  
 <sozinha-em-rg> hum..  
 <\_timelorego\_> Q VC GoSTa D FaZeR?

<sozinha-em-rg> eu gosto de ler  
 <sozinha-em-rg> de escutar musica  
 <sozinha-em-rg> de dançar forró  
 <\_timelorego\_> LeGaL  
 <\_timelorego\_> VC Nao eH DaKi?  
 <sozinha-em-rg> sou  
 <sozinha-em-rg> sou de rg mesmo  
 <\_timelorego\_> PQ eSSe NiCK?  
 <sozinha-em-rg> pq estou sozinha na minha cidade oras  
 <\_timelorego\_> MoRa SoZiNHa?  
 <sozinha-em-rg> não  
 <sozinha-em-rg> cominha mãe  
 <\_timelorego\_> HM  
 <\_timelorego\_> VC TeM FoTo?  
 <sozinha-em-rg> não  
 <sozinha-em-rg> pq?  
 <sozinha-em-rg> é importante?  
 <\_timelorego\_> Nao  
 <sozinha-em-rg> ah ta, acredito  
 <\_timelorego\_> MaS KeRia SaBeR CoMo VC eH!  
 <\_timelorego\_> :)  
 <sozinha-em-rg> sou..  
 <sozinha-em-rg> normal!  
 <\_timelorego\_> Se DeSCReVe PRa MiM  
 <sozinha-em-rg> alta  
 <sozinha-em-rg> 1.74  
 <sozinha-em-rg> cabelos compridos  
 <sozinha-em-rg> crespos  
 <sozinha-em-rg> meio loiros  
 <sozinha-em-rg> ah sou gordinha, mas não revelo meu peso nem sob tortura  
 <\_timelorego\_> PQ?  
 <sozinha-em-rg> pq não digo ...  
 <sozinha-em-rg> nenhuma mulher revela o quanto pesa  
 <\_timelorego\_> ReVeLa SiM  
 <\_timelorego\_> PoH DiZ  
 <sozinha-em-rg> ué...  
 <sozinha-em-rg> acabaste de dizer que foto não era importante  
 <sozinha-em-rg> pq queres saber como sou exatamente??????  
 <\_timelorego\_> eu TBM Sou GoRDiNHo!  
 <sozinha-em-rg> hum...  
 <sozinha-em-rg> tem barriguinha de chop?  
 <\_timelorego\_> CuRioSiDaDe!  
 <\_timelorego\_> ?  
 ( a participante abandonou o papo pq não quis revelar o seu peso)

### DIÁLOGO 3

<ViniciusARAUJO\_21> olá  
 <fernanda-24> oi

<ViniciusARAUJO\_21> tudo bom?  
 <ViniciusARAUJO\_21> da onde tc?  
 <fernanda-24> tudo bem  
 <fernanda-24> de rio grande  
 <fernanda-24> e tu?  
 <ViniciusARAUJO\_21> pel  
 <ViniciusARAUJO\_21> estudas aqui?  
 <fernanda-24> não  
 <fernanda-24> já me formei aqui na furg  
 <ViniciusARAUJO\_21> legal  
 <ViniciusARAUJO\_21> e qual tua ligação com pel?  
 <fernanda-24> rrsrs  
 <fernanda-24> tenho uma amiga que mora ahi  
 <fernanda-24> por isso entro no canal pra ver se ela está  
 <ViniciusARAUJO\_21> só?  
 <ViniciusARAUJO\_21> tu costuma sair aqui em pel?  
 <fernanda-24> não  
 <fernanda-24> nunca fui a uma festa ahi  
 <ViniciusARAUJO\_21> nem eu em rg  
 <fernanda-24> fazes bem  
 <ViniciusARAUJO\_21> tu tem foto?  
 <fernanda-24> aqui não tem festas boas  
 <fernanda-24> tenho  
 <fernanda-24> mas não costumo distribuir assim de primeira  
 <ViniciusARAUJO\_21> mesmo c tu ver varias minhas?  
 <ViniciusARAUJO\_21> [www.viniciusaraujo.fotolog.fot.br](http://www.viniciusaraujo.fotolog.fot.br)  
 <fernanda-24> ahh  
 <fernanda-24> tenho preguiça de entrar nestes sites  
 <fernanda-24> meu mciro é lento  
 <ViniciusARAUJO\_21> q pena  
 <fernanda-24> pois é..  
 <fernanda-24> nosso papo acaba aqui??  
 <ViniciusARAUJO\_21> bah , agente morando em cidades diferentes é complicado  
 <ViniciusARAUJO\_21> nunca vou te ver  
 <fernanda-24> hum..  
 <fernanda-24> mas vai acabar por causa da foto não é?  
 <ViniciusARAUJO\_21> q curso tu é graduada?  
 <fernanda-24> sou prof de portugues e espanhol  
 <fernanda-24> e faço pós graduação  
 <ViniciusARAUJO\_21> hum

#### DIÁLOGO 4

<apollo> oi princesa  
 <fernanda-24> olá...  
 <apollo> por favor tc comigo  
 <fernanda-24> nossa...  
 <fernanda-24> pq??  
 <fernanda-24> que houve???  
 \* Looking up apollo user info...

<apollo> me apaixonei pelo seu nome  
<fernanda-24> ahhh  
<fernanda-24> e eu pelo teu  
<fernanda-24> me lembra o reinaldo gianechini  
<apollo> mas vc nao sabe o meu  
<apollo> meu nome nao e Apollo  
fernanda-24> eu sei  
<fernanda-24> to brincando  
<fernanda-24> meu nome lembra o nome de alguma ex que te deixou??????  
<apollo> nao eq seu nome e muito bonito  
<fernanda-24> ahh são seus olhos  
<fernanda-24> e o teu qual é?  
<apollo> paco  
<apollo> to brincando  
<fernanda-24> hummm  
<fernanda-24> qual é então?  
<apollo> marcelo  
<fernanda-24> bonito nome também...  
<apollo> todo mundo tem este nome  
<fernanda-24> assim como todo mundo se chama fernanda  
<apollo> marcelo e um nome comum  
<apollo> fui mas ja volto  
<fernanda-24> tu es daqui de rg?  
<apollo> oi  
<fernanda-24> oi  
<apollo> custou mas respondeu  
<apollo> lembra d mim?  
<fernanda-24> claro que sim  
<fernanda-24> teclamos ontem não é???  
<fernanda-24> to brincando@!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!  
<apollo> nao  
<fernanda-24> foste onde?  
<fernanda-24> dar uma volta?  
<apollo> lembra do deus grego que e muito feio  
<fernanda-24> tem deus grego feio?  
<fernanda-24> apollo nao era feio  
<apollo> dei uma saida  
<apollo> quando eu falei q era deus grego vc me cortou  
<fernanda-24> te cortei?  
<apollo> como vc e?  
<fernanda-24> sou normal  
<apollo> cortou  
<apollo> falou q ã hia tc comigo  
<apollo> normal como?  
<fernanda-24> quando te falei que nao ia teclar contigo??????????  
<apollo> da primeira vez q eu tc com vc  
<fernanda-24> teu nick era esse?  
<apollo> era



## DIÁLOGO 5

<\_ThOmAZ\_\_> qualé firmeza?  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> iai vai nus xou da fena?  
 <\_ThOmAZ\_\_> serteru  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> ql tu vai?  
 <\_ThOmAZ\_\_> tdus  
 <\_ThOmAZ\_\_> reaçau  
 <\_ThOmAZ\_\_> armandinho  
 <\_ThOmAZ\_\_> saum sertu  
 <\_ThOmAZ\_\_> so num sei u comunidade  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> eo vo nu reaçao e comunidade... X)  
 <\_ThOmAZ\_\_> e armandinho?  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> não gosto  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> não que eu goste de comunidade mas as gurias vao i..  
 <\_ThOmAZ\_\_> pssssss  
 <\_ThOmAZ\_\_> eu já fui nu comunidade e é uma chinelagem  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> ah sei la..  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> :P  
 <\_ThOmAZ\_\_> HeHeHe :)  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> comé que ta a avida miguxo?  
 <\_ThOmAZ\_\_> beimn  
 <\_ThOmAZ\_\_> so ixtudandio  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> hj é niver du guiga né?  
 <\_ThOmAZ\_\_> naum sei  
 <\_ThOmAZ\_\_> eh??  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> é axo que sim..  
 <\_ThOmAZ\_\_> bahhh  
 <\_ThOmAZ\_\_> neim sei  
 <\_ThOmAZ\_\_> se teim algu naum me convidaraum  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> :P  
 <\_ThOmAZ\_\_> ; D  
 <\_ThOmAZ\_\_> ; °  
 <\_ThOmAZ\_\_> i us maxios??  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> ba não tem ningeim na parada :/  
 <\_ThOmAZ\_\_> ahiauhiaia  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> :P  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> ia grid ta beim?  
 <\_ThOmAZ\_\_> aham  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> manda bju pra ela..  
 <\_\_DuDuKiNHa\_\_> ;)

<\_ThOmAZ\_\_\_> passamu a tard deitadu vendo filminhu  
<\_\_\_DuDuKiNHa\_\_\_> ;) eu tambem.. mas eo tava sozinho...  
<\_\_\_DuDuKiNHa\_\_\_> du lado da pipoca só  
<\_ThOmAZ\_\_\_> hih

## DIÁLOGO 6

<meiguinha> teu nick deveria ser convencidooooooooooooo  
<bunitoooo> hehehe  
<meiguinha> :)  
<bunitoooo> mas tu não sabe em q sentido eu botei isso!  
<meiguinha> me explica então  
<bunitoooo> ei botei pq so feio  
<bunitoooo> hehehe  
<bunitoooo> bunito mas não sentido de deboxe  
<meiguinha> que baixo auto estima...  
<bunitoooo> hehehe  
<bunitoooo> viu  
<bunitoooo> e tu me xinga  
<bunitoooo> : (   
<meiguinha> tadinho...desculpa.... : (   
<bunitoooo> ; (   
<meiguinha> com certeza quem gosta de vc te acha bonito  
<bunitoooo> tens foto?  
<meiguinha> não  
<bunitoooo> hehehe  
<bunitoooo> tens foto?  
<meiguinha> não  
<bunitoooo> ahhh  
<bunitoooo> como vc é?  
<meiguinha> lindaaaaaaaaaa  
<bunitoooo> hummmm  
<bunitoooo> então fala ai!  
<bunitoooo> quero ve mesmo  
<meiguinha> estou brincando, sou razoável....  
<bunitoooo> hum  
<bunitoooo> deve se gata